

# Democracia Socialista

Nesta edição

mulheres  
frente de  
esquerda  
florestan  
eleições  
e estratégia  
estados unidos brasil

na pandemia  
fernandes

R E V I S T A

# Democracia Socialista

SÃO PAULO, JANEIRO DE 2021

*Revista Democracia Socialista* é uma publicação da Democracia Socialista (DS),  
tendência interna do Partido dos Trabalhadores

 Esta revista está licenciado por Creative Commons – Atribuição Uso Não Comercial

#### **Editores**

Joaquim Soriano  
Jéssika Martins Ribeiro  
Marisa S. Mello  
Tatau Godinho

#### **Grupo de trabalho editorial**

Carlos Henrique Árabe  
Jéssika Martins Ribeiro  
Raul Pont  
Tatau Godinho  
Tica Moreno

#### **Projeto gráfico e diagramação**

Caco Bisol

[www.democraciasocialista.org.br](http://www.democraciasocialista.org.br)

*Revista Democracia Socialista*  
São Paulo, Associação Caetés,  
Número 10, janeiro de 2021  
ISSN 2317-577X

#### **Coordenação Nacional da DS**

Afonso Florence  
Alexandre da Rocha  
Alicia Nelsis  
Álvaro Alencar  
Ana Carolina Silva  
Ana Claudia Silva  
Ana Pimentel Lima  
Antônio Carlos  
Arlete Sampaio  
Balbina Rodrigues  
Bernardo Cotrim  
Beto Bastos  
Bira de Souza  
Bruna Rocha  
Carlos Pestana  
Carlos Henrique Árabe  
Cláudia Chanfrin  
Cledisson Junior  
Cristian Ribas  
Daniel Gaio  
Daniela Bonato  
Dara Sant'Anna  
Edmilton Cerqueira  
Eliane Silveira  
Elvino Bohn Gass  
Eneida Nascimento  
Estevão Cruz  
Eulália Nascimento  
Eutália Barbosa  
Fabiola Paulino da Silva  
Gabriel Medeiros  
Gerusa Bittencourt  
Gilmar Machado  
Gimenes  
Guilherme Barbosa  
Herlon Miguel  
Iranilde Novaes  
Iris de Carvalho  
Isolda Dantas

Janeslei Albuquerque  
João Grandão  
Joaquim Soriano  
Jonas Cavalcante  
José Raul  
Josete Dubiaski  
Juarez Guimarães  
Karol Cavalcante  
Lenilda Lima  
Liliane Oliveira  
Liliani Nascimento  
Lucio Costa  
Luizianne Lins  
Marcelo Fragozo  
Margarida Salomão  
Marina Lehmann  
Mário Magno  
Marlei Fernandes  
Miguel Rossetto  
Milton Rezende  
Moara Correa Saboia  
Nalu Faria  
Pepe Vargas  
Rafael Freire  
Raimundo Ângelo  
Raul Pont  
Robinson Almeida  
Rosalina Amorim  
Rosana Sousa  
Rosane Silva  
Dr. Rosinha  
Sofia Cavedon  
Stênio Dias  
Tatau Godinho  
Tica Moreno  
Ticiane Studart  
Vânio dos Santos  
Vera Miranda

# SUMÁRIO

5

APRESENTAÇÃO

ESTRATÉGIA

9

A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA E SUA DIALÉTICA NEGATIVA  
HOMENAGEM A FLORESTAN FERNANDES

JUAREZ GUIMARÃES

21

CELSO FURTADO E O HUMANISMO,  
UMA AGENDA DE PESQUISA

ANDRÉ DRUMOND

ELEIÇÕES

25

CONTRIBUIÇÃO AO BALANÇO ELEITORAL DO PT

COORDENAÇÃO NACIONAL DA DS

35

JUIZ DE FORA

GILIARD TENÓRIO

35

DAS RUAS E NO PARLAMENTO:  
NOVAS TAREFAS PARA A JUVENTUDE DA DS

GABRIEL MEDEIROS, REGINA BRUNET,  
GUILHERME BARBOSA E MOARA SABOIA

43

TUDO CONTINUA IGUAL E NUNCA ESTEVE TÃO DIFERENTE  
EM PORTO ALEGRE

FELIPE NELSI (PITI)

53

ABUSO DA MÁQUINA PÚBLICA E A MANIPULAÇÃO DA FÉ  
NAS ELEIÇÕES EM FEIRA DE SANTANA

ROBINSON ALMEIDA

CONJUNTURA

59

POR UMA FRENTE DE ESQUERDA NO BRASIL

RAUL PONT

INTERNACIONALISMO

73

O RETRATO DE UM CONTINENTE EM DISPUTA:  
A RESILIÊNCIA DA ESQUERDA NA BOLÍVIA,

NO CHILE E NO URUGUAI

MARILIA CLOSS E TALITA TANSCHKEIT

99

ESTADOS UNIDOS 2020:

UMA ELEIÇÃO NÃO COMO AS OUTRAS.

IMPLICAÇÕES INTERNACIONAIS

SEBASTIÃO VELASCO E CRUZ

FEMINISMO

113

A SUSTENTABILIDADE DA VIDA NO CENTRO  
DA AGENDA POLÍTICA: REFLEXÕES SOBRE A PANDEMIA

A PARTIR DO COTIDIANO DAS MULHERES

MIRIAM NOBRE, NALU FARIA E RENATA MORENO

NOTAS DE LEITURA

121

NAS ENTRANHAS DO CAPITALISMO:

CAPITALISMO EM DEBATE

NANCY FRASER E RAHEL JAEGGI

JÉSSICA MARTINS RIBEIRO

POESIA

124

URBE

OS MENINOS DA MINHA CIDADE

CIDA PEDROSA

## APRESENTAÇÃO

Com a presente revista, chegamos em nossa décima edição da Revista Democracia Socialista.

Por ocasião do centenário de Florestan Fernandes e de Celso Furtado, nossa maneira de homenageá-los é relacionar suas reflexões com nossas tarefas atuais. Juarez Guimarães destaca em Florestan Fernandes a questão democrática como elemento organizador, que dá coerência ao conjunto de sua obra; seja em sua postura crítica em relação à tese da democracia racial no Brasil, seja em relação ao processo de formação da moderna sociedade de classes. “A democracia, então, de caráter subversivo seria o programa das classes trabalhadoras. Esta raiz sociológica de classe, pela sua própria dinâmica, levaria a que a luta democrática não devesse ser autocontida na ordem burguesa e muito menos na democracia liberal. Por isso, o conceito de uma revolução democrática vai ao centro da obra madura de Florestan Fernandes.” A partir desse entendimento podemos ler o atual período, de desestabilização

da democracia, como uma contrarrevolução. É preciso então atualizar o debate sobre a revolução democrática, ir além da disputa institucional e construir um programa para revolucionar o Estado brasileiro.

André Drumond destaca como categoria central na obra de Celso Furtado o conceito de humanismo. Inscrevê-lo nessa tradição política secular nos permite ter uma leitura mais generosa e abrangente, que vai além de suas formulações sobre a teoria do subdesenvolvimento brasileiro e remete à disputa democrática na contemporaneidade.

As eleições de 2020, com certeza, ocupam um lugar de destaque nesta edição. Os resultados e as dinâmicas das eleições nos trazem pistas para refletir sobre os caminhos da esquerda no Brasil, os desafios exigidos para uma profunda reorganização da luta social, da atuação partidária. Primeiramente, apresentamos um texto da coordenação nacional da DS de contribuição ao balanço eleitoral do PT, e em seguida textos de análise sobre algumas situações específicas: um texto de Giliard Tenório sobre a vitória de Margarida Salomão em Juiz de Fora; um texto coletivo dos membros da coordenação nacional da juventude da DS, Gabriel Medeiros, Regina Brunet, Guilherme Barbosa e Moara Saboia, sobre a forte presença de jovens nas eleições; uma análise de Piti Nelsis sobre o processo eleitoral em Porto Alegre e um texto de Robinson Almeida, denunciando o abuso da máquina pública e a manipulação da fé nas eleições de Feira de Santana.

Raul Pont defende a importância de uma frente de esquerda no Brasil para fazer frente aos avanços da direita, numa perspectiva ampla, que alie partidos e organizações a partir de um programa comum, um caráter permanente e de ação comum nas lutas cotidianas.

As leituras sobre a conjuntura internacional estão centradas na América Latina e nos Estados Unidos. Marília Closs e Talita Tanscheit analisam as principais disputas da esquerda na Bolívia, no Chile e no Uruguai. O professor Sebastião Ve-

lasco e Cruz preparou uma reflexão sobre as implicações internacionais das eleições norte-americanas de 2020.

Miriam Nobre, Nalu Faria e Renata Moreno apresentam os resultados da pesquisa realizada pela SOF (Sempreviva Organização Feminista) e Gênero e Número sobre o cotidiano das mulheres durante a pandemia, sob uma perspectiva feminista, colocando no centro da agenda política a sustentabilidade da vida, ou seja, os trabalhos de cuidados realizados pelas mulheres em condições precárias e invisibilizadas. *Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia* mostra, em dados, entrevistas, artigos e relatos, os impactos do contexto de isolamento social para a vida das mulheres, considerando as desigualdades imbricadas de raça, gênero e classe.

Jéssika Martins elaborou para esta edição da revista uma resenha sobre o livro *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. O diálogo entre as pensadoras Nancy Fraser e Rahel Jaeggi analisa o contexto atual do capitalismo, a partir de suas transformações e permanências sociais, políticas e ambientais para, numa perspectiva crítica, pensar as lutas de resistência.

Na reflexão final, apresentamos dois poemas de Cida Pedrosa, ganhadora do último Prêmio Jabuti. Com “Os meninos da minha cidade” e “Urbe”, a poeta pernambucana, e militante feminista, eleita vereadora em Recife pelo PCdoB, nos remete mais uma vez à desigualdade, em particular a racial, e da vida nas cidades, marcas profundas do ano de 2020.

Seguindo na luta.



# A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA E SUA DIALÉTICA NEGATIVA

## HOMENAGEM A FLORESTAN FERNANDES

JUAREZ GUIMARÃES

Como um conceito praxiológico, isto é, ligado desde sempre às lutas emancipatórias de sentido popular, dos trabalhadores, das mulheres, dos negros, dos povos colonizados, a revolução democrática pode e deve ser atualizada em vários contextos históricos.

O melhor é que seja expressão de um ascenso revolucionário dos oprimidos, como, por exemplo, o *Manifesto Comunista* de 1848 e *A Guerra Civil na França*, de 1871, quando Marx e Engels inscrevem a luta dos proletários na luta pela democracia, formulando para ela um programa radical, ou quando Marx, sob as cinzas da Comuna de Paris, pensa os fundamentos democráticos radicais de um Estado de transição ao socialismo alternativo ao Estado burguês.

Ou, como no período contemporâneo, como é o caso da expressão da experiência do povo boliviano em refundar o Estado, através de um processo constituinte de largo fôlego, no qual se subvertem as raízes coloniais e patriarcais do Estado, formu-

JUAREZ GUIMARÃES é professor da UFMG. Doutor em Ciências Sociais, pesquisa nas áreas de teoria política e do pensamento político e social brasileiro com ênfase nas tradições republicanas, marxistas, feministas e antirracistas. Autor de *Democracia e marxismo: crítica à razão liberal* (Xamã), *A esperança crítica* (Scriptum) e *A esperança equilibrista: o governo Lula em tempos de transição* (FPA).

lam-se novas culturas de direitos coletivos e se reorganizam as relações das comunidades indígenas com o poder político.

No período da experiência de coalizões lideradas pelo PT no governo nacional, o tema da revolução democrática, formulado inicialmente na cultura petista pelo companheiro Marco Aurélio Garcia, foi retomado pela esquerda petista para indicar os limites da democratização real do poder no Estado brasileiro, para ir além destes limites e para alavancar um programa histórico estrutural de transformações, não compatíveis de serem alcançados no quadro de uma governança sempre negociada com a pressão neoliberal, com um Congresso Nacional majoritariamente conservador, com um sistema de justiça ainda muito herdeiro das tradições elitistas, com um processo de formação de opinião corrompido pelo oligopólio empresarial não regulado e pela ausência de uma Justiça de Transição que tivesse reorganizado o aparato de coerção e militar no Brasil após a redemocratização.

Mas exatamente os limites de institucionalização da experiência petista de governo nacional e do próprio partido sempre foram um obstáculo intransponível à aceitação de um programa de revolução democrática, que criasse uma dinâmica de reorganização dos fundamentos de poder do Estado brasileiro. Pelo contrário, nos últimos anos, com a pretensa estabilização de uma coalizão tendo no PMDB um ator central, foi exatamente esta dinâmica de crescente adaptação às dimensões liberais e neoliberais do Estado brasileiro que ganhou corpo, enfraquecendo a base social das esquerdas e expondo-as ao ataque frontal da direita neoliberal.

Agora, frente à desestabilização da democracia brasileiro, à dinâmica de destruição dos direitos previstos na Constituição de 1988 pelo neoliberalismo e com a ascensão do governo Bolsonaro, o tema da revolução democrática retorna como crítica negativa da ordem, como exigência de reorganização do programa democrático e de sua radicalização frente a um impasse histórico de aprofundadas raízes. Foi exatamente

através de uma dialética negativa que o tema da revolução democrática ganhou dinamismo e consistência na obra de Florestan Fernandes, centralizando cada vez mais o seu diagnóstico e programa para as esquerdas.

## FLORESTAN FERNANDES E A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

Era através dos paradigmas da sociologia, de sua linguagem e de seus conceitos, que o grande mestre da sociologia universitária brasileira pensava a política, o Estado e suas transformações históricas e possíveis. Uma vez convidado a dar um curso de Ciência Política, na PUC-SP, já retornado do exílio e tendo sido aposentado compulsoriamente na USP pela ditadura, Florestan marcou de saída seu estranhamento em relação às linguagens de uma ciência política predominantemente liberal. Assim, suas reflexões sobre a democracia no Brasil foram desde sempre uma sociologia política, isto é, pensada a partir dos estamentos herdados do período colonial e da experiência da escravidão e das classes sociais em formação no capitalismo brasileiro.

Esta reflexão não é de menor importância pois ela nos fornece uma bússola, um caminho para ler toda a sua obra e compreender melhor o lugar central que a revolução democrática ocupa em seu pensamento e em sua práxis socialista. Já há um conjunto de interpretações que refutam a tese longamente influente de Bárbara Freitag que teria havido uma ruptura epistemológica entre a primeira fase da obra de Florestan, mais inserida em um ambiente de formação universitária e de caráter científico, e outra, radicalizada no pós-1964, de crescente impregnação do marxismo e de militância nos quadros da esquerda. A leitura profunda e sistemática da coerência da obra de Florestan não autoriza esta interpretação. Esta coerência do conjunto de sua obra se organiza exatamente em relação à questão democrática.

A questão da construção da democracia no Brasil, pensada a partir de uma sociologia crítica, referia-se desde o início da reflexão de Florestan às possibilidades de no Brasil formar-se uma “sociedade competitiva de classes” aos moldes dos países capitalistas desenvolvidos. Era, decerto, uma problemática de época, típica do pós-guerra, na qual predominava um liberalismo social ou keynesiano, que se refletia na sociologia exatamente a partir de teorias da modernização social.

O primeiro teste crítico desta hipótese democratizante veio para Florestan, como ele próprio nos conta, meio pelo acaso, através do convite de Roger Bastide para participar de uma pesquisa nacional, financiada pela ONU, sobre a formação ou não no Brasil de uma sociedade de harmonia racial e de miscigenação virtuosa, como foi interpretada a tese de Gilberto Freyre sobre a formação do Brasil, com base em sua trilogia iniciada com *Casa Grande & Senzala*. O resultado desta investigação sociológica empiricamente feita no estado de São Paulo não autorizou a hipótese democratizante: os negros continuavam à margem da sociedade de classes em formação. Nascia a problemática racial em Florestan Fernandes que é propriamente a gênese de sua interpretação do Brasil e que vai solidarizá-lo com o MNU na crítica à longa hegemonia da tese da “democracia racial”.

Em diálogo com a tradição sociológica progressista da Escola de Chicago (que não deve ser confundida com a tradição econômica neoliberal radical que depois ali se institucionalizou), Florestan no período que vai do pós-guerra aos anos cinquenta trabalhou o conceito de “demora” ou “atraso” no processo de modernização das estruturas sociais e culturais típicas de uma moderna sociedade de classes em função da resiliência de situações opressivas e de hábitos continuados herdados da sociedade escravocrata. No pré-64, esta noção de uma temporalidade própria e tardia da sociedade brasileira, em seu difícil processo de formação de uma “sociedade competitiva de classes” se combinaria com o diagnóstico de uma

resistência persistente e difícil em aceitar a democratização da ordem por parte das classes dominantes, ciosas da manutenção de seus privilégios.

Florestan não diagnosticaria no pré-64 propriamente uma conjuntura pré-revolucionária, mas de aberta pressão reformista sobre as estruturas da dominação, visando à incorporação ampla dos setores populares à ordem dos direitos democráticos. O golpe civil militar de 1964 e o aprofundamento de sua dinâmica autocrática em 1968 vieram, então, confirmar esta sociologia de um impasse histórico central no processo de democratização social do Brasil.

Em *A revolução burguesa no Brasil*, este impasse ganharia o sentido de uma tese de interpretação de longo fôlego. Aqui, as classes burguesas, pressionadas por baixo e dependentes do imperialismo por cima, não teriam *anima* nem espaço histórico para liderar a passagem para uma ordem moderna democrática. A autocracia seria o modo de atualizar o capitalismo brasileiro formando um “circuito fechado de poder”.

A democracia, então, de caráter subversivo seria o programa das classes trabalhadoras. Esta raiz sociológica de classe, pela sua própria dinâmica, levaria a que a luta democrática não devesse ser autocontida na ordem burguesa e muito menos na democracia liberal. Por isso, o conceito de uma revolução democrática vai ao centro da obra madura de Florestan Fernandes.

Este entendimento sociológico classista da atualidade da luta democrática, vinculando-a ao programa das classes trabalhadoras e populares fez Florestan recusar e criticar publicamente a noção de uma “democracia de valor universal”, que vinha na época do eurocomunismo e fazia entrada na cultura da esquerda brasileira através de Carlos Néilson Coutinho e de Francisco Weffort em *Por que democracia?*

Este conceito de revolução democrática permitiu também a Florestan Fernandes trabalhar criativamente a tensão entre reforma e revolução, tão típica das culturas do socialismo, através do par “revolução dentro da ordem” e “revolução

contra a ordem”. Isto é, entender a importância da luta pelos direitos dos trabalhadores em uma democracia ainda burguesa mais alargada e a necessidade de ir além dos limites desta ordem para aprofundar uma dinâmica de transformações socialistas. E o fez diferenciar uma república de democracia restrita de uma república de democracia ampliada, na qual pudesse se desenvolver plenamente a luta democrática das classes trabalhadoras, em uma reflexão que lembra muito o Marx de *Crítica ao Programa de Gotha*.

Foi, por fim, este conceito de revolução democrática que levou Florestan a entender a importância da luta na Constituinte de 1988, que aprovou um programa de direitos avançados em algumas áreas, e, ao mesmo tempo, exercer a crítica da transição conservadora, perguntando-se, ao modo de Marx, *Que tipo de República?*

## REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA VERSUS CONTRARREVOLUÇÃO

Da mesma forma que em Florestan Fernandes, o conceito de revolução democrática pode e deve orientar hoje o diagnóstico e o programa de luta em um período regressivo da ordem liberal. Ele nos ajuda a compreender o sentido e a dinâmica política da nova coalizão formada pelas classes dominantes brasileiras em aliança muito evidente com setores das classes dominantes internacionais e com a participação direta do Estado norte-americano.

Em síntese, o sentido do processo de desestabilização da democracia, o golpe de 2016, os ataques virulentos ao centro mesmo dos direitos expressos na Constituição de 1988, a linha de destruição do setor público da economia brasileira e a ascensão de Bolsonaro, é o de uma contrarrevolução, preventivamente acionada contra o reformismo contido dos governos liderados pelo PT. Esta contrarrevolução é uma refundação do Estado brasileiro a partir de um programa neoliberal

radical, que foi reorganizado pelo Instituto Fernando Henrique Cardoso a partir de 2011.

Este programa exigiu, para ser implantado e se tornar vitorioso, uma linguagem agressivamente formulada nos termos virulentos de ódio que supera mesmo aquele período da chamada “guerra fria”. Frustrada a vitória eleitoral de Aécio Neves em 2014, este programa de refundação do Estado brasileiro a partir de um neoliberalismo radical pôs em ação uma estratégia, articulada com as empresas de mídia e os setores dominantes do judiciário, de desestabilização da democracia brasileira.

Criou-se assim uma fatal defasagem entre a consciência programaticamente radical das classes dominantes, extremada em seu liberalismo antidemocrático, e a consciência das esquerdas brasileiras, em particular dos dirigentes do PT e do governo Dilma, fortemente adaptada à democracia liberal realmente existente e apegada às suas dinâmicas. Esta defasagem fatal não foi ainda superada pelas esquerdas brasileiras e continua a ser o seu principal limite hoje na luta contra o governo Bolsonaro.

Isto é: enquanto a coalizão neoliberal que dirigiu o golpe e sustenta ainda, apesar de suas divisões internas, o governo Bolsonaro, está “revolucionando” o Estado brasileiro a partir de seu programa histórico neoliberal, as esquerdas brasileiras continuam centradas principalmente na disputa institucional e sem um programa de revolucionar o Estado brasileiro a partir de seu programa histórico. Ou em outras palavras: as classes dominantes estão bem mais avançadas na implementação de seu programa de “revolução antidemocrática” do que a elaboração das esquerdas em seu programa de revolução democrática.

Esta acomodação das esquerdas brasileiras às instituições, agendas e calendários possíveis no quadro do Estado liberal vigente permitiu às classes dominantes acionar o conjunto das suas instituições para viabilizar e legitimar o próprio golpe na democracia: mídias empresariais desregulamentadas sem contrapartida em um sistema público de comunica-

ções; instituições do Ministério Público, do sistema judiciário e do próprio STF defasadas de controles democráticos ajustando as suas decisões à dinâmica do golpe; maiorias congressuais conservadoras mobilizadas para votar um impeachment sem crime de responsabilidade; instituições macroeconômicas neoliberais usadas em bloco para paralisar e quebrar a dinâmica econômica; as Forças Armadas, envolvidas desde o início na conspiração contra a democracia e sem freios democráticos, cada vez mais protagonistas e exercendo tutela sobre decisões até do STF.

Em síntese, as estruturas de poder não democratizadas foram facilmente capturadas para uma dinâmica antidemocrática. Vale aqui a lição publicamente expressa por Evo Morales: a capacidade de resistência democrática e popular a tentativas de golpe depende fundamentalmente do grau de avanço da revolução democrática. Se as classes dominantes podem utilizar em bloco as próprias instituições do Estado contra a democracia, então as chances de resistência ficam severamente diminuídas.

Esta captura dos órgãos do Estado para a gestão da luta política já sem uma regulação democrática pela Constituição de 1988 e suas jurisprudências minimamente estabilizadas provocam a emergência de um Estado de exceção permanente contra as esquerdas. O casuísmo, a luta de facções, o vale tudo eleitoral, a interdição de Lula ser candidato apesar de toda a desmoralização pública da Operação Lava Jato, a permanente violação de artigos da Constituição por aquele que ocupa o cargo da presidência, a votação de emendas à Constituição que, de fato, desconstitucionalizam toda uma gama de direitos fundamentais previstos, em um clima de profunda erosão dos fundamentos mínimos do processo de formação de uma opinião pública democrática, geram um grave dilema para as esquerdas que resistem à dinâmica da contrarrevolução neoliberal.

Este dilema, já entrevisto por Wanderley Guilherme dos Santos no livro que registrou de modo definitivo o golpe

de 2016 na cultura política brasileira, *A democracia impedida*, é o seguinte: se não lutam nos espaços institucionais apesar de seu processo de violação, as esquerdas correm o risco de se isolar e facilitar o trabalho de destruição da democracia e do setor público da economia; ao se inserirem neste espaço de uma “democracia de exceção”, correm o risco de legitimar o próprio processo de destruição da democracia, suas agendas e horizontes.

Sem um programa de revolução democrática não é possível superar este dilema e reabrir um horizonte estratégico de lutas para os trabalhadores e as classes populares.

## ATUALIDADE DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

A atualidade de um programa da revolução democrática organiza cinco dimensões, complementares e coerentes entre si, da luta das esquerdas contra o governo Bolsonaro.

Em primeiro lugar, questiona frontalmente o falso realismo daqueles que, em nome de uma avaliação da correlação de forças, propõem uma “guerra de posição” no interior das instituições do regime de exceção que hoje vigora no Brasil. A competição eleitoral tomada como centro da estratégia, as negociações ou pactuações de alianças com setores considerados menos regressivos da coalizão neoliberal, um horizonte estritamente defensivo das lutas, continua sendo a ilusão fatal para as esquerdas, enredadas no labirinto de um processo de desdemocratização cuja finalidade maior é fazer o que for necessário para impedir o retorno das esquerdas ao governo das instituições estatais. Não é possível sequer acumular forças neste chão movediço: este é o terreno, pelo contrário, em que as esquerdas serão tragadas em sua identidade e condenadas a uma impotência histórica duradoura.

Em segundo lugar, a revolução democrática reclama de partida uma dinâmica unitária das forças de esquerda, capaz

de polarizar os partidos de centro-esquerda, hoje ainda posicionados ambigualmente na oposição à coalizão neoliberal. Sem ela, a escala de forças, o poder de convocação, a energia social mobilizada, o próprio horizonte programático das esquerdas se reduzem a uma vocação minoritária e fragmentada diante da unidade programática da coalizão neoliberal, para a qual convergem as classes dominantes. Trata-se do desafio de formar uma unidade política orgânica capaz inclusive de propor uma identidade comum para a resistência e esperança do povo brasileiro.

Em terceiro lugar, a revolução democrática repõe agora, em uma situação mais dramática, o desafio para as esquerdas brasileiras de romper o seu curso de institucionalização e construir juntas um movimento político organizado de raiz, capaz de reconstituir o solo social das esquerdas, duplamente atacado pela desconstituição das classes trabalhadoras e pela rede evangélica conservadora. Partidos de esquerda que organizam os seus ciclos políticos a partir da agenda eleitoral de um regime de exceção não são capazes de reconstituir sua base social. É exatamente o contrário: é a reconstituição de uma nova cultura de organização política, territorializada, unitária, feminista e antirracista, capaz de estar junto e dar voz à imensa e crescente legião de trabalhadores precarizados, que pode fornecer uma potência eleitoral com vocação hegemônica para as esquerdas.

Em quarto lugar, a revolução democrática permite e propõe uma dialética criativa entre as lutas de resistência e a construção de uma alternativa para o país. Nenhuma luta de resistência se faz sem esperança. É a esperança que é capaz de soprar os pulmões de quem, como George Floyd, não consegue mais respirar. Sem uma perspectiva de refundação da democracia no Brasil, de uma nova democracia que supere os limites daquela que pôde ser construída em um processo de transição conservadora no qual as forças de esquerda eram minoritárias, sem estabelecer uma vigência plena de um prin-

cípio de soberania popular, nenhum direito humano sairá do ciclo de ameaça e destruição organizado pela coalizão neoliberal.

Serão as esquerdas brasileiras, em um novo ciclo político histórico longo, capazes de refundar o Estado brasileiro através de uma revolução democrática, construindo não mais uma república liberal, mas uma república democrática e popular, que abra os caminhos para as grandes transformações estruturais desde sempre sonhadas pelos lutadores históricos do povo brasileiro e atualizadas pela emergência de novas lideranças populares? Se não for capaz desta aspiração, anotava Antonio Gramsci, as esquerdas perdem de saída sua vocação hegemônica e sua identidade, pois é através da luta por um novo Estado que se constroem os valores de uma nova civilização socialista. Um dirigente revolucionário, talvez o mais realista de toda a história do socialismo, uma vez afirmou que é preciso sonhar desde que construamos dia a dia, passo a passo, a imaginação deste sonho. Sonhar, então, de olhos bem abertos e perscrutadores: é este hoje o conselho maior que uma inspiração da revolução democrática interpela as esquerdas brasileiras em uma das situações mais dramáticas de toda a sua história.



# CELSO FURTADO E O HUMANISMO, UMA AGENDA DE PESQUISA

ANDRÉ DRUMOND

É reconhecida por seus intérpretes a dificuldade em situar o pensamento de Celso Furtado em relação às grandes tradições do pensamento político ocidental. Em parte, isso pode ser atribuído à própria originalidade de seu pensamento, seja por sua contribuição à formulação do chamado estruturalismo latino-americano, no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), seja, de maneira mais específica, pela sua sistematização da teoria do subdesenvolvimento. Seja como for, o resultado é que seu pensamento tende a ser identificado a partir de suas expressões mais sincrônicas.

Entendido enquanto categoria central na formação do pensamento republicano<sup>1</sup>, propomos nesse texto a interpretação da noção de humanismo no pensamento de Celso Furtado. Essa formulação, que permitiria inscrevê-lo em uma voga abrangente do pensamento político moderno, apareceria com clareza e relativa sistematicidade no início da década de 1960, em *A pré-revolução brasileira*.<sup>2</sup>

ANDRÉ DRUMOND é professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares. Pesquisador do Centro de Estudos Republicanos Brasileiros (Cerbras, UFMG) e do Centro de Estudos do Pensamento Político (CEPP, UFJF/GV).

1. Baron, Hans. *The crisis of the early Italian Renaissance*. Princeton: Princeton University Press, 1955. Bignotto, Newton. Humanismo cívico hoje. In: Bignotto, N. (Org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

2. Furtado, C. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

3. Furtado, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

4. Furtado, C. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

5. Furtado, C. *Anos de formação 1938-1948*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Celso Furtado, 2014.

6. Furtado, C. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962, p. 29.

7. Furtado, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962, p. 17.

O conceito de humanismo, tal qual aparece em *A pré-revolução brasileira*, tem ao menos dois sentidos. O primeiro remete a um sentido histórico forte, com o qual Furtado designa o “humanismo renascentista, que recolocou na pessoa humana o foco de seu próprio destino” (1962, p. 17). Esse sentido terá correspondência em outras obras do autor, como *Criatividade e dependência na civilização industrial* [1978]<sup>3</sup> e *Cultura e desenvolvimento em época de crise*<sup>4</sup>. Trata-se da identificação de elementos culturais que estariam na gênese do chamado ocidente, a consideração da humanidade como criadora, mais do que criatura, e da própria história como resultado da ação humana.

Mas há, também, um segundo sentido para a noção de humanismo, que remete ao legado das ideias humanistas, sua incorporação aos anseios e aspirações do homem moderno em um contexto em que se detém a capacidade de atuar coletivamente de modo a realizar os fins a que se propõe uma sociedade. De modo sintético, trata-se de pensar o humanismo a partir do registro do planejamento – tema que ocuparia parte importante da obra de juventude de Celso Furtado<sup>5</sup> – assim como um objetivo “autêntico” do próprio desenvolvimento<sup>6</sup>. Nessa dimensão, o autor remete a um conjunto de aspirações sociais mais abrangentes, uma “filosofia de ação” que poderia ser sintetizada como,

por um lado, o desejo de liberar o homem de todas as peias que o escravizam socialmente, permitindo que ele se afirme na plenitude de suas potencialidades, e por outro [...] uma atitude otimista com respeito à autodeterminação consciente das comunidades humanas. Trata-se, em última instância, de um estágio superior do humanismo; pois, colocando o homem no centro de suas próprias preocupações, reconhece, contudo, que a plenitude do desenvolvimento do indivíduo somente pode ser alcançada mediante a orientação racional das relações sociais<sup>7</sup>.

O humanismo de Furtado surgiria articulado à crítica das tradições do liberalismo e do marxismo-leninismo enquanto incapazes, histórica e contextualmente, de responder aos anseios e às necessidades do Brasil de então. Ainda que de modo superficial, cumpre indicar que do liberalismo o autor remeteria tanto aos efeitos de desorganização quanto ao custo social do individualismo *laissez-fairiano*, do qual resultaria um desenvolvimento anti-humano, marcado pelo “contraste entre o desperdício e a miséria”. Mas a crítica se direciona também ao princípio da posse privada dos meios de produção que, para ele, não constituiria uma finalidade, mas antes um meio, ou recurso, a respeitar a conveniência do interesse público e do bem-estar social<sup>8</sup>.

De outro, embora afirme que tanto a tradição do socialismo quanto o pensamento (ou “filosofia social”) de Marx estariam ligados à tradição do humanismo, a experiência histórica da União Soviética – então entendida desde o prisma do marxismo-leninismo – seria marcada por métodos “anti-humanos”. Tal seria o resultado da “coletivização compulsiva e [...da] repressão violenta”, de “enorme preço em vidas humanas”<sup>9</sup>. O método revolucionário, reconhece Furtado, vinha demonstrando ser bem sucedido em produzir ciclos rápidos de desenvolvimento material em sociedades agrárias e de mobilidade social relativamente fechada. Seu apoio inicial derivaria do fato de que os benefícios para a massa de indivíduos excluídos pareceria suficiente para sobrepor-se a quaisquer razões de liberdade individual. Tal não seria, no entanto, a circunstância brasileira. A despeito das desigualdades regionais e de uma ainda numerosa massa de trabalhadores do campo, o desenvolvimento da indústria e da democracia ensejariam um horizonte alternativo para a superação das condições de subdesenvolvimento.

A interpretação do pensamento de Furtado no registro da curta duração tem como resultado a sua inevitável superação, seja como fôlego do pós-guerra, seja como expressão de

8. Furtado, Celso, *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962, p. 18-20.

9. Furtado, Celso, *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962, p. 21-22.

um nacionalismo (supostamente) anacrônico. Por outro lado, inscrevê-lo como parte de uma tradição secular como o humanismo, ou o republicanismo, permitir-nos-ia repensar sua presença e seu legado, ressignificar suas interlocuções, entendendo seu pensamento como parte de uma linguagem política mais abrangente, a qual qualificaria o próprio sentido da democracia na contemporaneidade.

# CONTRIBUIÇÃO AO BALANÇO ELEITORAL DO PT

COORDENAÇÃO NACIONAL DA DS

1. O PT sempre integrou a disputa local à disputa nacional, passando também pelos estados. A relação entre as eleições municipais e a disputa da presidência da república, no entanto, não é direta e nem automática. Em 2018, por exemplo, alcançamos 30% no primeiro turno com Haddad e vínhamos (em 2016) de 5% dos votos municipais. As disputas presidenciais desde 1989 – e talvez se possa dizer desde a República – são momentos de alta condensação da luta política e especialmente desde 1989 expressam a polarização social e política de projetos nacionais com referência nas classes fundamentais do capitalismo brasileiro. Essa dimensão se apresenta, como sabemos, de forma bastante mediada e às vezes até turvada no âmbito municipal.

2. Por essa razão, o PT busca imprimir um caráter nacional às disputas locais. Ou, se quisermos, elementos da disputa nacional de projetos na disputa local. E isso é facilitado

pelo fato de o nosso partido ter se construído como partido nacional e com um projeto nacional. Também contribui para essa intervenção pela nacionalização das disputas municipais o programa de governo do partido para o poder local, o modo petista de governar. Os bons exemplos e a referência programática constituíram-se, além de orgulho e identidade partidários, um grande reforço à luta de hegemonia para o projeto de transformação nacional que representamos.

3. Nesse processo histórico o PT abriu-se aos movimentos sociais, aos que não têm vez nem voz política. Ao mesmo tempo buscou uma construção orgânica em que a representação parlamentar e nos executivos se integrassem ao desenvolvimento do partido de modo que aparatos e recursos estatais não fossem utilizados em projetos próprios ou para controle do partido. Ou para barrar renovações de quadros e de representação para fora e para dentro do PT.

4. A relação entre as eleições municipais e a disputa nacional deve nos dar elementos para avaliar acúmulos e alterações na correlação de forças; reforço ou enfraquecimento de tendências já presentes na sociedade. E ainda, e não menos importante, para ajudar a compreender avanços e limites na construção do partido e na sua luta pela hegemonia política.

5. Podemos adiantar algumas conclusões a partir dessa perspectiva:

1<sup>a</sup>) a mobilização partidária, o esforço de atualizar o modo petista de governar e a defesa do Partido tiveram impacto muito positivo na disputa e conseguiram estancar o descenso aberto em 2016. O partido – de forma não linear, é preciso destacar – retoma capacidade de disputar em grandes centros urbanos.

2<sup>a</sup>) o projeto nacional – que se refere à disputa de rumos do país, ao enfrentamento da extrema direita e do neo-

liberalismo, em suma, à alternativa de governo de esquerda como decorrência ao Fora Bolsonaro! – é o elemento nacional que faltou à linha do PT. É um elemento maior do que a defesa do legado, da liberdade do presidente Lula e da autodefesa partidária. É justamente o projeto nacional no sentido mais amplo de reconstruir a esperança em novas bases que faltou na linha do PT na disputa municipal.

3ª) em consequência, a construção da frente de esquerda não foi posta como objetivo nacional igualmente importante. A frente de esquerda, em geral, se realizou por iniciativas estaduais e municipais.

4ª) nitidamente, não houve uma política de colocar no centro tático a construção da alternativa de esquerda para derrotar a extrema direita e a direita neoliberal. Essa é a grande falha da linha nacional majoritária no PT.

5ª) o sentimento de massas de esquerda esteve mais avançado que a linha de acumulação própria. Ora, sabemos que esses dois objetivos – a defesa do partido e o projeto nacional – são possíveis de andar juntos. Aliás, andam melhor juntos. Como andaram em 2018 quando movimentos amplos apoiaram nosso candidato contra a extrema direita; também em 2014 para enfrentar a aliança neoliberal de direita e extrema direita.

6ª) o bolsonarismo foi derrotado em SP e Rio (e outras metrópoles), apesar de dispor de forças não desprezíveis disseminadas no território nacional e de contar com fortes dispositivos de mobilização antiesquerda, mas não os centralizou politicamente em situações decisivas e nítidas de confronto. De outro lado, não se pode desprezar o crescimento de forças de direita de perfil fisiológico e de baixa identidade nacional, o chamado “centrão”, que tem se alinhado com a extrema direita no governo.

7ª) a direita neoliberal, PSDB à frente, tem a seu favor a vitória de segundo turno em São Paulo contra a esquerda e subordinando a extrema direita, e o crescimento do DEM.

Mas PSDB e MDB tiveram suas votações nacionais em queda significativa de 2016 para 2020.

8<sup>a</sup>) o mapa municipal desloca-se para a direita mas com contradições e fissuras que permitiram grandes disputas da esquerda em grandes centros e vislumbram o potencial de crescimento da esquerda.

9<sup>a</sup>) a tese da frente de esquerda vinculada à construção de uma alternativa à extrema direita e ao neoliberalismo foi vitoriosa na massa. Há uma necessidade de unidade da esquerda e há um eleitorado de esquerda em busca de unidade da esquerda. Para votar e para participar dela. É possível construí-la e é possível ampliá-la para a centro-esquerda. Deve ter um caráter de defesa da democracia e radicalmente alternativa ao neoliberalismo. É o caminho para estruturar a alternativa de esquerda contra a extrema direita e a direita neoliberal. A frente de esquerda deve ser construída desde já, programática e organicamente.

## I. O ELEMENTO NACIONAL NAS RECENTES ELEIÇÕES MUNICIPAIS

6. O confronto com a extrema direita no governo e qual nova alternativa de governo será vencedora é o que tem pautado a sociedade brasileira praticamente desde a vitória em 2018 de Bolsonaro depois da grande polarização do segundo turno daquele ano. Essa questão central está posta para a esquerda de forma mais aguda pelo menos desde que se unificou no movimento Fora Bolsonaro. A pandemia, junto com a crise econômica, ampliou os espaços de oposição. Por isso, o balanço eleitoral deve ter como um dos seus focos centrais, senão o mais importante, a disputa nacional. Perceber quais forças avançaram para esta disputa e quais movimentos políticos podem ser extraídos das eleições tendo em vista a ampla e profunda crise do Brasil sob o governo da extrema direita.

7. Os grandes meios de comunicação apressaram-se em declarar a vitória da direita neoliberal, formada em torno do PSDB e DEM. Mesmo que o PSDB tenha perdido nacionalmente 7 milhões de votos entre 2016 e 2020, no primeiro turno, o discurso da hegemonia da direita neoliberal já estava pronto para ser anunciado com a vitória em São Paulo.

8. Ocorre que, além da perda de votos do PSDB, há forte entrelaçamento dos diversos partidos da direita neoliberal com a extrema direita no governo. E isto foi pouquíssimo explorado na disputa municipal, salvo exceções como São Paulo pela candidatura de Guilherme Boulos. De outro lado, a extrema direita (que se expressou principalmente, mas não só, através dos “republicanos”, “patriotas” e “social liberais”) e partidos anexados a ela no governo, como PSD e PP, mesmo derrotada na maioria dos segundos-turnos que disputou, somou expressiva votação nacional. Vale dizer, não está fora da disputa nacional e continua governando o país graças à conivência e ajuda da direita neoliberal, irmanados no mesmo programa econômico que produziu a crise em que se encontra o país.

9. É possível que a “proclamação” da vitória do PSDB pela grande mídia tenha por base o segundo turno paulistano. Devemos olhar esse confronto. O PSDB reuniu toda a direita e a extrema direita, invertendo a equação que levou Bolsonaro com seu apoio à presidência. De outro lado, Boulos reuniu a esquerda e a centro-esquerda. Nesse sentido, analisar São Paulo importa por ter sido a disputa mais nítida de blocos no segundo turno e logicamente pela centralidade de São Paulo na disputa nacional. É importante compreendermos todos os aspectos dessa disputa, desde a votação na periferia ao enorme volume da abstenção. O movimento do PT no segundo turno reforçou enormemente a votação da esquerda, especialmente com a entrada dos votos populares. Ainda que obviamente

precoce, a comemoração da direita neoliberal é um alerta para o PT e a esquerda.

10. A linha oficial do PT de apresentar um máximo de candidaturas para defender o partido teve importância, contribuiu para elevar nossa presença nos municípios grandes e para estancar a queda que vinha desde 2016. Mas é insuficiente, pois é possível disputar hegemonia e construir afirmação partidária. Aliás, os dois objetivos se realizam melhor, com mais sinergia, quando construídos de forma combinada e conjunta com alianças de esquerda para enfrentar o problema político central do país: a construção da alternativa de esquerda face ao governo da extrema direita.

11. Além de insuficiente, a linha quantitativa da direção do PT levou a candidaturas inconsistentes em lugares absolutamente decisivos como SP e BH. Nesses casos desconheceu não só alianças de esquerda como até a chamada sociedade civil petista, intelectuais, lideranças e a simpatia eleitoral mais ampla construída pelo partido. A candidatura de um partido de massas não pode ser apenas a expressão da correlação de forças interna. Obtivemos resultados píffios.

## II. CONSTRUIR A ALTERNATIVA DE ESQUERDA DESDE JÁ OU POR QUE A FRENTE DE ESQUERDA É NECESSÁRIA DESDE JÁ.

12. Uma frente de esquerda é necessária quando há fragmentação da classe trabalhadora e quando os inimigos de classe representam forças que nos ameaçam seriamente. Esse debate e essas condicionantes aparecem claramente nos primeiros congressos da Terceira Internacional e também naqueles da Oposição de Esquerda frente ao fascismo na Alemanha.

13. Reivindicamos essa tradição e a ela agregamos experiências atuais na América Latina, como a da Frente Ampla no Uruguai. Elas mostram que a unidade da esquerda é fundamental para barrar o neoliberalismo, a extrema direita e avançar na conquista da democracia nas suas formas mais radicais de participação e de perspectivas de superação do capitalismo.

14. O texto apresentado por Raul Pont, “Por uma frente de esquerda no Brasil”, expressa nossa visão estratégica no atual período da luta de classes. O PT contribui com essa construção com sua história, programa, legado, enraizamento, experiência e capacidade de direção. Pelo seu caráter estratégico, não é uma tarefa a ser empurrada para o “período eleitoral”, mas cuja construção deve ser iniciada desde já e fortemente combinada com a luta pelo Fora Bolsonaro. Não é só tática eleitoral, é estratégia para retomar a polarização social e política no país. Não se mede pelas dificuldades de todos os tipos para construí-la, mas pelo potencial que representa para a luta democrática e para retomar a perspectiva de grandes transformações no Brasil.

### III. A DERROTA DE TRUMP E A EXTREMA DIREITA NO BRASIL

15. O neoliberalismo (o programa e a globalização) e a crise das democracias são as causas que levaram a extrema direita ao poder nos EUA e em outros países como o Brasil. O neoliberalismo foi o programa responsável pelas crises econômicas e políticas recentes e a consequente ascensão da extrema direita. A brecha aproveitada pela extrema direita se abriu com conciliações da esquerda e centro-esquerda com o neoliberalismo.

16. A derrota de Trump não sinaliza retrocesso do neoliberalismo; a natureza do governo Biden é neoliberal e imperialista. Deve atuar para recompôr a ordem interna-

cional sob hegemonia do principal Estado imperialista. Sua evolução talvez possa ser contida ou pressionada pela esquerda, mas não disputada.

17. O processo, no entanto, que tornou possível a derrota de Trump vai muito além do governo Biden. Representa uma reação democrática muito heterogênea, de setores de Wall Street a Alexandra Ocasio-Cortez, ao movimento BLM (Vidas Negras Importam) e muitos outros que se somaram na oposição à extrema direita nos EUA. Pode abrir-se um período de grandes disputas políticas e mobilizações populares nos EUA. Correntes políticas à esquerda do liberalismo vêm se formando e podem se fortalecer.

18. O significado internacional mais importante da queda de Trump poderá ser a inversão da onda que levou a extrema direita a governos de diversos países ou a crescimentos muito importantes como força política. A hipótese que decorre daí é que poderá expandir-se a queda de governos de extrema direita.

19. Diferentemente do bipartidismo dos EUA, no Brasil o PT e mais partidos socialistas e populares, CUT e centrais sindicais, MST e movimentos de trabalhadores sem terra, MTST e mais movimentos de trabalhadores urbanos, Marcha Mundial das Mulheres e tantas outras forças fundaram o campo da independência de classe face à burguesia. Apesar das derrotas, recuos e muitas debilidades, existe um campo social e político de esquerda.

20. E por isso, pode-se desenhar o espaço brasileiro em três campos: um campo democrático-popular, um campo de centro-direita e um campo de extrema direita. Em termos “ideais” esses três grandes campos poderiam ser vistos em três eixos programáticos:

> alternativa “retocada” da extrema direita em aliança com setores de direita, com perfil antidemocrático e de ataque às organizações populares, programa neoliberal de austeridade, política externa isolacionista (não nacionalista) de direita;

> alternativa de caráter liberal autoritário, com um programa neoliberal de austeridade, política externa pró-globalização;

> alternativa democrática, com reformas distributivistas, programa antineoliberal e antiausteridade, política externa soberana.

21. A cada campo programático corresponderia uma frente política? Isso está em aberto. O balanço eleitoral nos ajuda a decifrar pontos de largada, acúmulos e os resultados de confrontos de tipo “prévia” em relação à disputa nacional. Mas é o processo nacional que definirá a formação de frentes políticas unificadoras ou a permanência da fragmentação. É de se anotar que o campo político mais fragmentado nessas eleições municipais foi o da extrema direita. Os demais apresentaram diversas formações. Na esquerda, variou do partido-solo a formações mais completas de frente de esquerda. Na centro-direita, algo similar.

22. As eleições municipais são importantes em dois sentidos:

> pelo impacto no peso relativo de cada força, do que conseguiram acumular agora;

> pelo aprendizado que o PT e a esquerda no seu conjunto irão retirar dessa experiência e as perspectivas nacionais que se formarão.

23. Para o PT e a esquerda, sem dúvida, a condição ideal de disputa é a que proporcionar mais força para lutar pela unidade da classe trabalhadora e pela maioria social, vale dizer, pela conquista democrática de um governo de esquerda.

Essa é a perspectiva de uma frente de esquerda com unidade programática e capacidade de mobilizar as maiorias para vencer, tomar posse e governar. O cenário internacional pós-derrota de Trump é potencialmente adverso à extrema direita e aberto à disputa democrática de alternativas.

# JUIZ DE FORA

GILIARD TENÓRIO

Há muitos sinais positivos nos resultados expressos pelas urnas em Juiz de Fora. A candidata petista Margarida Salomão é a nova prefeita da cidade, alcançando o feito em sua quarta tentativa e, mais importante, ao empreender uma campanha em tom nitidamente popular e inovador, alcançando ainda distinguir um programa indiscutivelmente de esquerda, sintetizado no mote *tudo é pra todos*. Ao cabo do segundo turno, somou 55% dos votos válidos, recebendo quase 145 mil votos. Já havia terminado o primeiro turno na liderança da corrida, então com 40% do eleitorado.

Os bons ventos favoreceram a disputa travada pelo PT e a esquerda também no âmbito do legislativo. Juiz de Fora passa agora a contar com três vereadores petistas: Cida Oliveira, Juraci Scheffer e Laiz Perrut – esses últimos dois, militantes da Democracia Socialista. O PT retoma, dessa vez isoladamente, a posição de maior bancada na casa. De outro modo, a participação das mulheres também é recorde: além de Laiz e

GILIARD TENÓRIO é jornalista e doutor em Ciência Política pelo Iesp-Uerj (2015). Membro da direção do PT em Juiz de Fora é, atualmente, assessor do Gabinete de Estratégia e Inteligência da Prefeitura de Juiz de Fora.

Cida, o parlamento contará com a participação de Tallia Sobral (PSOL, primeira vereadora da história do partido na cidade) e Kátia Franco Protetora (PSC).

Esse retrato sinaliza um cenário positivo para a esquerda e para o campo progressista na cidade, ao que se somam os resultados negativos encontrados pelas candidaturas de direita, especialmente aquelas sintonizadas ao bolsonarismo. A candidata do PSL, Sheila Oliveira, foi fragorosamente derrotada, amargando a quarta colocação, com apenas 10% dos votos válidos. Sheila vinha sendo a face pública de defesa de Bolsonaro desde 2018, quando se elegeu deputada estadual.

Por mais que seja expressivo, esse resultado não deve levar à conclusão de uma derrota definitiva do bolsonarismo na cidade. O primeiro turno, pelo contrário, pode assinalar na verdade um realinhamento das forças políticas conservadoras, com novas formas de composição que fogem à hipótese mais óbvia, de concertação em torno do PSL (ex-partido de Bolsonaro) ou do Republicanos (sigla que os filhos do presidente atualmente colonizam).

As pesquisas internas a que a candidatura petista teve acesso sinalizam que, na verdade, as parcelas da sociedade mais alinhadas ao bolsonarismo sempre estiveram congregadas em torno da candidatura de Wilson Rezato, empresário da construção civil, derrotado por Margarida no segundo turno das eleições.

É justamente esse viés econômico que sintetiza as convergências do conservadorismo em torno de Wilson e explicitaram a polarização política no curso nas eleições municipais de 2020. O que os dados das pesquisas permitem supor é a confirmação da hipótese de adesão de certas elites econômicas nacionais (e locais, no caso) ao bolsonarismo, sem um casamento definitivo, contudo.

Por outro lado, quando há alternativas eleitorais mais interessantes, essas mesmas elites desembarcam do bolsona-

rismo, realinhando-se em torno de um candidato mais confiável. Esse é, possivelmente, o caso de Juiz de Fora, expresso em cores nítidas na figura de Wilson Rezato, ele mesmo um legítimo representante dessas elites, proprietário da mais afortunada empresa de construção civil da cidade.

É evidente que essa hipótese deve ser testada, somando o caso juiz-forano ao de outras cidades em que a disputa eleitoral envolveu candidaturas do bolsonarismo. Contudo, esse desenho ainda não dá conta por completo da eleição em Juiz de Fora.

Nesse momento, convém assinalar um traço à primeira vista contraditório da candidatura Wilson Rezato: ela correu por meio de um partido de esquerda, o PSB. É fato que tal sigla carece de homogeneidade identitária em nível nacional. Em Minas, não foram poucas as vezes em que os pessebistas foram aliados de primeira hora do neoliberalismo, especialmente durante os governos Aécio Neves. Em Juiz de Fora, o partido é hoje comandado por um grupo dirigente que jamais se alinhou à esquerda, expresso na figura do deputado federal Júlio Delgado.

A estadia de Wilson Rezato no PSB, portanto, é explicada por esse contexto local. De outro modo, esse cenário vai ao encontro de outro aspecto relevante: sua candidatura é patrocinada por políticos que, alternadamente, vêm governando Juiz de Fora nos últimos trinta anos, os ex-prefeitos Tarcísio Delgado (pai de Júlio) e Custódio Mattos. Trata-se, portanto, de uma candidatura de continuidade a essa linhagem de figuras políticas.

A candidatura Margarida em 2020, portanto, trouxe para si o desafio de simbolizar a renovação da política juiz-forana, narrativa que também permeou a eleição em 2008. Nos outros pleitos, a identidade da candidatura havia sido outra: em 2012, a representação do sucesso do governo Lula; em 2016, a defesa do PT, a denúncia do golpe contra Dilma e a luta pela inocência de Lula.

2020 difere de 2008, contudo, pela explicitação de um conflito de fundo ideológico e forte viés político-econômico. Margarida e Wilson representam projetos de cidade absolutamente diferentes, cuja expressão acabou caracterizando o debate público durante as eleições.

A candidatura Margarida soube utilizar seu tempo no rádio e na TV, apesar de restrito, para denunciar a visão de mundo expressa por um empreiteiro: uma cidade de concreto, concentrada no centro, desprezando as periferias, a falta de direitos que lá ocorre, tratando a população não como cidadãs e cidadãos, mas como clientes: a Prefeitura deveria trabalhar por “valorizar os imóveis”, disse Wilson em entrevista.

De outro modo, a candidatura Margarida soube expressar sua própria visão de cidade, em que a atenção à população deve se voltar aos estratos tradicionalmente excluídos e oprimidos, mas sobretudo entendendo a cidade como um bem comum, fonte de direitos que devem estar ao alcance de todas e de todos.

Como esperado, o antipetismo voltou a ser utilizado como ferramenta de campanha negativa, mas renovado, também reproduzindo a lógica bolsonarista, que estreou em 2018. Não temos mais apenas a associação do PT a escândalos de corrupção. Trata-se, na verdade, da mais rebaixada linha de *fake news*, que radicalizam em viés negativo as pautas feministas, da comunidade LGBTQ+, além de conspiracionistas, como a de doutrinação política em escolas.

Ao cabo, a eleição de Juiz de Fora reproduz, com toques locais, muitos aspectos da política nacional. A história descrita até aqui, por sua vez, é alvissareira. O PT e a esquerda conseguiram renovar suas forças, delinear sua narrativa, encantar a população, desbaratando o sentimento de negação à política que se pôs em curso na década de 2010.

# DAS RUAS E NO PARLAMENTO: NOVAS TAREFAS PARA A JUVENTUDE DA DS

GABRIEL MEDEIROS, REGINA BRUNET,

GUILHERME BARBOSA E MOARA SABOIA

O processo eleitoral recém-concluído tem provocado uma variedade de avaliações políticas pelo campo da esquerda, desde as superotimistas a aquelas em tom de catástrofe. Dentro do PT, uma série de posições críticas tem fortalecido a necessidade de reflexão acerca dos rumos adotados desde o último congresso partidário e trazido para o centro do debate a tarefa da renovação.

Em meio a derrotas importantes da esquerda em capitais no segundo turno, como as das candidaturas de Boulos, Manuela, Marília e João Coser, e a ausência de prefeituras ganhas pelo PT nestas cidades, surgem, todavia, vitórias significativas da dita renovação e da juventude petista. Se em 2016, 1,7% dos vereadores eleitos pelo PT em cidades com mais de 200 mil eleitores tinham até 29 anos, em 2020 esse número saltou para 9,2%. Se o recorte etário utilizado for o de 35 anos, tem-se o total de 569 jovens vereadores eleitos, além de 15 prefeitos. Ainda, a maioria desses jovens eleitos vereadores são negros ou indígenas.

GABRIEL MEDEIROS é subsecretário da Juventude da Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos do Rio Grande do Norte e Secretário Nacional de Comunicação da JPT.

REGINA BRUNET é primeira Vice-Presidenta da UNE e estudante de Filosofia da UFRGS. Militante da Kizomba, Marcha Mundial das Mulheres e Juventude da DS.

GUILHERME BARBOSA, estudante de direito, é diretor de Políticas Educacionais da UNE, Secretário Estadual da JPT-TO e membro da Coordenação Nacional da Juventude da DS.

MOARA SABOIA é vereadora em Contagem/MG. É membro da Direção Nacional do PT e Secretária Adjunta da Juventude do PT.

Para além de questões quantitativas, merece destaque a projeção qualitativa dessas candidaturas em seus municípios e nacionalmente. Natal, Contagem, Uberlândia, Caxias do Sul, Belém, Juiz de Fora são exemplos de cidades em que as candidaturas de jovens mulheres petistas, em sua imensa maioria negras, protagonizaram o debate eleitoral e “puxaram” a nominata do PT ou ao menos figuraram entre as mais bem votadas de todo o processo eleitoral.

Os programas apresentados por essas candidaturas, e a sua capacidade de vocalizá-los, provou infundados vários dos receios apresentados pela tradicional direção partidária de que candidaturas com esse perfil ficariam restritas a “questões setoriais”. Foram candidaturas que fizeram o contraponto urgente a Bolsonaro e ao neoliberalismo e ao conservadorismo através da defesa da preservação da vida e dos direitos; discutiram com propriedade plano diretor, transporte urbano, urbanização; foram expressões das periferias das suas cidades; e, nada obstante, defenderam intransigentemente a classe trabalhadora, o povo negro, as mulheres, a população LGBT.

Não se tratou, portanto, de mera substituição geracional. Várias dessas candidaturas apresentaram um programa petista radicalizado para a disputa eleitoral e provaram que o povo quer ver o partido com seu programa por inteiro: anticapitalista e com compromisso de classe, sem receios de se apresentar como alternativa sistêmica na disputa eleitoral.

Para a Democracia Socialista, essas eleições representaram a consolidação de novos quadros eleitorais forjados na condução de importantes movimentos sociais de juventude que construímos. Concorreram à vereança e apresentaram a expressão de uma nova cultura política cerca de 40 jovens por todo o Brasil. As eleições de Moara em Contagem, Brisa em Natal, Estela em Caxias do Sul, Laiz Perrut em Juiz de Fora, e da candidatura coletiva em Belo Horizonte com as jovens Stella e Lígia, são símbolo da transição de quadros jovens dirigentes da Kizomba, do Enegrecer, da Marcha Mundial das Mulheres para a

condução da intervenção da corrente no parlamento. Menção importante merecem ainda Jonas Reis, dirigente jovem do sindicato dos professores municipais de Porto Alegre, e Carol Darta, primeira negra eleita vereadora em Curitiba, que, apesar de por pouco não mais estar dentro do recorte etário da juventude, tem uma trajetória recente de construção da intervenção da juventude sindicalista da DS no Paraná.

Essas vitórias representam, além de uma demanda popular por renovação de quadros de esquerda e de uma tendência à escolha prioritária pela juventude, alguns acertos que merecem destaque. Primeiro, o da juventude do partido ao criar uma ferramenta de preparação e formação de candidaturas jovens. O “Representa” ofereceu capacitação para tarefas de comunicação e planejamento e criou uma enorme mesa nacional de debate e intercâmbio de experiências para a construção e impulsionamento de candidaturas jovens competitivas.

Depois, do partido, que estabeleceu percentual de 3% de destinação do fundo eleitoral para candidaturas identificadas com os setoriais e secretarias partidários, sendo 20% desse percentual direcionado exclusivamente às candidaturas jovens. Apesar do pouco volume à primeira vista, a destinação desse recurso por determinação nacional fez com que candidaturas jovens com grande potencial pudessem romper com o cerco muitas vezes instalado em direções partidárias avessas à renovação e empenhadas tão somente na manutenção dos espaços já conquistados pelo partido.

E, por fim, da corrente. Capacitação técnica e recursos para fazer campanha só resultam em vitória eleitoral se resoarem em quadros políticos formados, reconhecidos em seus territórios e qualificados para a disputa. A priorização da DS e de sua militância jovem da construção de movimentos como a Kizomba, o Enegrecer, a Marcha Mundial das Mulheres colocou esses quadros, agora eleitos, já há muito na condução de processos políticos da maior importância. São dirigentes de entidades estudantis, membras de coordenações de instru-

mentos importantes como a Frente Brasil Popular e verdadeiras militantes que colocam desde muito cedo sua vida à disposição da construção do socialismo.

É importante mencionar, ainda, que a análise de processos eleitorais não pode se reduzir ao binômio “se elegeu/não se elegeu”. Além das vitórias eleitorais das candidaturas aqui mencionadas, não há dúvidas que esse processo produziu vitórias políticas outras importantes para a juventude da DS. Há diversos exemplos de candidaturas não eleitas mas que foram as mais votadas do PT em suas cidades, ocupam espaço de suplência e tiveram votações significativas, disputando efetivamente a hegemonia em seus municípios. Mais, ao redor desses companheiros e companheiras que estamparam as candidaturas da JDS pelo país, estavam tantos outros tão jovens quanto. Foram candidaturas, acima de tudo, conduzidas por jovens nas mais diversas tarefas e que contribuíram para a formação dos militantes que nelas se engajaram e para o fortalecimento da corrente.

O saldo final desse processo certamente ainda está por vir, mas já é possível dizer que uma geração de jovens socialistas está – sem pedir licença – ousando encarar novas tarefas e que ao fazê-lo tem encontrado enorme respaldo do povo. A construção de uma frente de esquerda, ao passo que assumida como prioridade por essas novas lideranças e mandatos, deverá alimentar e incorporar suas pautas e vigor anticapitalista.

# TUDO CONTINUA IGUAL E NUNCA ESTEVE TÃO DIFERENTE EM PORTO ALEGRE

FELIPE NELSI (PITI)

Podíamos abrir este artigo como o conto de Duas Cidades: foi uma eleição diferente de tudo que tínhamos visto. Foi uma eleição igual a tudo que tínhamos visto. E não seria errado.

Por um lado, tivemos uma eleição única. Com prazos reduzidos, sem debates na televisão, com restrição de contato físico, com recordes de abstenções. Por outro, tivemos uma repetição de uma dinâmica política já conhecida da cidade de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul: a falsa e superficial divisão dos partidos do continuísmo em candidaturas que fingem oposição, para em momento seguinte se reunificarem contra seu único e verdadeiro inimigo, a esquerda.

Retirar o que há de novo e de repetição nesta eleição é o objetivo desta breve análise.

## OS PRECEDENTES E A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE

Porto Alegre já foi um território mítico da esquerda. Desde 1988, quando vencemos com Olívio Dutra, imple-

PITI NELSI fez parte da coordenação da campanha Manuela D'Ávila e Miguel Rosseto para a prefeitura de Porto Alegre, na área de comunicação. Trabalhou também nessa área na campanha do PT de 2018 para o governo do estado.

mentamos imediatamente um programa radical de mudanças. Uma intervenção sem precedentes nas empresas de transporte, retirando o controle de seus proprietários e colocando-as sob gestão pública para reorganizar, baratear e renovar a frota; uma selvagem inversão de prioridades colocando a periferia no centro dos gastos públicos, numa escala nunca feita em POA e, finalmente, e mais estrutural, a total subordinação do orçamento público à soberania popular através do Orçamento Participativo. Quem hoje vê o OP como uma política pública de boas práticas, recomendada pela ONU e adotada em Cidades como Nova York, Paris e Barcelona, não imagina o potencial de conflitividade e ruptura que ele tinha na época. O governo da Frente Popular era um governo altamente combatido, cercado pela imprensa e pelo poder econômico, mas com uma vitalidade social enorme, e por isto vingou. Nada mais distante que modelos tecnocráticos “eficientes” como o de Curitiba. Porto Alegre sempre foi uma experiência social à quente e, por isto mesmo, foi escolhida como símbolo internacional da esquerda ao sediar por vezes sucessivas o Fórum Social Mundial.

Mas este período já dista 18 anos da memória do eleitorado e o imaginário social sobre a esquerda migrou, para o bem e para o mal, da referência singular da Frente Popular na Prefeitura e no Governo do Estado, para os governos federais de Lula e Dilma. São experiências distintas, com desafios distintos e políticas de alianças distintas. O fato é que nestes 16 anos nunca mais a esquerda retomou uma posição hegemônica na cidade. Foram quatro eleições em que nas duas primeiras fomos para o segundo turno e perdemos e as últimas duas em que sequer passamos ao segundo turno.

Com este cenário, chegamos a 2020. O PT como maior partido, 18% de preferência do eleitorado, três vezes mais que o segundo colocado, dono da maior bancada municipal, estadual e federal, dono do maior tempo de TV, mas com a experiência das derrotas que carregava nas eleições pas-

sadas. O PCdoB, sem nenhum vereador, nenhum deputado estadual, nenhum deputado federal e com uma pequena estrutura na cidade, mas com uma liderança, Manuela D'Ávila, que carregava boas votações em Porto Alegre e liderava as pesquisas. O PSOL é um caso aparte. Com uma maioria muito diferente na cidade do que a que dirigia o partido no resto do País, adotava uma política altamente sectária. Luciana Genro, sua candidata no pleito anterior, negava que tivesse havido um golpe, elogiava a Lava Jato e fez uma campanha com o bordão “a candidata de mãos limpas”. Não à toa, saiu da liderança das pesquisas na maior parte da eleição para um humilhante quinto lugar, atrás até mesmo do insignificante candidato do PTB. O PDT tem uma trajetória própria no estado, nunca formando frentes eleitorais de esquerda no primeiro turno; trajetória agravada pela adesão de Ciro Gomes ao partido. Uma aliança de primeiro turno não estava no horizonte. Por fim, o PSB está longe do que se possa chamar de partido de centro-esquerda no estado, colonizado por pastores e parlamentares de direita. Apenas nominalmente poderia ser considerado numa hipótese de aliança eleitoral.

Este foi o cenário que pariu o quadro eleitoral. Fernanda Melchionna, candidata pelo PSOL. Juliana Brizola, candidata pelo PDT em aliança com o PSB. E o PT, pela primeira vez em sua história, deixou de indicar a cabeça de chapa em nome de Manuela e indicou para vice, seu próprio candidato a governador, Miguel Rossetto. O peso desta chapa definiu o quadro pela esquerda.

Na direita, o quadro de fragmentação era total. O prefeito Nelson Marchezan havia rompido com toda a sua base de apoio e respondia por processo de impeachment, promovido pelo seu próprio vice, Gustavo Paim, do PP, agora ele mesmo candidato. O MDB reeditou a candidatura de Sebastião Melo que havia disputado o segundo turno com Marchezan. O ex-prefeito Fortunati voltou de Portugal, para, com surpresa de muitos, ser candidato contra Melo seu vice, na gestão

anterior. Havia ainda outras candidaturas pela direita como a do vereador Valter Nalgestein. A direita ficaria cindida nas candidaturas de Fortunati, Melo e Marchezan até quase o fim do primeiro turno.

## A PRÉ-CAMPANHA CADA VEZ MAIS IMPORTANTE

Foi na pré-campanha que a unidade da base petista com a chapa Manuela-Rossetto se soldou e empolgou a base social. Mais de 7 mil pessoas participaram das reuniões virtuais que construíram o programa, distribuídas em regiões e setores de toda cidade. A convenção de lançamento, em um formato inovador, passou por várias regiões, casas, setores, ao vivo, criando uma dinâmica de enorme engajamento mesmo que de forma virtual. Nesta pré-campanha, Manuela e Rossetto dividiam o protagonismo, o que aumentou muito o engajamento da base petista. Esta dinâmica social entregou ao início da campanha uma liderança evidente de Manuela com 24%, contra 14%, 11% e 9% de seus principais concorrentes.

## PRIMEIRO TURNO. GUERRA E MÁFIA ITALIANA, A DIREITA MOSTRA SUA CARA

O primeiro turno eleitoral foi caracterizado, como em todo o país, pela fragmentação de um número recorde de candidatos (13), a ausência de debate em TV e pela baixa mobilização de rua, fruto da pandemia. A campanha, propriamente, se desenvolvia em duas frentes, pela esquerda com a liderança cada vez mais evidente de Manuela, e pela direita com uma luta selvagem entre os candidatos conservadores. Nesta luta houve de tudo. Tentativa desesperada dos partidos dos outros quatro candidatos em aprovarem a toque de caixa um impeachment de Marchezan, que o deixaria inelegível, e por parte

deste com ataques inclementes aos adversários (ex-aliados) a quem chamava de corruptos e clientelistas dando nomes, fatos e datas. Esta dinâmica se estendeu até a última semana, quando Manuela chegava perto dos 40% e enfrentaria Marchezan, com alta rejeição, no segundo turno. Enfrentaria... pois se há algo que a direita porto-alegrense não conhece é limites. Numa jogada de última hora, a chapa de Fortunati foi impugnada por problemas de filiação do seu candidato a vice. Quem propôs a ação foi um vereador da coligação de Melo. No mesmo dia da impugnação, o partido de Fortunati, anunciou apoio a Melo (que tinha sido seu algoz) e no dia seguinte o próprio Fortunati seguiu o mesmo caminho. Marchezan descreveu assim o caso em entrevista depois do primeiro turno: “Matou, foi ao velório e saiu para comemorar com a família. Coisa de máfia italiana”. Para dar um toque de Macondo à ironia, o partido de Marchezan, o PSDB, anunciou apoio a Sebastião “máfia italiana” Melo no segundo turno.

A operação deu resultado além do previsto. Em dois dias, a migração dos votos de Fortunati foi integral para Melo, suficiente não só para retirar Marchezan do segundo turno como para entrar em primeiro com 30% dos votos válidos.

Resta ainda explicar sobre os resultados do primeiro turno em relação às pesquisas. São três os vetores: a) a incapacidade cada vez mais frequente dos institutos captarem a realidade eleitoral em todo o País; b) o efeito arrastão produzido pela cassação de Fortunati, que não só transferiu os votos deste como criou um voto útil dos demais candidatos da direita com medo de um segundo turno entre Marchezan e Manu que levaria a esquerda à vitória; e, c) a abstenção colossal de 33% do eleitorado que introduziu um viés na eleição. Com efeito, nossas pesquisas de segundo turno perguntaram se o eleitor tinha votado, o que permitiu mapear a preferência do não votante, e ele era majoritariamente nosso.

Finalmente cabe registro quanto ao primeiro turno, o feroz ataque machista que Manuela recebeu nos debates do

nanico Maroni. Baixo, vil, violento e que não teve, a não ser de Fernanda, qualquer solidariedade dos demais debatedores.

## UM SEGUNDO TURNO VELOZ, CONFLITIVO E SILENCIOSO

O impacto da inversão de expectativas não foi pequeno. Saímos de uma previsão de vitória por mais de 15 pontos de diferença nas pesquisas para uma derrota, por 1 ponto, mas ainda uma derrota. A articulação dos apoios da esquerda tinha que ser rápida, e foi. Na segunda-feira posterior à eleição, o PSOL anunciou o apoio. Não o apoio envergonhado como das últimas vezes, mas com nova maioria eleita, um apoio entusiasmado e militante. Na terça-feira, depois de um tenso cabo de guerra interno (a própria Juliana Brizola tinha sido candidata a vice de Melo), o PDT anunciou seu apoio. A isto se somou PV, Rede, figuras públicas de outros partidos como Roberto Requião, do próprio partido de Melo. Estávamos de novo no jogo.

Um dia antes do início do programa eleitoral houve um fato que sacudiu a cidade e colocou o debate do racismo no centro da campanha eleitoral: o assassinato de Beto por seguranças do Carrefour, um dos quais filiado ao MDB de Melo. Este fato, junto com declarações racistas de apoiadores de Melo, incendiou a campanha no início do segundo turno. Os programas saíram da mornice do primeiro turno e tornaram-se debates abertos. Mulheres, que Melo não fazia nenhuma referência em seu programa, negros, em que a coligação de Melo teceu vários comentários racistas, privatizações, defendida por Melo no caso da empresa pública de transporte e da companhia de água do município e pandemia, que Melo anunciava a abertura total e indiscriminada de todas as atividades da cidade, foram os temas centrais. Neste clima, aumentou a força militante da campanha e crescemos pesquisa após pesquisa até que, finalmente, o último Ibope registrou a

ultrapassagem de Manuela sobre Melo. O último debate recebeu de um colunista da RBS a descrição de massacre, tal a superioridade da nossa candidata. Finalmente as ruas do dia da eleição pareciam dar uma vitória clara e redentora da esquerda no seu regresso a Porto Alegre.

Aberta as urnas, a decepção. Novamente as pesquisas nos enganaram. Novamente o campo conservador se reuniu e venceu. Novamente erámos fortes o suficiente para desmentir nossa morte, mas não o suficiente para ultrapassar a fatal barreira dos 50%.

## CONCLUSÕES

a) Uma estabilidade incômoda. Apesar de toda energia militante e da carga de esperança que vivemos nesta eleição, tivemos resultados muito semelhantes a 2018. Rossetto venceu em 4 das 10 zonais de Porto Alegre, Manuela também. Rossetto fez 170 mil votos no primeiro turno, Manuela 187 mil. No segundo turno, Haddad fez 331 mil votos em POA, Manu fez 307 mil, embora isto representasse 45% dos votos contra 43% obtido por Haddad dois anos antes. A questão, repetida país a fora, é que a esquerda consegue dividir o eleitorado quase ao meio, mas tem enorme dificuldade de se tornar majoritária. Foi assim aqui, em Caxias do Sul, em São Paulo, em Recife, em Vitória etc.

b) Não há atalhos. Quando avaliamos derrotas, temos o risco de sermos condescendentes, seja conosco seja com o povo. A forma mais recorrente disto é a referência às redes sociais, seus algoritmos e às *fake news*. Não que estes elementos não sejam perigos reais ao processo político, mas seu uso explicativo pode encobrir realidades mais complexas e profundas que gostaríamos de reconhecer. Assim, quando nos deparamos com opções decepcionantes do eleitorado, como a eleição de Bolsonaro, é tentador dizer que o povo foi engana-

do por manipulações ao invés de conceber que ele tenha feito uma escolha voluntária, ainda que temporária, por este caminho. Não foi diferente em Porto Alegre. As nossas redes sociais eram imensamente superiores às do adversário, a ponto de a primeira rede ser a da candidata (disparada) e a segunda ser a do candidato a vice, Miguel Rossetto, para só depois aparecer a rede de Melo e seu vice. Isto em todas as redes auditáveis, fora o inescrutável whatsapp. Quanto às *fake news*, há, na minha opinião, um alargamento da sua definição assim como um aumento indevido do seu efeito. Por definição, *fake news* deveriam ser falsas notícias, fatos críveis que levam o eleitorado ao erro, o enganando e manipulando seu posicionamento. Coisa diferente é o ataque político agressivo, baixo, ofensivo. Este pode ser reprovável e até ilegal, mas não pretende enganar ninguém. Está reforçando preconceitos, conceitos e opiniões que já estavam na mente da população. Ora, se há um *card* chamando Manuela de comunista, ela é de fato comunista. Se outro diz que é a favor do aborto, ela é efetivamente a favor do aborto. Se dizem que somos do PT e que quebramos o país, efetivamente somos do PT e a responsabilidade do País estar quebrado é uma disputa política, não uma falsa informação e assim por diante. Não que a direita não use e abuse destas táticas desqualificadas, mas que isto tem um papel limitado na formação geral de opinião. O fato é que a sociedade porto-alegrense é mais conservadora do que gostaríamos de admitir e parte do eleitorado não se sente confortável em votar em uma mulher, feminista, antirracista, de esquerda como é Manuela. A resposta na primeira hipótese é fiscalização e judicialização; na segunda, luta política permanente para mudar opiniões e mentes, daí a importância do diagnóstico.

c) A necessária luta política permanente. Se tivemos inúmeras virtudes na campanha, uma deficiência ficou evidente desde o início: a ausência dos nossos partidos da luta política permanente da cidade. Isto se manifestava em um

partido desenraizado na periferia, em uma bancada de vereadores acomodada e pouco combativa, na ausência de um diagnóstico claro dos problemas da cidade e da administração. A imensa renovação da bancada de 75% nos dá esperanças, bem como seu perfil: uma jovem negra, um policial antifascista, uma liderança do movimento sindical dos municípios e uma liderança do movimento comunitário. Mas a participação cotidiana nas lutas da cidade, e só ela, garante nossa inserção na disputa política permanente. Não desaprendamos a lição.

d) Renovar nossas lideranças é a tarefa mais importante de agora. A brilhante resposta que as candidaturas jovens, mulheres, negras, LGBTQI+ deram nas urnas é uma mostra do caminho que precisamos abraçar com entusiasmo. Mais do que trabalhar com prioridade nestes movimentos, valorizar suas lideranças como as figuras públicas do nosso movimento político não só é importante como vital para nosso futuro enquanto força política relevante.

e) A mais ampla unidade popular de uma esquerda plural. Saímos desta eleição mais diversificados do que entramos. Quem carregou a bandeira da mudança foi às vezes o PT, às vezes o PCdoB, às vezes o PSOL. Mas isto não é uma má notícia. O novo e forte sentimento de unidade das esquerdas veio para ficar. Haverá dificuldades, não há dúvidas, mas não há um militante de base que não olhe seu companheiro de outro partido da esquerda e saiba que ali está um aliado contra o fascismo e a direita e não um adversário. É uma sensação nova, rejuvenescedora e imensamente promissora. É esta a nova forma da esquerda brasileira. É assim que chegaremos a novas vitórias.

f) Ousadia. Este é o nome do jogo. Ressaltei antes, que a esquerda está longe de ser varrida para baixo do tapete, mas

que tem enormes dificuldades de voltar a ser majoritária. Isto é o fim de jogo para nós? Ou colocando de outra forma, é possível fazer política de forma decisiva e não marginal, mesmo não sendo majoritário? Sem executivos? Sem vitórias nas eleições majoritárias? A minha resposta é enfaticamente sim! O período mais luminoso do PT se deu na oposição. Na bancada federal de Conceição Tavares, Wagner, Genoíno, Rossetto, Deda, Vladimir Palmeira e tantos outros. De uma CUT combativa e formuladora através do Diap e Dieese, dos movimentos no campo, do novo urbanismo. Nada disto necessitou de executivos para vir à vida. É hora de pensar a luta política para além de governos. Foi esta radicalidade que nos levou a Olívio Dutra e Erundina, nossos primeiros prefeitos eleitos e governantes com a fúria da rebeldia. E por sermos fiel a esta bendita rebeldia, avançamos. É hora de voltar a esta fonte.

# ABUSO DA MÁQUINA PÚBLICA E A MANIPULAÇÃO DA FÉ NAS ELEIÇÕES EM FEIRA DE SANTANA<sup>1</sup>

ROBINSON ALMEIDA

Esprei passar o calor da eleição para colocar, em texto, minha reflexão sobre o que aconteceu nas eleições em Feira de Santana. Como coordenador geral da campanha e amigo-irmão de Zé Neto, sei muito bem o peso das minhas palavras. Serei fiel, como sempre, à minha percepção sobre os fatos.

A campanha de Zé Neto ganhou o primeiro turno porque a cidade clama por mudança. Para se ter uma ideia desse sentimento, o candidato a prefeito pelo PT teve o triplo de votos de todos os candidatos a vereadores da sua coligação (120 mil x 40 mil votos). O que explica isso?

Depois de 20 anos de um velho sistema no comando da cidade, o desejo de mudança foi catalisado pela campanha e pela figura de Zé Neto. Uma energia eletrizou a esperança por dias melhores, contagiando ampla parcela da população. Como onda, a mudança se espalhou por Feira, especialmente nos segmentos mais pobres e que habitam a periferia e os distritos do município. Na TV e nas ruas, a campanha bombou:

ROBINSON ALMEIDA é deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores da Bahia. Foi Secretário de Comunicação do Governo do Estado na Bahia.

1. Esse texto foi publicado inicialmente no *Jornal Grande Bahia*

leve, espontânea e apaixonante! A mais bela que eu vivi desde a de Wagner governador em 2006.

Abertas as urnas, Zé Neto venceu no primeiro turno na maioria dos bairros periféricos. A zona rural votou em massa nele, assegurando os quase dez mil votos de frente naquele momento. A revelação desses dados, entretanto, mostrou o DNA da mudança, seu público eleitoral e a sua localização geográfica. As pistas para a reação do velho sistema.

No curto segundo turno, Colbert teve o apoio de Zé de Arimateia (PRB) e Carlos Geilson (Podemos), que não levaram seus respectivos vices. Dayane Pimentel (PSL) declarou voto contra Colbert. Os candidatos Beto Tourinho (PSB) e Marcela Prest (PSOL) escolheram integralmente Zé Neto. O deputado mais votado em 2018 e da história de Feira, Targino Machado, marchou com Zé Neto. Os vereadores Zé Filé, Luís da Feira e João Bililiu saíram de Colbert para Zé Neto, que também teve o apoio dos vereadores eleitos Jonathas Rasta (PSOL), o mais votado da cidade, Galeguinho (PSB) e Emerson Minho (DC).

Zé Neto não só saiu na frente na conquista de novas adesões, como também em intenções de votos em todas as pesquisas, internas e públicas, realizadas na primeira semana do segundo turno. Até o domingo, 22/11, embora empatadas na margem de erro, as diferenças variavam de 4% a 8% em favor de Zé Neto em cinco pesquisas a que tive acesso.

Aí veio a reação em dois flancos.

No domingo 22/11, à noite, me enviaram um zap revelador sobre a estratégia do adversário. A voz de uma senhora indignada e apreensiva revelava o que ocorreu nos cultos daquele dia. Nas suas palavras: “Gente do grupo. Eu fui pra Igreja agora de noite, sinceramente, vim chateada. Porque o comentário que tá na Igreja é que o PT vai fechar as Igrejas, tudo. Então o pastor está jogando todo mundo contra o PT, quer que todo mundo vote em Colbert. Diz que o PT vai fechar as Igrejas, colocar mudança de sexo nas escolas. Estão botando pra lá...”

Estava declarada a “Guerra do Medo e do Ódio”

A utilização de acusações falsas contra o PT é uma prática antiga da direita. Agora, o antipetismo é instrumentalizado por parcelas de igrejas neopentecostais e seus pastores. Combinam-se o ódio e o medo, sentimentos instintivos, para manipular a fé de crédulos fiéis. A fórmula usada como argumento contra a esquerda é, além do fechamento das igrejas, também a ameaça à liberdade religiosa e atentado aos valores morais conservadores presentes na sociedade, como o estímulo à homossexualidade e o ensinamento de práticas sexuais para crianças nas escolas.

Elege-se o inimigo e a guerra é para derrotá-lo. Sem nenhum debate sobre projetos para a população e para o município, esses pastores pregaram para suas ovelhas que o “anticristo” não poderia ganhar a eleição. Os cultos daquele domingo e durante a semana, em grande parte daquelas igrejas, deram lugar a uma pregação política eleitoral em favor de Colbert e contra Zé Neto. O bem e o mal, respectivamente, no maniqueísmo religioso neopentecostal.

Essa estratégia se desdobrou. Na segunda e terça-feira, 23 e 24/11, foram-me enviados vídeos de carros de som nos bairros populares de Feira com a mesma toada: “Sabemos que o 13 é totalmente a favor da cartilha gay nas escolas, é a favor do casamento homoafetivo, tudo que é de ruim o 13 apoia. Mas o 15, não. É a favor da família”, afirmava o locutor. As trevas do preconceito saíram de templos neopentecostais e ganharam as ruas de Feira de Santana.

Na quarta-feira, um grande encontro de evangélicos foi realizado com a presença dos deputados federais e pastores Marcos Feliciano (Pode-SP) e Abílio Santana (PL-BA) e do cantor gospel Marcos Antônio. O apoio a Colbert e o combate ao PT foram as razões desse deslocamento de lideranças evangélicas nacionais para Feira de Santana.

Para fechar o ciclo da estratégia pelo voto evangélico, foi colocado em prática o ataque à reputação do candidato.

Viralizou o vídeo *fake*, que mostrava o pai de Zé Neto abandonado pelo filho. Para complementar, a campanha de Colbert exibiu na sexta-feira, na TV e no rádio e patrocinou nas redes sociais, mais uma *fake news* sobre uma “rachadinha” no gabinete de Zé Neto. Sabidamente falsa, a denúncia já tinha sido arquivada pelo MP desde 2013, um ano depois de ser inventada pelo velho sistema contra Zé Neto na campanha a prefeito de 2012. Por ironia, Zé Neto tem a ficha limpa e Colbert já foi preso acusado de corrupção.

Vejam como todos os pontos estão ligados. Da pregação antipetista nos cultos disfarçada de proteção da moral e dos bons costumes, à estratégia de comunicação de massa de ataque à reputação do adversário. Para completar, o encontro com lideranças de ponta do conservadorismo religioso, com o objetivo de nacionalizar o enfrentamento ao PT, à esquerda e aos seus candidatos.

Arrisco afirmar, em breve digressão, que em maior ou menor intensidade, essa mesma fórmula foi utilizada em todo Brasil contra os candidatos de esquerda nesse segundo turno. Esse movimento, no subterrâneo da democracia, não captado pelos institutos de pesquisas, pode explicar a ascensão das candidaturas conservadoras no dia da eleição. Foi assim em Porto Alegre e Vitória ou mesmo em São Paulo e mesmo em Recife. Foi assim em Vitória da Conquista e Feira de Santana também.

O outro flanco da reação do velho sistema foi o uso inescrupuloso da máquina da prefeitura. É bom contextualizar que a situação de pandemia criou muitas facilidades pra prefeitos em reeleição. Não só recursos para saúde e assistência social chegaram em maior volume, como também, por meio de decretos de calamidade pública, foi diminuído o rigor de prazo e objeto para licitação e compras públicas nos municípios baianos. Sem contar que o aumento do desemprego, da fome e da miséria em todo país cria o ambiente mais favorável para o assistencialismo eleitoral.

Tudo isso, associado à inação da justiça, se transformou em sopa no mel para uma ação deletéria em Feira de Santana. Já o tinham feito no primeiro turno, mas sem a ausência total de limites, como praticaram na reta final das eleições. A distribuição de 26 mil cestas básicas, sem passar pelo almoxarifado central, foi denunciada pelo jornal *Folha do Estado*. Pululam os vídeos e fotos nas redes sociais com flagrantes de entrega dessas cestas básicas por prepostos da prefeitura já no final do primeiro certame e no decorrer do segundo turno.

A mobilização dos funcionários da prefeitura para apoiar Colbert não tem paralelo. A máquina pública, por meio de indicações políticas, foi montada nos últimos 20 anos para atender aos donos do poder e não ao povo. Mesmo sob denúncia de assédio moral, o velho sistema organizou um exército de milhares de terceirizados e de cooperados, de todas as secretarias, para se engajar na campanha sob a ameaça de perder o emprego. Desde a obrigatoriedade de colar adesivo em carros, envolver a família na campanha até sair de porta em porta de vizinhos para pedir o voto, que asseguraria o pão de cada dia. Sem pudor, constrangeram trabalhadores à submissão política.

A secretaria de Educação foi dada a uma vereadora, Eremita, que chantageou Colbert, ameaçando apoiar Zé Neto. O salário dos servidores foi pago, diferente da tabela, antes do segundo turno. Na boca da eleição foram convocados concursados da Saúde. O dia da eleição foi marcado por uma ação deliberada da Secretaria Municipal de Transporte para sabotar a votação com blitzes nos distritos. Até pneus de ônibus, autorizados pelo TRE pra transportar eleitores da zona rural, foram furados.

O velho sistema diminuiu a segunda maior cidade da Bahia a um pequeno município, refém do clientelismo e do abuso do poder econômico.

Alguém pode perguntar: o que foi feito para enfrentar essa guerra híbrida de manipulação da religião e uso da má-

quina na eleição? Muito foi construído, especialmente com lideranças evangélicas que apoiaram Zé Neto. Reuniões com o candidato e com a presença do Governador Rui Costa. Depoimentos de evangélicos nas redes sociais e TV desmentindo as falsas acusações a Zé Neto não surtiram efeitos de restauração da verdade para esse setor. O público doutrinado votou em Colbert por orientação e obediência aos seus líderes.

O abuso da máquina foi intensamente denunciado, desde o primeiro turno, em inúmeras ações na justiça, que não lograram êxito para impedir a ação eleitoreira de distribuição de cestas básicas e o aparelhamento da prefeitura em prol da candidatura de Colbert. Até mesmo a prisão do superintendente de Trânsito foi pedida no dia da eleição. A Justiça ainda tarda diante de escândalos que mancharam a eleição e interferiram, criminosamente, no processo democrático.

Os métodos utilizados foram sujos, sem ética e sem escrúpulos, para vencer a eleição a qualquer custo. As regras do jogo eleitoral democrático não foram respeitadas, o que torna ilegítima a vitória do velho sistema. Certamente a batalha se desdobrará nos tribunais em busca da reparação da soberania popular, fraudada na sua livre escolha.

A manipulação de religião para a eleição e o aparelhamento criminoso da máquina pública explicam por que a mudança não chegou. Explicam, também, por que o medo e o ódio venceram a esperança e o amor nas eleições em Feira de Santana.

# POR UMA FRENTE DE ESQUERDA NO BRASIL

RAUL PONT

## INTRODUÇÃO

As eleições de 2020, mais uma vez, demonstraram as dificuldades e a ausência de tradição para compor um bloco de esquerda permanente nas disputas eleitorais e mesmo na ação política em frentes sociais.

Na história política do país essas experiências são inexistentes ou muito frágeis. Os longos períodos ditatoriais e/ou autoritários ao longo do século XX e a exclusão da esquerda das disputas eleitorais, com brevíssima exceção entre 1945 e 1947, sempre dificultaram ou impediram essas experiências.

Mesmo em anos de alguma abertura política, década dos 1950, por exemplo, o espaço consentido nunca alcançou a legalização partidária eleitoral da esquerda.

Podemos afirmar que a plena pluralidade partidária legal e de fato só é reconhecida no Brasil após os anos 1980, quase dois séculos depois de o país ter saído da condição de colônia portuguesa.

RAUL PONT é professor universitário aposentado, ex-prefeito de Porto Alegre, foi deputado federal e estadual do Rio Grande do Sul. É membro do Diretório Nacional do PT e da coordenação nacional da Democracia Socialista.

Experiências efêmeras como a Aliança Nacional Libertadora (ANL) nos anos 1934/35, a Frente de Redemocratização dos anos 1940 e o caráter frentista por democracia do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) não se constituíram como alternativas orgânicas viáveis no longo prazo.

Nas eleições de 1982, além dos sucedâneos do bipartidarismo consentido, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido Democrático Social (PDS), registraram-se para a disputa eleitoral o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

O Trabalhismo dividiu-se por manobra burocrática do regime, em acordo com trabalhistas históricos, para impedir que seu verdadeiro herdeiro, Leonel Brizola, assumisse a sigla histórica de Getúlio Vargas e João Goulart.

Todos, com exceção do PT, nasceram no interior do Congresso usufruindo da regra que permitia o registro com um mínimo de adesão de parlamentares.

O PT foi o único a cumprir a alternativa de registro: em nove meses organizar direções provisórias em um mínimo de 11 Estados e comissões diretivas organizadas em 20% dos municípios dessas unidades federadas.

Os principais Partidos ainda clandestinos, Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB) mantiveram-se fora da disputa eleitoral. Cautelosos, pois o regime militar perdurava, defendiam o apoio e a manutenção do caráter frentista do PMDB. Inclusive, para lançar e apoiar candidaturas através dessa legenda.

Ainda em 1982, a ditadura tentou mais uma manobra, o voto vinculado. Além das eleições gerais para o Congresso e as assembleias estaduais, os municípios que não fossem capitais e áreas consideradas de Segurança Nacional, teriam eleições simultâneas às eleições gerais.

O golpe arquitetado pelo voto vinculado era pressionar o eleitor ao “voto útil” nos partidos que vinham do regime,

PDS e PMDB, já domesticados pela atividade parlamentar. O eleitor, caso não votasse no mesmo partido nas eleições municipais e gerais, teria seu voto anulado.

## A REORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA DOS ANOS 1980 E 1990

Mesmo com as manobras da ditadura, os novos partidos sobreviveram. As eleições nas capitais em 1985 e a luta pela Assembleia Constituinte acabaram suplantando o bipartidarismo imposto e novos partidos surgiram ampliando o espectro político-partidário.

O Congresso Constituinte de 1988, frustrando a ideia de uma Constituinte exclusiva e soberana, manteve o sistema eleitoral com suas mazelas e vícios. O voto nominal, o financiamento privado, a permissividade das coligações, além de se constituírem em crescentes instrumentos de corrupção, são destruidores da própria vida partidária.

A licenciosidade na criação de partidos através de registros provisórios, no entanto, acabou consolidando a tendência de explosão das siglas partidárias. Em torno de 30 partidos passaram a existir no país estimulados pelo Fundo Partidário e os tempos de Rádio e TV nos períodos eleitorais.

No campo da esquerda, o crescimento vertiginoso nos primeiros anos do PT baseado numa sólida representação sindical e sua singular organização interna, garantindo o direito de correntes internas, de tendências de opinião, fizeram com o que o Partido atraísse um grande número de grupos, movimentos organizados, pequenos partidos clandestinos regionais ou locais visando beneficiarem-se desse rápido crescimento e da atratividade do projeto de democracia interna.

Em pouco tempo, colocou-se o dilema Partido ou Frente Política, causado pela heterogeneidade dos grupos e movimentos formadores. Estes iam dos sindicalistas de todo o país a intelectuais e setores egressos da Universidade, dos mo-

1. "Do Colégio Sion ao Planalto". Argumento nº102. Janeiro de 2015. Publicação do Gabinete do Deputado Estadual Raul Pont - ALERGS - Porto Alegre.

vimentos comunitários e eclesiais de base aos grupos e organizações que sobreviveram à ditadura e se reorganizavam através de periódicos e jornais alternativos.

Prevaleceu a tese de que o PT seria um Partido, mas, com direito de tendências de opinião em seu interior e com respeito à representação proporcional dessas correntes em suas instâncias de direção. Nos primeiros anos, representação proporcional nos Diretórios. No Congresso de 1991, aprovou-se sua extensão para as Direções Executivas e, também, a representação mínima de mulheres de 30%.

Em 1983, a organização da Central Única dos Trabalhadores, uma central sindical nacional, distinta da estrutura de Federações e Confederações da velha Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), formava-se com critérios semelhantes de composição de unidade através da proporcionalidade das correntes e forças sindicais nos congressos.

A nova Central e sua construção davam a ideia de um caráter novo e diferente das experiências sindicais europeias onde prevaleciam centrais sindicais alinhadas ideológica e programaticamente com Partidos do campo progressista: democratas-cristãos, socialistas e comunistas.

A partir de 1986 o crescimento exponencial do PT, dobrando sua representação na Câmara Federal a cada eleição (1982 - 8 deputados/ 1986 - 16 deputados / 1990 - 35 deputados/ 1994 - 50 deputadas / 1998 - 59 deputados / 2002 - 91 deputados)<sup>1</sup> contrastava com a crise de referências da esquerda mundial com a derrocada do "socialismo realmente existente" no leste europeu. Principalmente, os Partidos Comunistas, historicamente identificados com a União Soviética.

Desde seu nascimento, o PT assumiu uma postura independente em relação à experiência soviética e aos partidos socialistas europeus. Isso era fruto da visão crítica da vertente de esquerda fundadora do Partido, da desconfiança das lideranças sindicais em relação às experiências europeias e, também, pela existência dessas posições políticas como concorrentes no Brasil.

Esses elementos facilitaram o crescimento do PT como a maior organização partidária na esquerda brasileira e com capacidade de construir unidade pelo democrático debate interno de forma singular. Mas, é óbvio, não ajudavam a pensar a unidade com as forças de esquerda de outros partidos como uma necessidade histórica.

O PDT e o PSB, apesar da pouca tradição de organização de bases sindicais e de debate interno teórico-programático, aproximaram-se da Internacional Socialista assumindo uma identidade ideológica programática com baixa repercussão disso na vida desses partidos na luta política concreta no país.

A necessidade de afirmação partidária e consolidação programática desse amplo leque nos primeiros anos da democratização no país não ajudou no sentido de estimular a luta unitária. Ao contrário, prevalecia a disputa na representação dos setores populares e das classes trabalhadoras.

Essa tendência, inclusive, vai se estender ao movimento sindical. O caráter “único” pretendido pela CUT com a garantia da proporcionalidade nas instâncias da central foi insuficiente para manter a unidade. A ambiguidade nas relações com a CLT e sua estrutura sindical, com o Estado e a fonte de financiamento representada pela arrecadação compulsória do Imposto Sindical prevaleceram. Mais, os interesses particulares dos partidos e as disputas de representação, levaram à multiplicação das Centrais Sindicais. Nos anos 1990 a necessidade de unidade na esquerda tornou-se mais urgente. Com a proliferação das siglas partidárias, apesar de sua identidade ideológica e programática com o capitalismo, os partidos burgueses no Congresso buscaram uma forma de diminuir riscos.

Assustados com as vitórias do PT em Fortaleza, Porto Alegre e São Paulo e a campanha de Lula em 1989, aprovaram a lei de dois turnos eleitorais. O argumento “democrático” era garantir mais legitimidade ao eleito, mas sem enfrentar a permissividade da avalanche de partidos, A regra aprovada é dra-

coniana. Ou o candidato supera os 50% no primeiro turno ou tem que enfrentar um segundo turno com a possibilidade de união de minorias com razoáveis conflitos e até contradições, mas que diante do “inimigo” comum aliam-se de qualquer forma. Regra duríssima diante das experiências em outros países onde se garante a vitória com 45% dos votos ou até menos, desde que o segundo colocado esteja a uma diferença de dez pontos percentuais.

O sistema eleitoral herdado da Constituição de 1988 é todo montado para distorcer o processo democrático. O voto nominal e seu financiamento privado, a brutal distorção na representação da cidadania com o piso de 8 deputados e o teto de 70 deputados nos Estados e a duplicidade de competências entre Câmara e Senado.

Todas são regras que favorecem o conservadorismo e dificultam o avanço de partidos de esquerda e transformadores.

## A VITÓRIA ELEITORAL COM LULA EM 2002

A chegada de Lula à presidência da República em 2002 foi alcançada apesar dos obstáculos do sistema eleitoral, mas, enquanto o presidente alcança 46,4 milhões de votos, a bancada do PT na Câmara Federal recebe apenas 15 milhões de votos e que lhe permitiu eleger 91 deputados federais. Menos de 20% das cadeiras da Câmara.

A frente política composta pelo PT, PCdoB e PR teve caráter apenas eleitoral e não avançamos numa proposta de consolidar uma aliança com setores mais próximos como o PSB e o PDT, de Leonel Brizola.

O governo abriu-se para uma ampla coalizão que garantisse governabilidade via Congresso e essa política predominou ao longo dos quatro mandatos. Não avançamos na constituição de um bloco mais coeso, programaticamente, e as consequências da política de alianças amplas no Congresso,

inclusive com setores da direita como o PP e partidos ligados aos cultos evangélicos, foram muito danosas.

Essa orientação generalizou-se nos estados e municípios assumindo um caráter eleitoreiro e imediatista, bem como decorrência disso uma descaracterização das origens e do programa partidário. Inclusive, o abandono de políticas que identificavam o “modo petista de governar”. Em especial, as políticas de democracia participativa e incentivo à organização e participação popular independente.

Foi o que vimos no momento do golpe contra o governo Dilma e pagamos alto preço pelo comportamento dos aliados do centro e centro-direita e a ausência de uma política mais consistente na construção de um bloco mais sólido e comprometido com um projeto político.

## RAZÕES PARA UMA FRENTE DE ESQUERDA NO BRASIL

A derrota político-eleitoral de 2018 talvez ocorresse mesmo com a construção de uma maior unidade no campo democrático popular. O golpe que destituiu Dilma e o impedimento da candidatura de Lula foi fruto de uma sólida aliança da burguesia neoliberal, da mídia monopolista que se encarregou de criminalizar a política e, em especial o PT, da cumplicidade do judiciário e da ação direta dos Partidos do centro e da direita no Congresso Nacional.

Mas, certamente, o quadro eleitoral seria outro se tivéssemos construído uma unidade além do PT e PCdoB. A potencialidade de atração nos movimentos sociais e a capacidade de criar grandes mobilizações teria sido outra com uma chapa unitária envolvendo partidos como o PSOL, o PDT e o PSB já no primeiro turno.

Agora, é inegável que a eleição de 2018, mesmo com profunda ilegitimidade, reformulou o quadro partidário brasileiro e suas principais referências que vinham se constituin-

do desde 1980. O fenômeno Bolsonaro e o discurso antissistema e de crítica profunda aos partidos e à política em geral, o apelo ao moralismo no combate à corrupção, a identificação do senso comum com a unidade em torno dos símbolos pátrios, atraíram amplos setores dos partidos que ao longo dos 1980 e 1990 buscavam arregimentar eleitores e filiados em torno de programas com maior coerência e com identificação com setores da sociedade brasileira.

Os partidos mais consolidados, nacionalmente, como o PMDB, o PSDB, o PP sofreram derrotas contundentes. Mesmo com a ida de Haddad ao segundo turno, o PT também teve redução sensível de bancada, ainda que se tenha mantido como a maior representação na Câmara, com 54 deputados/as.

Soma-se a isso a manutenção do sistema eleitoral montado para favorecer o individualismo, o personalismo, o clientelismo eleitoral e o poder corruptor do financiamento privado. Não é de estranhar que permissividade na criação de partidos e a ausência de identidade programática e ideológica da grande maioria dos partidos sejam responsáveis pela crise de representação atual.

A burocratização do sistema parlamentar e dos partidos – fenômeno clássico no liberalismo capitalista – agregase ao quadro anterior para dificultar e confundir o reconhecimento dos partidos como necessários para uma construção democrática saudável.

Ao nosso ver, esses elementos reforçam ainda mais a necessidade de formação de um Bloco de Esquerda. O preconceito que foi criado de rejeição aos partidos, o senso comum de que “todos são iguais”, de que “toda a política é corrupta” são obstáculos difíceis de serem superados, individualmente, pelos partidos.

Por fim, o maior desafio, a crise de referências teóricas e práticas do socialismo pós-derrocada do leste europeu e a pouca atratividade pelas experiências isoladas que existem não ajudam na escolha inequívoca de um partido ou movimento político.

Mesmo com o crescimento acelerado que a elevou à condição de potência mundial, a experiência chinesa com seu modelo burocrático-autoritário de Partido único e enormes ambiguidades e crescentes desigualdades na transição socialista não é um atrativo para o conjunto da esquerda mundial como alternativa.

Na Europa, onde florescem lutas e teorização das experiências socialistas, a crise de alternativas no campo da esquerda ainda prevalece. Os antigos Partidos Comunistas e Socialistas, em quase todos os países, viveram crises enormes de representação política e de governabilidade alternativa ao modelo neoliberal de austeridade fiscal e de ataque às conquistas históricas do “bem-estar social”.

Mais recentemente, algumas experiências vêm sendo positivas e apontando novas possibilidades. A Frente de Esquerda que apoiou Jean-Luc Mélenchon nas últimas eleições presidenciais na França alcançou 20% dos votos no primeiro turno. Na Espanha, a construção da unidade entre o Podemos e a Esquerda Unida, também sinalizou a possibilidade de sucesso nas principais cidades.

Em Portugal, o acordo entre o Bloco de Esquerda e Partido Comunista Português (PCP) de garantir sustentação parlamentar, mesmo sem participarem no governo, ao Partido Socialista vem garantindo resistências e avanços concretos contra as políticas de austeridade e corte de gastos sociais da União Europeia.

Na América Latina, a mais rica experiência de frente político-partidária com unidade em torno de um programa comum, sem dúvida, é a Frente Ampla uruguaia. Nascida em 1971, sobreviveu à ditadura militar (1973/1985) e caminha para completar 50 anos, como principal força política do país.

Num Uruguai marcado ao longo do século XX por um bipartidarismo hegemônico entre “brancos” e “colorados”, conservadores e liberais, mas defensores da ordem capitalis-

2. Estatutos 2011 - Frente Amplio. Publicação da F. A. Plenário Nacional, Dezembro de 2011, Montevideo - UY.

ta, o surgimento da Frente Ampla permitiu que o conjunto dos partidos e das forças socialistas, comunistas, nacionalistas de esquerda, democratas radicais, artiguistas etc. assumissem um protagonismo crescente que levou a Frente Ampla a vencer as eleições na Capital e chegar à presidência da República, várias vezes.

A Frente Ampla aglutina em torno de um programa comum (democrático, anti-imperialista e de reformas e conquistas sociais) mais de 25 organizações, partidos e movimentos políticos, sem perda de identidade de cada um de seus membros.<sup>2</sup>

Seu enraizamento em todo o país e organismos de base permitem a qualquer cidadão a adesão individual à Frente Ampla sem exigir a filiação prévia a uma das suas organizações.

Sua longa trajetória possibilitou uma identidade com os setores sociais que representa que vai além do resultado positivo da unidade e força, mas também exerce um papel pedagógico de identidade de lutas e eleitoral inegáveis.

Mais recentemente, o Chile vive também uma rica experiência frentista (Frente Amplio) que nasceu em 2017 e hoje é formada por 13 organizações políticas. Sua origem está ligada aos movimentos estudantis e sociais de 2011 na luta por educação pública, laica e gratuita em oposição à herança privatista da ditadura de Pinochet e mantida pela “concertación” pós regime militar, na transição “lenta e segura” da ditadura. A Frente expressa também a luta contra o sistema eleitoral mantido pela “concertación” que via distritos eleitorais impede a representação proporcional das minorias. Nas eleições de 2017 seu desempenho foi surpreendente, alcançando 20% dos votos no primeiro turno.

Essas experiências são positivas pela unidade, por permitir crescimento quantitativo na representação, mas valem, principalmente, pela necessidade de produzir um programa comum. Aprender a construir a unidade na diversidade de posições distintas, que na esquerda remontam a conflitos his-

tóricos e debates teóricos que atravessam décadas, é tarefa difícil, mas necessária e inadiável.

O desafio da reconstrução programática da esquerda socialista é mundial. Essa crise é anterior, inclusive ao desmonte do “socialismo realmente existente”. As experiências na União Soviética e nos demais países do “bloco socialista” após a Segunda Guerra Mundial e na China, com a vitória da Revolução em 1949, não foram capazes de construir sociedades socialistas que superassem plenamente as nações capitalistas em todas as dimensões da vida social.

O crescimento econômico e a superioridade do planejamento sobre o mercado permitiram que esses países em poucas décadas se transformassem em potências mundiais, superando séculos de atraso de dominação oligárquica e/ou dominação colonial.

No entanto, a não extensão da revolução para outros países, o cerco permanente e a corrida armamentista, o processo de burocratização do Estado e o predomínio da tese do Partido único impediram a construção de uma democracia socialista. Tanto no modo de produção, mesmo com a estatização dos meios de produção, não se produziram novas formas duradouras de gestão com o protagonismo dos trabalhadores nem uma nova institucionalidade superior em democracia do que a praticada pelo parlamentarismo liberal nos países capitalistas desenvolvidos.

Esse déficit ideológico e programático prolonga-se até hoje e é tarefa dos militantes socialistas recuperá-lo.

O atraso histórico é evidente e se expressa quando partidos de esquerda chegam aos governos e são incapazes de apresentar alternativas no enfrentamento à lógica do capital e de suas instituições parlamentares e judiciais.

A ação conjunta em uma Frente poderá se transformar em rica experiência de diálogo, de superação de sectarismos acumulados ao longo de décadas de divergências pouco justificadas diante das enormes tarefas e desafios que nos afligem.

Qual o Estado que queremos? Como superar o sistema eleitoral (corruptor, anacrônico e antidemocrático) e o atual bicameralismo (caríssimo, burocratizado, com duplicidade de competências e com proporcionalidade fraudada) que sofremos? Qual o limite da propriedade pelo qual lutamos? Como ser um país soberano num mundo globalizado e subordinado ao império norte-americano pelo poder militar e por instituições internacionais não eleitas que decidem a economia e o nosso futuro? Como controlar e dominar as novas tecnologias da informação que decidem nossas vidas?

Muitas são as perguntas que ainda não respondemos nem convencemos a população para transformá-las em força política. Confiamos que discuti-las em conjunto, socializarmos nossas experiências e aprofundarmos o conhecimento histórico sobre os erros e acertos da luta dos socialistas no mundo, mais rápidas e exitosas serão nossas conquistas.

## VAMOS CONSTRUIR A FRENTE DE ESQUERDA

Neste momento, é evidente a existência de vários partidos e organizações políticas que se colocam em oposição ao governo Bolsonaro e ao modelo ultraneoliberal que ele e o Ministro Guedes aplicam no país. No Congresso, partidos que votaram contra o impedimento da presidenta Dilma e atuaram juntos na defesa das leis trabalhistas e da Previdência Pública vêm assumindo uma oposição permanente contra o Governo. Esses partidos: PDT, PT, PSB, PCdoB e PSOL assinaram, também, manifesto de trabalho conjunto de oposição no país. Além desses, há vários movimentos de (re)organização de partidos no campo da esquerda anticapitalista que ainda não possuem representação parlamentar, mas estão nas lutas sociais como PCB, PCO, PRC, PSTU, UP e outros.

Recentemente, em torno de duzentos homens e mulheres, intelectuais, professores universitários, dirigentes par-

tidários, sindicalistas, jornalistas firmaram um manifesto público e aberto a adesões por uma Frente de Esquerda. Originário do Fórum 21, animado pela Agência Carta Maior, o manifesto traduz o sentimento dessa heterogeneidade de cidadãos e cidadãs que o assinam e, também, o anseio e o apelo dos participantes das grandes mobilizações dos últimos anos por democracia, pela Universidade pública, pelos direitos trabalhistas agredidos, pela Previdência Pública, enfim, contra o governo neoliberal e entreguista de Bolsonaro e Guedes.

Nas eleições de 2020, em um número significativo de municípios construímos frentes eleitorais entre partidos desse campo, independente da posição partidária sobre Frentes além do período eleitoral ainda que, nos casos de vitória, governamos juntos.

Se não foi possível construir uma frente mais orgânica, mais permanente, os processos eleitorais nos alertam para essa necessidade. Mais do que alertar, nos apontam o grave erro político cometido em várias grandes cidades. Desejamos que as dezenas de municípios onde alcançamos construir essa unidade seja mais um forte argumento para a construção de uma unidade superior.

Para potencializar o trabalho de todos, para unificar nossas lutas comuns, urge que construamos uma unidade permanente para fazer frente ao inimigo comum, com as seguintes características:

a) Uma Frente Política de partidos e organizações que se reivindicam de representação, aberta à participação e à adesão diretas de cidadãos/ãs que concordem com o Programa e as formas de organização da Frente.

b) Um Programa Comum, aprovado consensualmente na fundação da Frente onde se estabelecem os pontos de unidade do conjunto baseados na defesa da Democracia Participativa, da Soberania Nacional e do anti-imperialismo.

c) Um caráter permanente e de extensão nacional, estadual e municipal, com organismos de coordenação correspondentes.

d) Uma busca permanente de ação parlamentar e governamental conjunta bem como nas frentes sociais-sindiciais já constituídas como a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo.

e) Proporcionalidade consensual nas coordenações, de acordo com critérios pré-estabelecidos nos Estatutos assim como critérios de proporcionalidade de gênero, de idade e de raça.

f) Seu caráter permanente e de ação comum nas lutas cotidianas do povo brasileiro facilitará, também, condições favoráveis de coesão, confiança mútua e identidade de programa para disputas eleitorais.

# O RETRATO DE UM CONTINENTE EM DISPUTA

## A RESILIÊNCIA DA ESQUERDA NA BOLÍVIA, NO CHILE E NO URUGUAI

MARÍLIA CLOSS E TALITA TANSCHKEIT

### INTRODUÇÃO

Os últimos cinco anos são marcados pela eleição de novos presidentes de direita na América do Sul. Mauricio Macri na Argentina (2015), Sebastián Piñera no Chile (2017), Iván Duque na Colômbia (2018), Jair Bolsonaro no Brasil (2018) e Luis Alberto Lacalle Pou no Uruguai (2019) são os mais notáveis exemplos do que tem sido chamado de “giro à direita”, em contraposição ao então chamado “giro à esquerda”, quando, na virada do século XX, presidentes de esquerda chegaram ao poder na maioria dos países da região<sup>1</sup>.

Essas direitas não são uniformes, e, ainda que haja confluência em sua dimensão socioeconômica, apresentando um programa e adotando políticas de orientação neoliberal, existem ênfases distintas em sua dimensão sociocultural<sup>2</sup>. Tem destaque a disputa entre uma “direita moderada”,

MARÍLIA CLOSS é doutoranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e pesquisadora do Observatório Político Sul-Americano (OPSA) e do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL).

TALITA TANSCHKEIT é doutora em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e professora no Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ).

1. Em menos de uma década, oito candidaturas de partidos de esquerda foram consagradas vitoriosas em eleições presidenciais, um acontecimento inédito para a região. São estas: Hugo Chávez na Venezuela, em 1998; Ricardo Lagos no Chile, em 2000; Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, em 2002; Néstor Kirchner na Argentina, em 2003; Tabaré Vázquez no Uruguai, em 2004; Evo Morales na Bolívia, em 2005; Rafael Correa no Equador; e Fernando Lugo no Paraguai, em 2008.

2. Mudde, C. *The Far Right Today*. [s.l.]: Wiley, 2019. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=8nr8wQEACAAJ>. Santos, Fabiano; Tanscheit, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. *Colombia Internacional*, [S. l.], 2019. DOI: 10.7440/colombiaint99.2019.06. Gago, Verónica. *La Razon Neoliberal: economías barrocas y pragmática popular. La razón neoliberal*, [S. l.], 2015.

3. Essas direitas têm como principal característica o seu posicionamento com relação ao problema das desigualdades entre as pessoas, concebidas como naturais e, portanto, fora do alcance do Estado. Ver Luna, Juan Pablo; Rovira-Kaltwasser, Cristóbal. *The Resilience of the Latin American Right*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014.

4. Mudde, C. *The Far Right Today*. [s.l.]: Wiley, 2019. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=ix5OAAAAMAAJ>. Santos, Fabiano; Tanscheit, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. *Colombia Internacional*, [S. l.], 2019. DOI: 10.7440/colombiaint99.2019.06. Gago, Verónica. *La Razon Neoliberal: economías barrocas y pragmática popular. La razón neoliberal*, [S. l.], 2015.

5. Nesses três países, apenas na Argentina a esquerda foi eleitoralmente derrotada. Na Bolívia a sua destituição ocorreu por meio de um golpe e no Equador por uma manobra do presidente Lenín Moreno, eleito como sucessor de Rafael Correa e que, após tomar posse, rompeu com o ex-presidente e guinou rapidamente à direita.

cuja pauta é similar à da década de 1990, como Macri na Argentina, e uma direita radical, que compartilha dessa mesma agenda econômica, mas também enfatiza a utilização da violência (tanto física como simbólica) como solução para o conflito social, associada, a nosso ver, a três aspectos: i) ao conservadorismo moral e a aversão à efetivação de direitos para grupos sociais minoritários; ii) à relação com a democracia e o exercício da representação política; e iii) à necropolítica e à economia política da morte<sup>3</sup>. Seus principais expoentes são Duque na Colômbia e Bolsonaro no Brasil

É ainda possível observar uma radicalização da direita como um todo, implicando, para o caso sul-americano, a emergência de um neoliberalismo autoritário, em que “o capitalismo é governado de uma forma que tende a reforçar e confiar em práticas que marginalizam, disciplinam e controlam grupos sociais dissidentes e opositores políticos”<sup>4</sup>. O exemplo mais evidente foi o golpe na Bolívia e a autopromulgação da senadora Jeanine Áñez como presidenta interina em 2019.

Se existe de fato uma ascensão da direita na América do Sul, não é possível afirmar a sua hegemonia ou a existência de um novo ciclo similar ao “neoliberal” dos anos 1990 ou ao “progressista” dos anos 2000. Alberto Fernández e Luis Arce foram eleitos presidentes, respectivamente, na Argentina, em 2019, e na Bolívia, em 2020, e Andrés Arauz é uma das candidaturas favoritas para as eleições presidenciais do Equador, em 2021, indicando um retorno da esquerda em países que ela havia sido derrotada<sup>5</sup>. A singularidade desse período é a consolidação da esquerda nos sistemas partidários e na estruturação da competição política e eleitoral na região.

Esse artigo argumenta que, ao contrário de um giro “à direita” ou “à esquerda”, o que existe hoje na América do Sul é um retrato de um continente em disputa. Nessa novidade histórica, a excepcionalidade do período é a existência de es-

querdas enraizadas socialmente e competitivas eleitoralmente. Os seus caminhos ao poder, no entanto, são variados, e dependem de distintas trajetórias e experiências existentes (e possíveis) em cada um desses países<sup>6</sup>.

Para tanto, serão analisados os casos da Frente Ampla (FA), no Uruguai, do Movimento ao Socialismo (MAS), na Bolívia, e das esquerdas, no Chile. Para ilustrar esse argumento, fazemos uma recuperação histórica com o intuito de demonstrar esses caminhos, que culminaram por fim, nos processos eleitorais realizados em 2019 e 2020 nesses países. Nessas situações, há indícios significativos da resiliência da esquerda, de seu programa e de suas políticas, em um contexto de recrudescimento do neoliberalismo e do autoritarismo e de “restauração conservadora” por meio de associações entre a “direita moderada” e a “direita radical”.

Frente à imposição de novos desafios para a esquerda (e a democracia) na América do Sul, esses três casos são os que mais se aproximam da experiência brasileira, destacadamente do Partido dos Trabalhadores (PT), apresentando possíveis caminhos para a superação do neoliberalismo autoritário em curso no país, como será apresentado nas próximas seções.

## A FRENTE AMPLA NO URUGUAI

O Uruguai é uma democracia comumente chamada de “partidocracia de consensos”<sup>7</sup> em razão de sua estabilidade política<sup>8</sup>. Os seus dois partidos tradicionais, o Partido Nacional (blancos) e o Partido Colorado (colorados), são os mais antigos da América Latina, datando do século XIX, e se revezaram no poder até a década de 1970 em um esquema bipartidário que terminou apenas com a criação da Frente Ampla (FA)<sup>9</sup>.

A FA foi fundada em 1971 a partir de um núcleo de três partidos menores pré-existentes – o Partido Demócrata Cristão do Uruguai (PDCU), o Partido Socialista do Uruguai

6. Levitsky, Steven; Roberts, Kenneth M. The Resurgence of the Latin American Left. *Terra*, [S. l.], 2011.

7. Chasquetti, Daniel; Buquet, Daniel. La democracia en Uruguay: una partidocracia de consenso. *Política*, [S. l.], v. 42, p. 221–247, 2004.

8. Lanzaro, Jorge. Continuidad y cambios en una vieja democracia de partidos Uruguay (1910-2010). *Opinion Publica*, [S. l.], 2013. DOI: 10.1590/S0104-62762013000200001.

9. Buquet, Daniel; Piñero, Rafael. La Consolidación de un Nuevo Sistema de Partidos en Uruguay. *Revista Debates*, [S. l.], 2014. DOI: 10.22456/1982-5269.44774.

10. Lanzaro, Jorge. La izquierda uruguaya: de la adscripción corporativa al desarrollo de un partido de nuevo tipo. Montevideo: Instituto de Ciencia Política, Working Paper, 1996. Yafeé, Jaime. Al centro y adentro: la renovación de la izquierda y el triunfo del Frente Amplio en Uruguay. Montevideo: Linardi y Riso, 2005. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=EVd9AAAAMAAJ>.

11. Pérez Bentancur, Verónica; Piñeiro Rodríguez, Rafael; Rosenblatt, Fernando. How Party Activism Survives. [s.l.: s.n.]. DOI: 10.1017/9781108750851, p. 32.

12. Moreira, Constanza. A esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário. *Opinião Pública*, [s. l.], 2000. DOI: 10.1590/s0104-62762000000100002.

(PSU) o Partido Comunista do Uruguai (PCU) – além de egressos dos brancos e dos colorados. Com composição complexa e diversificada, o seu objetivo foi abrir uma brecha à esquerda no sistema partidário do país<sup>10</sup>.

A formação da FA advém, entretanto, de dois acontecimentos anteriores. As unificações do movimento sindical em 1964, com a criação da Convenção Nacional dos Trabalhadores, e das organizações de base em 1966, com a realização do Congresso do Povo. Em um período de aprofundamento do autoritarismo, a FA surge em um contexto de convergência da esquerda e de entendimento que, para fazer frente ao conservadorismo no país, seria necessário atuar de forma conjunta tanto na competição política e eleitoral quanto nas instituições representativas.

Em sua origem, a FA é ao mesmo tempo uma coalizão e um movimento, uma vez que ela é produto da unificação do sindicalismo, de organizações de base, de partidos de esquerda e de lideranças políticas independentes, tendo como proposta a criação de uma nova tradição política no Uruguai<sup>11</sup>. No entanto, esse projeto foi interrompido apenas 2 anos após a sua fundação, com a consumação do golpe cívico-militar de 1973<sup>12</sup>.

Durante a ditadura militar, a FA foi proscrita, e as suas lideranças políticas que não foram presas, torturadas, desaparecidas e assassinadas, atuaram na clandestinidade ou no exílio. A transição à democracia foi iniciada no marco do Plebiscito Constitucional de 1980, cujo objetivo era institucionalizar o autoritarismo por meio da criação de um regime constitucional que legitimasse o governo e substituísse a Constituição de 1967, em processo análogo ao de Augusto Pinochet no Chile. A proposta, no entanto, foi rechaçada por 57,2% da população, começando um processo de abertura política que chegou ao fim apenas com a eleição do colorado Júlio Maria Sanguinetti à Presidência da República em 1985. Ao contrário do Brasil, o fim da ditadura representou a restau-

ração do sistema partidário exatamente como ele era imediatamente antes do golpe cívico-militar<sup>13</sup>.

No que toca à FA, a sua atuação na transição à democracia contribuiu para continuidade de seu processo fundacional, uma vez que a organização foi partícipe, ao mesmo tempo, das mobilizações realizadas pelas bases e das negociações levadas a cabo pelos partidos para pôr fim à ditadura militar. A sua identidade baseada na tese das “duas pernas” – coalizão e movimento – foi amplamente reconhecida nesse processo, e a organização ingressou na democracia em condições favoráveis ao seu crescimento e em que dois aspectos devem ser destacados.

Em primeiro lugar, se a FA surgiu como uma “coalizão de partidos”, a agremiação se tornou rapidamente um “partido de coalizão”, e a pluralidade de tendências no interior da organização é a sua principal característica<sup>14</sup>. Ao passo que a sua reorganização é liderada pelos PDCU, PSU, PCU e Esquerda Democrática Independente (IDI), um acontecimento marca o período logo após a restauração da democracia no Uruguai: a solicitação de ingresso, em 1986, do Movimento de Liberação Nacional – Tupamaros (MLN-T), guerrilha urbana fundada em 1965 e que atuou durante décadas no país, antes e durante a ditadura militar<sup>15</sup>.

Junto a outros pequenos agrupamentos, como o Partido Pela Vitória do Povo (PVP) e o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), os tupamaros criaram o Movimento de Participação Popular (MPP)<sup>16</sup> um polo à esquerda na FA em conjunto com o PCU<sup>17</sup>. Com cisões e reconfigurações, as tendências da FA integram uma estrutura multiforme que foi capaz de construir uma própria identidade e tradição, estando, desde a década de 1990, estruturada em torno de quatro tendências principais: o MPP do ex-presidente José “Pepe” Mujica, o PCU da ex-ministra de Desenvolvimento Social Marina Arismendi, o PSU do ex-presidente Tabaré Vázquez, e a Assembleia Uruguai do ex-vice presidente Danilo Astori.

13. Caetano, G.; Rilla, J. P. Breve historia de la dictadura: 1973-1985. [S.l.]: Centro Latinoamericano de Economía Humana, 1998. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=ix5OAAAAMAAJ>.  
Moreira, Constanza. A esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário. *Opinião Pública*, [S. l.], 2000. DOI: 10.1590/s0104-6276200000100002.

14. Lanzaro, Jorge. *La izquierda uruguaya: de la adscripción corporativa al desarrollo de un partido de nuevo tipo*. Montevideo: Instituto de Ciencia Política, Working Paper, 1996.

15. Yaffé, Jaime. *Al centro y adentro: la renovación de la izquierda y el triunfo del Frente Amplio en Uruguay*. Montevideo: Linardi y Risso, 2005. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=ix5OAAAAMAAJ>.

16. O MPP é desde 2004 a maior tendência da FA. O PVP e o PST já não integram mais o MPP.

17. Garcé, Adolfo. Ideologías políticas y adaptación partidaria: El caso del MLN-tupamaros (1985-2009). *Revista de Ciencia Política*, [S. l.], 2011. DOI: 10.4067/S0718-090X2011000100006.

18. Pérez Bentancur, Verónica; Piñeiro Rodríguez, Rafael; Rosenblatt, Fernando. How Party Activism Survives. [s.l.: s.n.]. DOI: 10.1017/9781108750851, p. 56.

19. Garcé, Adolfo; Yaffé, Jaime. La izquierda uruguaya (1971-2004): ideología, estrategia y programa. *América latina hoy: Revista de ciencias sociales*, [S. l.], 2006.

Em segundo lugar, se as tendências são a sua primeira perna (a coalizão), os Comitês de Base são a sua segunda perna (o movimento). Existentes desde o início do partido, os Comitês de Base são espaços de organização territorial e temática da FA, que tem como objetivo a sua integração às comunidades locais e às organizações da sociedade civil<sup>18</sup>. Em contraposição aos Núcleos de Base do PT, essas estruturas têm voz e voto, e representam metade dos órgãos de direção da FA, com um alto impacto sobre as suas decisões políticas. Esse papel faz com que a sua relevância tenha sido contínua ao longo de sua história, em um ambiente reafirmado como ponto de convergência e de construção da unidade da esquerda uruguia.

Dessa forma, foi construída uma estrutura dual à FA: a da coalizão, onde ocorre a disputa entre as facções, e a do movimento, onde estão as e os militantes das bases e que não necessariamente participam de facções. Feitas essas considerações, a FA pode ser observada em três recortes temporais. O primeiro, entre 1971 e 1985, é o período do frentismo, em que há uma forte influência do marxismo-leninismo e as posições revolucionárias estão sobrepostas às reformistas. O segundo, entre 1985 e 1994, é o período da transição, em que esse cenário começa a ser modificado com a crise do chamado socialismo real, e a democracia deixa de ser um acessório e passa, paulatinamente, a ser indispensável. O terceiro, a partir de 1995, o período do progressismo, marcado por uma moderação programática e pela ampliação das alianças da FA com vistas à Presidência da República<sup>19</sup>.

Se há uma moderação programática, a mesma ocorreu de forma lenta e gradual e sem que houvesse uma perda das “duas pernas” da FA ou de seu conteúdo antioligárquico e anti-imperialista, prevalecendo a unidade social e política do partido. Dois acontecimentos são importantes para a análise desse processo. O começo do “ciclo neoliberal”, em 1989, com a eleição de Luis Alberto Lacalle, um blanco, à Presidência da

República; e a eleição, nesse mesmo ano, de Tabaré Vázquez, um frente amplista, à prefeitura de Montevideú.

O período abriu novas oportunidades para a atuação da FA e do Plenário Intersindical de Trabalhadores – Convenção Nacional dos Trabalhadores (PIT-CNT), única central sindical do país e com forte capacidade de mobilização popular. Ao liderar, em conjunto com o sindicalismo, a oposição ao neoliberalismo, a FA enfatizou o seu efeito sobre o aumento das desigualdades sociais e econômicas, notadamente sobre a pobreza e o desemprego. Por outro lado, a experiência em Montevideú possibilitou a experimentação política por meio da conjugação de novos formatos participativos e deliberativos de democracia à representação política, cujo objetivo é a promoção da igualdade<sup>20</sup>. Não à toa desde então a FA está à frente da prefeitura da cidade, atualmente com Carolina Cosse.

É nesse panorama que nasce o sucesso eleitoral da FA no século XXI, com as eleições à Presidência da República de Tabaré Vázquez, em 2004, José “Pepe” Mujica, em 2009, e novamente Tabaré Vázquez, em 2014, e a obtenção, nessas ocasiões, de maioria no Congresso Nacional. A composição desses governos respeitou a unidade partidária, em um “ciclo progressista” destinado a colocar em prática a “democratização da democracia” que desde a década de 1990 inspirou a esquerda sul-americana.

Nesse período, tem destaque a redução das desigualdades sociais e econômicas, com a criação do Ministério de Desenvolvimento Social<sup>21</sup>, destinado ao combate à pobreza e à indigência; a realização de uma reforma trabalhista, responsável por regulamentar o salário mínimo e ampliar os direitos dos trabalhadores; a implementação da “agenda de direitos” com a legalização do aborto, da maconha e do matrimônio igualitário; e o sistema nacional de cuidados. Também tem relevância a variedade de experiências em participação social, com conselhos, conferências, ouvidorias, mesas de diálogo e

20. Goldfrank, Benjamin. *Deepening Local Democracy in Latin America: Participation, Decentralization and the Left*. University Park - PA: Pennsylvania State University Press, 2011.

21. Análogo ao criado no Brasil em 2003.

22. De Armas, Gustavo; Luzuriaga, Andrea; Machado, Florencia. *Estado, sociedad y participación social en el gobierno del Frente Amplio*. Análisis de algunas experiencias. Udelar. FCS-ICP: Friedrich Ebert Stiftung, Montevideo.

23. Os outros três candidatos, César Vega, do Partido Ecologista Radical Intransigente, Edgardo Novick, do Partido de la Gente, e Pablo Mieres, do Partido Independente, não obtiveram juntos 4% dos votos.

24. Ver "Governo uruguaio pune chefe do Exército por criticar reforma das pensões militares". Disponível em: [https://brasil.elepaís.com/brasil/2018/09/20/internacional/1537405953\\_581619.html](https://brasil.elepaís.com/brasil/2018/09/20/internacional/1537405953_581619.html). Acesso em 12/12/2020.

audiências, destinadas ao estabelecimento de novas formas de diálogo entre o Estado e a sociedade<sup>22</sup>.

Nas eleições presidenciais de 2019, já no contexto do fim do “ciclo progressista”, marcado pela queda dos preços das commodities e por um processo de “restauração conservadora” em toda a região, a FA sofreu a sua primeira derrota após três vitórias consecutivas. O frenteamplista Daniel Martínez, ex-prefeito de Montevideu, foi derrotado em segundo turno pelo blanco Luis Alberto Lacalle Pou, com uma pequena margem de 1,58% dos votos. No primeiro turno, Martínez obteve 39,02% e Lacalle Pou 28,62%, seguidos do colorado Ernesto Talvi, com 12,34%, e o ex-comandante em chefe do Exército Nacional Guido Manini Ríos, com 11,04% dos votos<sup>23</sup>.

Alguns elementos propriamente políticos devem ser apontados para a análise dessas eleições. Em primeiro lugar, tem destaque a crise entre o Executivo e o Exército Nacional, que resultou na demissão de Manini Ríos, então comandante em chefe da instituição, em razão de declarações “negacionistas” com relação às graves violações de direitos humanos perpetradas durante a ditadura militar<sup>24</sup>. Nesse contexto, Manini Ríos fundou o partido de “direita radical” *Cabildo Abierto*, de bases sociais e eleitorais fortemente conservadoras, obtendo um bom desempenho eleitoral tanto nas eleições parlamentares quanto nas eleições presidenciais, como já mencionado acima.

Em segundo lugar, no contexto do segundo turno, Lacalle Pou fundou a “coalizão multicor”, composta por todos os partidos que apresentaram candidaturas às eleições presidenciais com a exceção do Partido Ecologista Radical Intransigente. O processo é análogo à unificação da esquerda uruguaia na década de 1970, visto como essencial para a crescimento e a ampliação das bases sociais e eleitorais da FA. Nesse caso, todavia, a sua manutenção é complexa, na medida em que pressupõe consensos incertos entre as direitas “mo-

derada” e “radical”. Se a FA perdeu as eleições e não obteve maioria no Legislativo, ela permaneceu sendo a primeira força no Congresso Nacional.

Nas eleições locais e regionais de 2020, prevaleceu um cenário de diminuição da FA. De um total de dezenove departamentos, o Partido Nacional venceu em quinze, o Partido Colorado em 1 e a FA em 3, mantendo Montevideu, Canelones e Salto, mas perdendo Paysandú, Río Negro e Rocha. No entanto, os 3 departamentos que continuarão sendo administrados pela FA representam cerca de 65% da população e mais de 50% do PIB do país. Ambos os cenários favorecem a atuação política da FA, seja como oposição ao governo nacional, seja como governo na região metropolitana do país.

Lacalle Pou iniciou o seu mandato presidencial em 1º de março de 2020, no contexto da pandemia do coronavírus e do reconhecimento por um bom manejo da crise sanitária. No entanto, o seu primeiro ano tem sido marcado por políticas que reúnem aspectos da “direita moderada” e da “direita radical”, com destaque para a Lei de Urgente Consideração, a “LUC”, sancionada em 8 de julho de 2020<sup>25</sup> e que reúne uma agenda neoliberal e antidireitos. A legislação translada atividades produtivas, sociais ou essenciais do Estado à esfera do mercado, modifica a compreensão sobre a “legítima defesa”, flexibiliza o porte de armas e restringe o direito à manifestação<sup>26</sup>.

Para fazer frente à “coalizão multicolor”, foi criada ainda em março a InterSocial, espaço de convergência sociopolítica da oposição, liderado pelo PIT-CNT e que tem como objetivo defender as conquistas dos governos frenteamplistas e saídas à crise sanitária, econômica e social, impedindo o aumento das desigualdades sociais e protegendo as populações mais vulneráveis<sup>27</sup>. O seu primeiro desafio será, em conjunto com a FA, derrogar a “LUC” via referendo<sup>28</sup>, dispositivo constitucional utilizado ostensivamente durante a década de 1990 para a revogação de reformas de orientação neoliberal<sup>29</sup>.

25. Ver Lei 18.889. Disponível em: <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/19889-2020>. Acesso em 12/12/2020.

26. Ver “Nace ley de urgente consideración. Los diez puntos clave del proyecto de Lacalle Pou”. Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/nace-ley-urgente-consideracion-puntos-clave-proyecto-lacalle-pou.html>. Acesso em 12/12/2020.

27. Ver “Nueva plataforma InterSocial pide que de una vez por todas el capital pague esta crisis”. Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/nota/nueva-plataforma-intersocial-pide-que-de-una-vez-por-todas-el-capital-pague-esta-crisis-202062124323>. Acesso em 12/12/2020.

28. Ver “InterSocial no llego a un consenso sobre la LUC pero sus principales organizaciones acordaron promover la derogación de 133 de sus artículos”. <https://ladiaria.com.uy/politica/articulo/2020/12/intersocial-no-llago-a-un-consenso-sobre-la-luc-pero-sus-principales-organizaciones-acordaron-promover-la-derogacion-de-133-de-sus-articulos/>. Acesso em 12/12/2020.

29. Bidegain, Germán; Tricot, Víctor. Political opportunity structure, social movements, and malaise in representation in Uruguay, 1985-2014. In: Malaise in Representation in Latin American Countries: Chile, Argentina, and Uruguay. [s.l.: s.n.]. DOI: 10.1057/978-1-137-59955-1\_6.

30. O *katarismo*, movimento aymara altioplânico cujo nome faz referência Túpac Katari, liderança indígena no século XVIII, tem sua origem no final dos anos 1960 e se caracteriza por construir sua agenda política na retomada da identidade indígena – e em detrimento da concepção de mestiçagem que a Revolução Boliviana construiu. Destaca-se o papel político do movimento entre 1960 e 1970, para a construção de movimentos camponeses e originários independentes dos sindicatos tradicionais. Silva, Fabrício Pereira da. Equilíbrios Precários: a trajetória do Movimento ao Socialismo e seus dilemas. In: Domingues, José Maurício; Guimarães, Alice Soares. Mota, Aurea; Silva, Fabrício Pereira (Orgs.) *A Bolívia no Espelho do Mundo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 71.

31. Alto, Hervé do. Cuando el nacionalismo se pone el poncho: Una mirada retrospectiva a la etnicidad y la clase en el movimiento popular boliviano (1952-2007). In: Stefanoni, Pablo; Svampa, Maristella. *Bolívia: memoria, insurgencia y movimientos sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2007. Cunha Filho, Clayton Mendonça. *A construção do horizonte plurinacional: liberalismo, indianismo e nacional-popular na formação do Estado boliviano*. 2015. 315 f. Tese (Doutorado). Curso de Ciência Política, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Ainda que o Uruguai tenha “girado à direita”, é importante ser pontuado o vigor da FA, o maior partido do país. Adicionalmente, a manutenção de seu bastião, Montevideu, e da região metropolitana, Canelones, possibilita uma oposição análoga à da década de 1990. Foi necessária a fundação de uma coalizão de toda a direita, da “moderada” à “radical”, para que Lacalle Pou conquistasse a vitória em segundo turno. Nesse processo, blancos e colorados até mesmo abriram mão de temas essenciais aos seus programas políticos, em especial aqueles relativos à democracia e à crítica ao autoritarismo, vis-à-vis o apoio de Manini Ríos e do Cabildo Abierto.

Se a emergência da “direita radical” sob a liderança de Manini Ríos deve ser observada com atenção, é possível reafirmar (atualmente) a estabilidade política e democrática no Uruguai. Nesse cenário, não apenas a FA segue sendo um de seus principais artífices, como os avanços em democracia e igualdade são frutos de sua própria trajetória e do enfrentamento, como coalizão e movimento, ao conservadorismo e ao neoliberalismo no país.

## O(S) MOVIMENTO(S) AO SOCIALISMO NA BOLÍVIA

Com uma trajetória mais recente que a FA no Uruguai, o Movimento ao Socialismo (MAS) nasce na década de 1990 das lutas contra o neoliberalismo e a privatização de recursos naturais na Bolívia. Em um contexto de decadência do sindicalismo tradicional e de abertura de oportunidades para a emergência de novos movimentos sociais, o qual pode ser observado o crescimento do movimento katarista<sup>30</sup>, as categorias de “classe” ou “campesino” e a percepção de “nação mestiça” passaram a ser vistas como insuficientes para a organização da ação coletiva e de mobilizações populares no país, ganhando força as categorias de “indígena” ou “populações originárias”<sup>31</sup>.

Tem destaque a reorganização do sindicalismo rural por meio da mobilização da categoria de “campesinos-indígenas”, baseada na articulação de raça e território, e fortalecida pela chegada dos cocaleros no ambiente sociopolítico boliviano<sup>32</sup>. Nesse cenário, os movimentos sociais construíram uma agenda comum destinada à refundação da Bolívia e em que a inserção na política institucional seria uma tarefa fundamental. Nasce, a partir disso, a tese do instrumento político:

A construção de um instrumento político é (...) aprovada no VI Congresso da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Campesinos da Bolívia (CSUTCB), em 1994, e logo concretizada mediante a organização do congresso ‘Terra, Território e Instrumento Político’, realizado em Santa Cruz de la Sierra em 1995. Participaram desse congresso fundacional a CSUTCB, a Confederação Sindical de Colonizadores de Bolívia (CSCB), a Federação Nacional de Mulheres Campesinas de Bolívia – Bartolina Sisa (FNMCB-BS) e a Confederação de Povos Indígenas do Oriente Boliviano (CIDOB). Os membros do novo ‘partido’ – a Assembleia pela Soberania dos Povos (ASP) – elegeram como cabeça o dirigente campesino do vale de Cochabamba Alejo Véliz. (...) A construção desse instrumento político dá lugar à criação de uma importante e original engenharia política, na qual não existe diferenciação fundamental entre organizações sindicais e estruturas partidárias<sup>33</sup>.

Em 1997, o instrumento político é oficialmente convertido no Movimento ao Socialismo – Instrumento Político para a Soberania dos Povos (MAS – IPSP), reunindo diversas organizações vinculadas não só à classe e ao trabalho, mas também à terra e à raça. Em sua agenda, a refundação da Bolívia deveria ocorrer por meio de uma Assembleia Constituinte cujo principal objetivo seria a construção de um novo relacionamento com os recursos naturais, seja pela sua nacionalização, inserido em uma gramática

32. Alto, Hervé do. Cuando el nacionalismo se pone el poncho: Una mirada retrospectiva a la etnicidad y la clase en el movimiento popular boliviano (1952-2007). In: Stefanoni, Pablo; Svampa, Maristella. *Bolívia: memoria, insurgencia y movimientos sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

33. Alto, Hervé do. “Cuando el nacionalismo se pone el poncho”: Una mirada retrospectiva a la etnicidad y la clase en el movimiento popular boliviano (1952-2007). In: Stefanoni, Pablo; Svampa, Maristella. *Bolívia: memoria, insurgencia y movimientos sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2007, p. 39, tradução nossa.

34. Silva, Fabricio Pereira da. *Equilíbrios Precários: a trajetória do Movimento ao Socialismo e seus dilemas*. In: Domingues, José Maurício; Guimarães, Alice Soares. Mota, Aurea; Silva, Fabricio Pereira (Orgs.) *A Bolívia no Espelho do Mundo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

35. Conjunto de movimentos sociais formado pela CSUTCB, pela Confederação Sindical de Comunidades Interculturais da Bolívia (CSCIB), pelo Conselho Nacional de Ayllus e Markas do Quillasuyu (CONAMAQ), pela CIDOB e pela Confederação Nacional de Mulheres Campesinas Indígenas Originarias da Bolívia – Bartolina Sisa (CNMCIQB – BS).

anti-imperialista, ou pela convivência mais equilibrada com a natureza, em concordância com as cosmogonias indígenas e o princípio do bem-viver.

Assim, o MAS emerge como o representante dessas demandas na competição política e eleitoral, atuando na fronteira entre o partido e o movimento e justapondo agendas nacionalistas, socialistas e indigenistas, ou seja, com uma identidade calcada em nação, classe e raça<sup>34</sup>. O seu êxito é facilmente verificável: em 1997, são eleitos 4 deputados, dentre os quais Evo Morales; em 2002, Evo concorre à presidência e perde por apenas 4% dos votos para Gonzalo Sánchez de Lozada; em 2005, novamente candidato, Evo vence Jorge Quiroga em primeiro turno, com 54% dos votos, e se torna presidente da Bolívia. Ambos os adversários eram representantes da “direita moderada”.

A primeira medida relevante de seu governo foi a nacionalização de todos os recursos naturais de hidrocarbonetos em 2006. As mudanças mais significativas, no entanto, ocorreram com a realização da Assembleia Constituinte (2006-2009) e a promulgação da nova Constituição Política do Estado (CPE), aprovada em referendo popular com 61,43% dos votos.

Como o próprio texto constitucional afirma, a nova Constituição “deixava para trás os Estados colonial, republicano e neoliberal”, materializando um Estado Unitário Social de Direito Plurinacional Comunitário em que a descolonização é um objetivo primordial. Tem destaque também o estabelecimento de uma nova relação entre o Estado e a sociedade, marcada pelo ingresso às instituições de grupos sociais historicamente excluídos – com demarcadores de classe, raça e gênero – e pela existência de um diálogo constante com os movimentos sociais, principalmente aqueles organizados ao redor do Pacto de Unidade<sup>35</sup>.

Em 2009, Evo foi reeleito presidente com 64,22% dos votos e o MAS obteve uma inédita maioria qualificada no Legislativo, com mais de dois terços dos assentos parlamentares. Após a refundação do Estado, o objetivo de seu governo foi o desenvolvimento econômico, induzido pelo Estado por meio de suas empre-

sas e do incentivo à industrialização. Os resultados são surpreendentes: entre 2006 e 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu em uma média 5,04% ao ano, o salário mínimo foi valorizado em 380% e o desemprego e a pobreza diminuíram de 8% para 5,5% e de 40% para 28%<sup>36</sup>.

Em razão dessa opção desenvolvimentista, as tensões com os movimentos sociais logo apareceram. A partir de 2010 teve início uma série de mobilizações populares e protestos em oposição às políticas do governo de Evo Morales, com uma crítica especial à sua aproximação com o empresariado e a realização de obras de infraestrutura com impactos diretos sobre a natureza e as populações originárias<sup>37</sup>. Um dos principais exemplos disso está na questão relacionada ao Território Indígena Parque Nacional Isidoro Secure (TIPNIS)<sup>38</sup>. A outrora base social e eleitoral do MAS passou a questionar esse modelo de crescimento extrativista e a contestar sistematicamente as suas políticas.

A partir de 2016, um novo fato modificou o cenário boliviano. Em 2014, Evo foi novamente eleito presidente. A Constituição de 2009, no entanto, só permite uma reeleição para os cargos majoritários no país e, com o fim do mandato, Evo Morales não poderia concorrer à reeleição. Nesse contexto, o MAS atuou de forma a inserir na Constituição a possibilidade de uma segunda reeleição. Em fevereiro de 2016, Evo Morales levou a questão a referendo e, em um placar apertado, não conseguiu a vitória esperada: pouco mais de 51% da população foi contrária à proposta. Mesmo com tensões à esquerda e à direita do MAS, em setembro de 2018 o Tribunal Constitucional Plurinacional aceitou um recurso do partido que requeria a alteração de 3 artigos constitucionais e tornou possível a reeleição, autorizando uma nova postulação de Evo à presidência.

Nas eleições gerais de 20 de outubro de 2019, Evo venceu Carlos Mesa, da “direita moderada”, com 47,08% contra 36,51% dos votos<sup>39</sup>. O pleito foi marcado por tensões e por uma aguçada polarização social e política, levando à acusações de fraude eleitoral e ao golpe de Estado de 2019, protagonizado por forças milita-

36. Fuser, Igor. *Bolívia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

37. Cunha Filho, 2015.

38. Em 2011, Morales avançou com uma proposta de construção de uma estrada que ligasse Vila Tunari, em Cochabamba, a San Ignacio de Moxos, em Beni; a estrada, no entanto, passaria por dentro do TIPNIS – fato que gerou uma grande onda de protestos, capitaneado pela CIDOB, que organizou uma marcha de Beni a La Paz.

39. Na Bolívia, uma candidatura vence em primeiro turno sempre que obtém mais de 50% dos votos ou mais de 40% dos votos e uma distância de 10% dos votos com relação ao segundo colocado.

40. O processo foi liderado pelo Secretário Geral da OEA, Luis Almagro, que tem sido um importante ator na oposição à esquerda e na restauração conservadora no continente.

41. No dia 20 de outubro, depois do fechamento das urnas, a apuração dos votos se deu de forma controversa: o sistema de contagem rápida foi interrompido em torno das 20h, quando apenas cerca de 80% dos votos estavam apurados. Até então, o resultado indicava a possibilidade de um segundo turno entre Morales e Mesa. A apuração somente foi retomada na tarde do dia seguinte, com a declaração de vitória, no primeiro turno, de Morales. A missão de observadores da OEA declarou que a interrupção da contagem dos votos era de "difícil justificativa" e convocou reunião extraoficial para discutir o assunto. No dia 25, o Tribunal Superior Eleitoral divulgou o resultado oficial, com Morales vitorioso ainda no primeiro turno.

42. Em 2020, Patricia Arce foi eleita senadora. Ver "Quero que nenhuma mulher da Bolívia sofra maus tratos, diz ex-prefeita do MAS humilhada por opositores e eleita senadora". Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/celina/quero-que-nenhuma-mulher-da-bolivia-sofra-maus-tratos-diz-ex-prefeita-do-mas-humilhada-por-opositores-eleita-senadora-24705026>. Acesso em 15/12/2020.

43. O relatório da auditoria, que indicou irregularidades na apuração, contagem e transmissão de dados ao Tribunal Supremo Eleitoral, hoje já é amplamente questionado por diversos estudos. Ver "Estudo do MIT não encontra evidência estatística de fraude nas eleições da Bolívia". Disponível em: <https://brasil.elepa.com/internacional/2020-02-28/estudo-do-mit-nao-encontra-evidencia-estatistica-de-fraude-nas-eleicoes-da-bolivia.html>. Acesso em 14/12/2020.

res, de polícias e milícias, com a liderança da “direita radical”, que se consolidou nesse mesmo ano no país, e a anuência da “direita moderada”. Os fatos políticos que levaram ao golpe e à renúncia de Evo e de seu vice-presidente Álvaro García Liñera, após pressão dissuasória e ameaças à integridade física deles mesmos, são observados a seguir.

Em primeiro lugar, têm destaque as declarações da Organização dos Estados Americanos (OEA)<sup>40</sup>, que questionaram a confiabilidade do pleito e levaram, em 31 de outubro, à realização de uma auditoria eleitoral para averiguar a existência de fraude<sup>41</sup>. Após o posicionamento da OEA, Mesa passa a não reconhecer o resultado eleitoral, e as ruas são tomadas por mobilizações populares e protestos, com pautas favoráveis e contrárias ao MAS e ao governo, demandando garantias democráticas.

Em segundo lugar, têm relevância as mobilizações do Comitê Cívico de Santa Cruz, com início em 29 de outubro. Sob a liderança de Luiz Fernando Camacho, um representante da “direita radical”, a organização realizou uma paralisação que acabou por receber um amplo apoio popular nessa região, exigindo a anulação do pleito e a convocação imediata de eleições por um órgão eleitoral completamente novo; em 2 de novembro, Camacho passa a ordenar a renúncia de Evo em um prazo de 24 horas.

Em um cenário de polarização social e política, a “direita radical” ampliou a utilização da violência contra manifestantes de esquerda, que passaram a ter a sua integridade física ameaçada por paramilitares e milicianos. Talvez o principal exemplo seja o de Patricia Arce, prefeita do MAS em Vinto, que foi torturada, teve os seus cabelos raspados e foi arrastada no chão por quilômetros em sua própria cidade<sup>42</sup>.

A auditoria eleitoral da OEA apontou irregularidades no pleito – que seriam posteriormente refutadas<sup>43</sup> – e Evo se colocou à disposição para a realização de novas eleições. No entanto, já sob a direção da “direita radical”, alguns atores exigiram a renúncia imediata do então presidente. Em 10 de novembro, às 16h, o então comandante em chefe das Forças Armadas, Williams Ka-

liman, “sugeri” a renúncia de Evo, sendo seguido pelo comandante da polícia, Yuri Calderón; ambos sugeriram a “renúncia de Evo pela pacificação do país”. Em torno das 17h30, Evo Morales, García Linera e Gabriela Montaña, então ministra da Saúde, renunciaram aos seus cargos. Nas horas seguintes, a maior parte dos ministros e vice-ministros também renunciaram. Às 23h do mesmo dia, o paradeiro de Evo já era pouco conhecido, e às 8h do dia seguinte, o somatório de autoridades que renunciaram chegava a 17. Esse foi o momento que separou os dois tempos do processo. No fim da tarde do dia 10 de novembro, Camacho, escoltado por policiais, entrou no Palacio Quemado segurando uma bíblia e a bandeira nacional boliviana – não a wiphala. Com a declaração de que “sai a Pachamama, entra Deus” no palácio presidencial boliviano, esse foi o momento-chave para que ficasse explícito quais atores políticos passavam a dirigir o processo: a “direita radical”, amplamente violenta e com contornos fascistas.

No vazio de poder após as renúncias de grande parte dos representantes institucionais em função das ameaças violentas, Jeanine Áñez, então segunda vice-presidenta do Senado e senadora pelo departamento de Beni, se autoproclamou presidenta interina do país em sessão legislativa sem quórum suficiente. O seu governo foi marcado pelo uso da violência para a repressão dos movimentos sociais e pela deterioração econômica e dos indicadores sociais no país. As eleições, que deveriam ser realizadas em maio de 2020, foram adiadas três vezes, e finalmente realizadas em outubro desse mesmo ano, tendo como marca o debate sobre a democracia e as disputas de narrativas com relação ao golpe de 2019.

O MAS apresentou as candidaturas de Luis Arce à presidência e de David Choquehuanca à vice-presidência. Arce, ex-ministro da economia de Evo Morales e principal nome à frente da estabilidade e do crescimento econômico boliviano nos últimos anos, foi defendido pelos setores dos centros urbanos e das classes médias ligados ao MAS. Choquehuanca, líder sindical aymara e ex-ministro das Relações Exteriores, foi apoiado por grupos vinculados a movimentos campesino-indígenas das bases do MAS. O acordo mesclou

44. Carlos Mesa foi vitorioso em Beni e Tarija, enquanto Luis Fernando Camacho foi vitorioso em Santa Cruz.

45. Ver “Comunica América Latina”. Disponível em: <http://netsaliesp.uerj.br/wp-content/uploads/2020/10/comunicaAL2.pdf>. Acesso em 13/12/2020.

ambas as estratégias, com vistas a retomar o seu papel de partido e movimento e reconciliar as suas bases sociais e eleitorais.

A vitória do MAS ainda no primeiro turno, com 55.11% dos votos – contra 28.83% de Mesa, pelo Comunidade Ciudadã, e 14% de Camacho, pelo Creemos, parece ser resultado dessa bem-sucedida estratégia. Em primeiro lugar, o MAS foi vitorioso em 6 dos 9 departamentos do país<sup>44</sup>, com destaque para a vitória em Chuquisaca (49% dos votos), departamento onde Carlos Mesa havia sido vitorioso em 2019; na capital La Paz, o MAS conquistou mais de 68% dos votos; em Cochabamba, 65% dos votos e, em Oruro, 62% dos votos. Na Assembleia Plurinacional, o MAS conquistou 75 das 130 cadeiras na Câmara dos Deputados e 21 das 36 do Senado, obtendo maioria em ambas as casas. O resultado foi igualmente favorável ao partido em grandes centros urbanos – ampliando, inclusive, a margem nos resultados das eleições de 2019. Pode-se dizer que frente à crise sanitária e econômica o eleitorado apostou na proposta mais conhecida, que já havia apresentado resultados positivos. A oposição à direita do MAS também se dividiu entre os “radicais”, representado por Camacho, e os “moderados”, encarnados por Mesa, em um contexto de retorno do Estado e de preocupação com o aumento das desigualdades sociais e econômicas.

Tão importante quanto a estratégia eleitoral, no entanto, foram as mobilizações populares: todos os 12 meses de resistência ao golpe foram de constante mobilização; entre julho e setembro os protestos demandavam garantias democráticas e a estipulação de um calendário eleitoral; entre 3 e 13 de agosto, ocorreu uma das maiores greves nacionais no país, liderada pela Central Obrera Boliviana (COB) e pelo Pacto de Unidade – que também somou-se à manifestações de professores, sobretudo professores rurais, que lutavam contra a privatização do ensino básico<sup>45</sup>.

Em um feito surpreendente, o MAS permaneceu como principal partido do país, mesmo após uma crise de legitimidade, ligadas ao questionamento da sua agenda de desenvolvimento econômico, de sua relação com a democracia e de seu funciona-

mento interno; e de um golpe de Estado, que organizou e articulou as duas direitas no país. Isso ocorreu, sobretudo, em função de sua fórmula como partido e movimento, capaz de organizar a oposição institucional na Assembleia Plurinacional e dialogar com as organizações do Pacto de Unidade. Mais que isso: a articulação constante de combate ao golpe, seja no plano da autodefesa, como foi no departamento de Cochabamba, ou de denúncia ao governo de Áñez, foi constantemente perpassado pela defesa dos conteúdos programáticos mais relevantes para a agenda do MAS: o combate ao neoliberalismo e a denúncia ao racismo e sexismo do campo à direita.

## OS DESAFIOS DAS ESQUERDAS NO CHILE

A democracia no Chile é habitualmente nomeada por “incompleta”<sup>46</sup> e “semisoberana”<sup>47</sup> devido ao acordo estabelecido durante a transição à democracia no país, responsável pela manutenção do neoliberalismo e do autoritarismo adotados durante a ditadura militar de Augusto Pinochet (1973-1990).

Em primeiro lugar, tem destaque a continuidade da Constituição de 1980, criada com o objetivo de “proteger” a democracia do próprio povo e, portanto, requerendo maiorias parlamentares de dois terços ou três quintos para a sua modificação. A Carta Constitucional ratificou as reformas neoliberais e as privatizações realizadas por Pinochet e não à toa o Chile é o único país do mundo em que quase 100% de sua água é privatizada de forma perpétua<sup>48</sup>. Nesse Estado subsidiário (o mesmo que mínimo) inexistem direitos fundamentais, como à educação e saúde, e a função social do Estado é restrita a temas de “lei e ordem”, como segurança e defesa<sup>49</sup>.

Em segundo lugar, tem relevância o sistema eleitoral binominal, criado em 1988 na antessala da democracia. Único no mundo com essa magnitude distrital, uma vez que para aceder simultaneamente às duas únicas cadeiras disponíveis no distrito um partido ou coalizão deveria ter no mínimo o dobro dos votos do

46. Garretón, Manuel Antonio. *Neoliberalismo corregido y progresismo limitado*. Los gobiernos de la Concertación en Chile, 1990-2010. Santiago: Editorial Arcis, 2012.

47. Huneus, C. *La democracia semisoberana: Chile después de Pinochet*. [s.l.]: Taurus, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=pAsJrgEACAAJ>.

48. Ver “Acesso à água no Chile fica mais difícil com privatização da era Pinochet”. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/08/acesso-a-agua-no-chile-fica-mais-difcil-com-privatizacao-da-era-pinochet/>. Acesso em 15/12/2020.

49. Garretón, Manuel Antonio. *Neoliberalismo Corregido Y Progresismo Limitado*. Los gobiernos de la Concertación en Chile, 1990-2010. Santiago: Editorial Arcis, 2012. Huneus, C. *La democracia semisoberana: Chile después de Pinochet*. [s.l.]: Taurus, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=pAsJrgEACAAJ>. Moulian, Tomás. *Chile actual*. Anatomía de un mito. Santiago: LOM Ediciones, 2002.

50. Borel, Marcelo; Tanscheit, Talita. Perspectivas Pós-Eleições no Chile. In: *Novos desafios da política na América do Sul e na União Europeia*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2018.

51. Informação oficial disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article3398.html#presentacion>. Acesso em 15/12/2020. Sobre o Plebiscito Nacional de 1988, ver o filme “No” (2012), de Pablo Larraín.

52. Moulian, Tomás. *Chile actual*. Anatomia de un mito. Santiago: LOM Ediciones, 2002.

53. Entre 1989 e 2015 a coalizão foi chamada de Alianza, nome substituído para Chile Vamos em 2015, com o ingresso dos partidos Evolução Política (EVOPOLI), e do Partido Regionalista Independente (PRI).

54. Garretón, Manuel Antonio. *Neoliberalismo Corregido Y Progresismo Limitado*. Los gobiernos de la Concertación en Chile, 1990-2010. Santiago: Editorial Arcis, 2012. Huneus, C. *La democracia semisoberana: Chile después de Pinochet*. [s.l.]: Taurus, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=W2fBCwAAQBAJ>.

segundo partido ou coalizão mais votado (ou seja, 66,7%) ou o segundo partido ou coalizão mais votado ficaria com a segunda vaga no Legislativo:

O propósito desse mecanismo foi o de garantir que a segunda força eleitoral – no caso, a direita chilena – conseguisse sempre, ou quase sempre, uma das cadeiras em disputa em cada distrito, forçando a existência de um equilíbrio artificial das forças políticas no Poder Legislativo<sup>50</sup>.

O Chile reestabeleceu a sua democracia com o rechaço de 55,99% das pessoas à proposta do Plebiscito Nacional de 1988 e a convocação imediata de eleições gerais para 1989 – o conhecido “Plebiscito do No”<sup>51</sup>. A Constituição de 1980 e o sistema eleitoral binominal de 1988, no entanto, definiram as bases de uma possível reconstituição de novas estruturas partidárias e/ou suprapartidárias no país<sup>52</sup>.

Entre 1988 e 2017, duas coalizões organizaram a competição política e eleitoral no Chile, representando, respectivamente, as opções *Si* e *No* no Plebiscito Nacional de 1988: à direita a Alianza<sup>53</sup>, da Renovação Nacional (RN) e da União Democrática Independente (UDI); e à centro-esquerda a Concertación, do Partido Demócrata-Cristão (PDCCh), do Partido Socialista do Chile (PSCh), do Partido Pela Democracia (PPD) e do Partido Radical Socialdemocrata (PRSD).

No entanto, a clivagem principal do sistema político e partidário no país não foi entre esquerda e direita, mas entre autoritários e democráticos. Contribuiu para tal o acordo estabelecido na redemocratização, em que foram definidas as bases do “modelo chileno” de dupla transição: a uma economia de mercado e a uma democracia “incompleta” e “semisoberana”<sup>54</sup>. Nesse contexto, a democracia passou a ser sinônimo de estabilidade política, sendo desprovida de qualquer conotação normativa ou ideal de igualdade mesmo entre a esquerda, e destacadamente os socialistas.

Um primeiro momento é marcado por um ciclo de vinte anos de governos da Concertación, com os democrata-cristãos Patricio Aylwin (1990-1994) e Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994-2000) e os socialistas Ricardo Lagos (2000) e Michelle Bachelet (2006-2010). Se Aylwin e Frei Ruiz-Tagle priorizaram as lógicas da “transição” ou da “modernização”, Lagos e Bachelet têm o desafio de um novo curso democrático em suas mãos<sup>55</sup>. No entanto, traumatizados pelas experiências da Unidade Popular (UP) e da ditadura militar, esses mandatos não mexeram no “modelo chileno”, estando preocupados em demonstrar que um governo socialista poderia gerar estabilidade política.

Fundado em 1933, o PSCh foi o primeiro partido de esquerda a chegar ao poder democraticamente na América do Sul, e o governo de Salvador Allende (1970-1973) foi uma inspiração para toda a região. Porém, o período é seguido por um golpe cívico-militar com fortes consequências para os socialistas, não apenas interrompendo a “via democrática” ao socialismo, mas também prendendo, torturando ou matando milhares de seus militantes.

Com a redemocratização, prevaleceu no PSCh uma reflexão crítica sobre o governo de Allende e a experiência da UP, em que a polarização ideológica e a hiperpolíticação do Estado e da sociedade civil por parte da esquerda teriam precipitado a ruptura democrática à época<sup>56</sup>. Sob essas circunstâncias, é possível afirmar que os socialistas chilenos protagonizaram a maior transformação na relação entre a esquerda e a democracia na América Latina, com um partido homogêneo e sem vínculos sociais, na medida em que a existência de divergências programáticas e a participação das bases poderiam pôr em risco a estabilidade política<sup>57</sup>.

Ainda que subordinados à lógica da Concertación, algumas mudanças podem ser verificadas nos governos socialistas, como a consolidação do poder civil sobre a autoridade militar por meio da Reforma Constitucional de 2005 de La-

55. Aggio, Alberto. O Chile de Lagos: o desafio de um novo curso democrático. *Revista Estudos de Sociologia*, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 1–12, 2000.

56. Posner, Paul W. Local democracy and popular participation: Chile and Brazil in comparative perspective. *Democratization*, [S. l.], 2003. DOI:

57. Pereira da Silva, Fabrício. *Vitórias na crise: Trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Ponteio Edições, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=W2fBCwAAQBAJ>. 10.1080/13510340312331293927.

58. Borel, Marcelo. Reformas constitucionais e aprofundamento democrático no Chile: De Pinochet a Bachelet. *Revista Agenda Política*, [S. l.], 2017. DOI: 10.31990/agenda.2017.3.4, p. 128.

59. Gomes da Costa, Murilo; Tanscheit, Talita. E no entanto, ela se move! As Transformações Recentes da Democracia no Chile. In: Soares de Lima, Maria Regina; Pinheiro, Letícia; Albuquerque, Marianna; Gonçalves, Fernanda Nanci; Londoño Niño, Andrés (Org.). *América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2020. p. 70–88. Disponível em: <http://opsa.com.br/livro15anos/>.

60. Atria, Fernando. *Veinte años después: neoliberalismo con rostro humano*. Santiago: Editorial Catalonia, 2015.

61. Donoso, Sofia; Von Bülow, Marisa. Social movements in Chile: Organization, trajectories, and political consequences. [s.l.: s.n.], DOI: 10.1057/978-1-137-60013-4. Somma, Nicolás M.; Medel, Rodrigo. Shifting relationships between social movements and institutional politics. In: *Social Movements in Chile: Organization, Trajectories, and Political Consequences*. [s.l.: s.n.], DOI: 10.1057/978-1-137-60013-4\_2.

gos e a eliminação dos chamados “enclaves autoritários” da Constituição de 1980. São exemplos o fim dos nove senadores “designados” ou “biônicos”, que além de não serem eleitos deveriam ser obrigatoriamente ex-chefes das Forças Armadas; o fim dos assentos de senadores vitalícios para ex-presidentes; e a reformulação do Tribunal Constitucional, que deixa de ser composto por integrantes das Forças Armadas para ser integrado somente por civis<sup>58</sup>. Nesse período também foi instaurada a Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura, a “Comissão Valech”, com o objetivo de esclarecer a identidade de pessoas que foram vítimas de violações de direitos humanos durante a ditadura militar. Foram reconhecidos cerca de 30 mil casos que deveriam receber compensações por parte do Estado do Chile<sup>59</sup>.

Tanto Lagos quanto Bachelet buscaram implementar políticas de proteção social, notadamente de combate à pobreza. Visando dar um “rosto humano” ao neoliberalismo, foram realizadas algumas reformas baseadas no aumento do gasto e dos benefícios sociais em áreas específicas de políticas públicas<sup>60</sup>. Em síntese, se na América do Sul houve, por parte dos partidos de esquerda, um forte questionamento ao neoliberalismo, no Chile ele restou intacto.

Um segundo momento, no entanto, é marcado por um revezamento entre a esquerda e a direita na Presidência da República, com Bachelet entre 2006 e 2010 e 2014 e 2018 e Sebastián Piñera entre 2010 e 2014 e a partir de 2018. O período é observado pela reativação da sociedade civil e por protestos e mobilizações populares que questionaram profundamente o “modelo chileno” e ocorreram às margens dos partidos e das instituições<sup>61</sup>.

Inicialmente, esse processo foi liderado pelos estudantes secundaristas em 2006, responsáveis por realizar as primeiras manifestações massivas desde o retorno à democracia, em 1990. O movimento *pinguino* denunciou as diferenças entre a qualidade da educação pública e privada e os seus efeitos se-

gregadores no Chile. Como legado da época, tem-se a reivindicação do direito fundamental à educação em resposta à sua privatização durante a ditadura militar<sup>62</sup>.

Em 2011, uma mesma geração de estudantes, agora universitários, modificaram definitivamente a dinâmica social e política chilena. Os protestos foram convocados pela Confederação de Estudantes do Chile (Confech) e começaram em razão do endividamento provocado por um esquema de crédito educacional introduzido em 2006, passando rapidamente à reivindicação do direito fundamental à educação e do fim ao lucro em um país onde não havia ensino superior gratuito – mesmo que público.

O movimento estudantil de 2011 reinterpretou as bases econômicas e políticas do “modelo chileno” estabelecido durante a ditadura militar e exigiu uma maior inclusão social e política da população por meio de uma nova constituição para o país. Mais de 70% da cidadania apoiou aos estudantes e suas demandas por educação pública, gratuita e de qualidade. No entanto, tanto em 2006 quanto em 2011 o governo não soube canalizar essas reivindicações, indicando o descolamento do establishment político da Concertación e da Alianza da sociedade<sup>63</sup>.

Bachelet foi novamente eleita em 2013 com o programa de governo mais ambicioso desde a transição à democracia, se comprometendo com a realização das reformas tributária, eleitoral, educacional e constitucional. Diversas lideranças das manifestações estudantis de 2011 também foram eleitas ao Legislativo, como Camila Vallejo e Karol Cariola, do Partido Comunista do Chile, Giorgio Jackson, do então Movimento Revolução Democrática, e Gabriel Boric, à época um independente<sup>64</sup>.

Ainda que tenha realizado as reformas tributária e (timidamente) educacional, a grande realização de Bachelet foi a substituição do sistema eleitoral binominal por um sistema eleitoral proporcional em 2015, similar ao brasileiro<sup>65</sup>.

62. Donoso, Sofia. Dynamics of change in Chile: Explaining the emergence of the 2006 pingüino movement. *Journal of Latin American Studies*, 2013. DOI: 10.1017/S0022216X12001228.

63. Donoso, Sofia. Dynamics of change in Chile: Explaining the emergence of the 2006 pingüino movement. *Journal of Latin American Studies*, 2013. DOI: 10.1017/S0022216X12001228.

64. Gomes da Costa, Murilo; Tanscheit, Talita. E no entanto, ela se move! As Transformações Recentes da Democracia no Chile. In: Soares De Lima, Maria Regina; Pinheiro, Leticia; Albuquerque, Marianna; Gonçalves, Fernanda Nanci; Londoño Niño, Andrés (Org.). *América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2020. p. 70–88. Disponível em: <http://opsa.com.br/livro15anos/>.

65. Borel, Marcelo; Tanscheit, Talita. Perspectivas Pós-Eleições no Chile. In: *Novos desafios da política na América do Sul e na União Europeia*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2018.

66. Fazem parte da Frente Ampla os partidos oficialmente inscritos no Serviço Eleitoral RD, Partido Humanista (PH), Partido Liberal (PL), Partido Ecologista Verde (PEV), Poder Cidadão (POD), Partido Igualdade (PI) e os movimentos Movimento Autonomista (MA), Esquerda Autônoma (IA), Esquerda Libertária (IL), Nova Democracia (ND), Partido Pirata do Chile (PPCh), Movimento Democrático Progressista (MDP) e Movimento Socialismo e Liberdade (MSL).

67. Gomes da Costa, Murilo; Tanscheit, Talita. O Direito ao Aborto na América do Sul: os casos do Chile, do Brasil e do Uruguai. *Boletim OPSA*, v. 3, p. 09-13, 2017b. Disponível em: [http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim\\_OPSA\\_2017\\_N03-Jul-Set.pdf](http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPSA_2017_N03-Jul-Set.pdf)

A “reforma das reformas”, no entanto, não foi realizada. Pouco antes de deixar o poder a presidenta enviou ao Congresso Nacional uma proposta para a elaboração de uma nova Constituição, cujo objetivo era estabelecer “uma nova maneira de compreender os direitos fundamentais e a estrutura de poderes do Estado”. Deixando a sua concretização para Piñera, o presidente não demonstrou interesse em dar continuidade a um processo constituinte.

Piñera foi novamente eleito em 2017 em um processo eleitoral marcado pelo fim da antiga Concertación, com o rompimento da aliança histórica entre democrata-cristãos e socialistas, e pela fundação da Frente Ampla, uma nova coalizão de centro-esquerda, com o objetivo de ser uma alternativa à esquerda na arena institucional do país. Os parlamentares e ex-líderes estudantis Jackson e Boric lideraram a fundação da Frente Ampla em conjunto com diversos outros partidos e movimentos sociais<sup>66</sup> e a coalizão é fruto tanto da reativação da sociedade civil quanto da própria promulgação do sistema eleitoral proporcional. Em um bom desempenho inicial, o bloco político elegeu 20 parlamentares, sendo 7 mulheres, com uma média de idade de 38 anos<sup>67</sup>. No entanto, os dois turnos das eleições presidenciais contaram com uma participação baixíssima, de 46,7% e 49% do eleitorado, evidenciando um mal-estar generalizado com o sistema político e partidário no Chile.

O *estallido* social é em grande medida resultado da incapacidade dos partidos em incorporar demandas da sociedade aos seus programas políticos, mas principalmente da expansão e da diversificação da ação coletiva em curso há quinze anos no Chile. O ciclo de manifestações foi iniciado em 14 de outubro de 2019, e se a sua causa imediata foi o aumento da tarifa de transportes públicos em Santiago, com centenas de estudantes organizando evasões massivas do metrô, em 18 de outubro já existiam vários focos de mobilizações populares e protestos em todo o país.

As manifestações podem ser consideradas o ápice do divórcio entre a sociedade e a política no país, em um contexto que os partidos são estáveis, mas sem raízes<sup>68</sup>. Incorporando um amplo espectro social, das classes baixas às médias e altas, as diversas reivindicações existentes em seus cartazes foram rapidamente convertidas em um descontentamento generalizado com o alto custo de vida do “modelo chileno” e em um clamor pela elaboração de uma nova Constituição para o país. De uma forma geral, a sua principal vitória consistiu em reinterpretar o modelo socioeconômico estabelecido durante a ditadura militar, permitindo que a igualdade, e não apenas a estabilidade, seja novamente um horizonte normativo da democracia chilena<sup>69</sup>.

É com o objetivo de dar uma resposta ao *estallido* social que foi realizado o Plebiscito Nacional de 2020, a fim de determinar se a população concordava com o início de um processo constituinte para a redação de uma nova Constituição e definir o mecanismo para a realização desse processo, uma Convenção Constitucional ou uma Convenção Mista. Em 25 de outubro, 80% da população optou por aprovar a redação de uma nova Constituição por meio de uma Convenção Constitucional (o mesmo que Assembleia Constituinte) com paridade entre mulheres e homens, com um apoio expressivo entre a população mais jovem e pobre.

O que vem pela frente? Em 11 de abril de 2021 será a eleição para definir quem serão as e os parlamentares constituintes. São 9 meses para redigir uma nova Constituição, com um prazo prorrogável por mais 3 meses. Por fim, o texto será submetido a um plebiscito ratificatório com voto obrigatório. Vale destacar que nesse mesmo dia serão realizadas as eleições municipais e para governadores regionais, e nesse mesmo ano as eleições nacionais. Sob esse cenário, a coordenação política e eleitoral da esquerda e da direita é um imperativo.

Tanto o *estallido* social quanto a aprovação de uma nova Constituição indicam uma derrota do establishment e

68. Luna, Juan Pablo; Altman, David. Uprooted but stable: Chilean parties and the concept of party system institutionalization. *Latin American Politics and Society*, [S. l.], 2011. DOI: 10.1111/j.1548-2456.2011.00115.x.

69. Gomes da Costa, Murilo; Tanscheit, Talita. E no entanto, ela se move! *Ibidem*, p. 70–88. Disponível em: <http://opsa.com.br/livro15anos/>.

especialmente da direita chilena, que se engajou fortemente na campanha contrária ao processo constituinte. Os próximos desafios envolvem a reserva de vagas para populações originárias e afrodescendentes na Convenção Constitucional e a sua conversão em um processo deliberativo constituinte capaz de gerar adesão política e legitimidade democrática, diminuindo a distância entre a sociedade e a política.

O Plebiscito Nacional de 2020 foi um acerto de contas com o legado autoritário e com um modelo restritivo de democracia. É também um chamado à maioria da esquerda chilena, que enfrenta atualmente um enorme problema de legitimidade e enraizamento, em um contexto em que a “democratização da democracia” ocorre a despeito e apesar de seus partidos. O 25 de outubro de 2020 foi o dia mais importante do Chile desde a vitória do *No* em 1988. Que a história agora seja feita pelo povo, e não pelas suas elites.

## PRESENTE E FUTURO DAS ESQUERDAS NA AMÉRICA DO SUL

Nos últimos anos, as democracias sul-americanas vêm enfrentando desafios que vão desde o fortalecimento da “direita radical”, como os exemplos de Áñez e Camacho na Bolívia e Manini Ríos no Uruguai, quanto a novas formas de golpismo e de *lawfare*, como o Brasil e a destituição de Dilma Rousseff em 2016 e a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva em 2018. Ainda assim, é possível observar a resiliência da esquerda na região, como as lições deixadas às experiências do Uruguai, da Bolívia e do Chile demonstraram recentemente.

No Uruguai, a estabilidade política e democrática permanece, assim como a forte presença de variadas formas de ação coletiva para além dos partidos e com forte presença territorial. As “duas pernas” da FA, coalizão e movimento, dão indícios suficientes de solidez, e a InterSocial será, ao que tudo indica, um espaço fundamental para a oposição às políticas de

orientação neoliberal do governo de Lacalle Pou e para a atualização programática da esquerda.

Na Bolívia, o MAS logrou uma ampla vitória no Executivo e no Legislativo em 2020 após um golpe de Estado que utilizou ostensivamente da violência. Parte desse êxito é creditado à estratégia Arce e Choquehuanca, recuperando as bases do campo e da cidade do partido e colocando as crises sanitária e econômica no centro do debate político. Mais do que isso, o entrelaçamento entre nação, classe e raça, que refundou o Estado boliviano por meio do plurinacionalismo e do comunitarismo, parece ser fundamental.

Ao mesmo tempo, a denúncia ao golpe tanto nas ruas quanto nas instituições foi fundamental para a oposição ao golpe de Estado no país, contando com a participação ativa do Pacto da Unidade. Esse foi o caminho possível para a construção de outras lideranças políticas pelo MAS para além de Evo, bem como para solucionar tensões no seio da esquerda que foram intensificadas nos últimos anos.

No Chile, os socialistas optaram por uma “democracia de acordos” cuja base é a estabilidade política que aprofundou as bases econômicas e políticas do “modelo chileno”, ainda que os governos da Concertación, e especialmente de Lagos e Bachelet, tenham logrado alguns avanços<sup>70</sup>. Como contraponto, os protestos e as mobilizações populares lograram difundir uma agenda à esquerda, com a garantia de direitos e o fortalecimento das atribuições do Estado – similares às originalmente estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 no Brasil.

Nem a antiga Concertación nem a novíssima Frente Ampla possuem enraizamento social, especialmente entre os mais pobres, o principal desafio da esquerda chilena<sup>71</sup>. O processo constituinte é uma oportunidade histórica não apenas para o Chile, mas também para a esquerda, e especialmente para os socialistas, que deverão decidir pela prevalência entre o “peso da noite”<sup>72</sup> ou pela criação de uma nova manhã. A forma como as esquerdas estarão organizadas na

70. Navia, Patricio. *Malaise in representation in Chile: An 18-year-old debate in search of evidence*. In: *Malaise in Representation in Latin American Countries: Chile, Argentina, and Uruguay*. [s.l.: s.n.]. DOI: 10.1057/978-1-137-59955-1\_5.

71. A exceção à regra é o Partido Comunista do Chile, com um forte trabalho territorial e comunitário.

72. Expressão alcunhada por Diego Portales no século XIX para explicar o desenho centralista e autoritário do Estado no país. Atualmente é utilizado em alusão à ditadura militar e os “enclaves autoritários” da ditadura, cuja marca é a inércia e os obstáculos a possíveis transformações. Entrevista com Marcelo Schilling, 19 de março de 2018.

disputa pela construção democrática do Chile é fundamental para o seu próprio futuro.

É sob esses marcos que afirmamos, atualmente, a existência de um continente em disputa – com maior ou menor estabilidade democrática a depender do contexto – entre as direitas e as esquerdas. O maior desafio parece ser o retorno do “neoliberalismo autoritário” em um contexto de “restauração conservadora”. Compreender o nosso passado e, nesse caso, os caminhos e descaminhos de nossos vizinhos, parece ser útil para a atuação no presente e para a definição das estratégias futuras em um continente no qual o Brasil, e destacadamente o PT, exercem papel fundamental.

# ESTADOS UNIDOS 2020: UMA ELEIÇÃO NÃO COMO AS OUTRAS.

## IMPLICAÇÕES INTERNACIONAIS <sup>1</sup>

SEBASTIÃO VELASCO E CRUZ

### UMA SITUAÇÃO INUSITADA

Pode não ser edificante, mas os Estados Unidos oferecem ao mundo neste final de ano um espetáculo inimitável.

Não me refiro, evidentemente, à contestação dos resultados da eleição presidencial. Esse tipo de ocorrência é bem conhecido nosso e tem se repetido na América Latina, na Europa Oriental e em outras regiões do globo com frequência notável. Mas em que outro lugar encontraríamos, depois do pleito em causa, mobilização tão grande de advogados empenhados em impugnar, em vários cantos do país, a contagem de votos? E onde mais veríamos tamanha reação de escândalo ante à negativa do candidato vencido em cavalheirescamente reconhecer sua derrota?

É verdade, houve um precedente nos Estados Unidos, há não tanto tempo atrás. Em 2000 o democrata Al Gore venceu o republicano George W. Bush no voto popular, mas teria perdido por uma margem ínfima (537 votos) no esta-

SEBASTIÃO VELASCO E CRUZ é Professor Titular do Departamento de Ciência Política da Unicamp. Foi Coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU). Publicou, entre outros livros, *Empresariado e Estado na Transição Brasileira. Um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)* (1996) e *Trajetórias: Capitalismo Neoliberal e Reformas Econômicas nos Países da Periferia* (2008).

1. Este artigo foi escrito ainda em novembro. Desde então, fatos impotentes alteraram significativamente a conjuntura política nis Estados Unidos -- em particular a vitória democrata na Georgia, que assegurou ao governo Biden a maioria, ainda que apertada, e sobretudo a invasão do Capitólio pela turba trumpista. Apesar disso, considero melhor divulgar o texto tal como redigido, por acreditar que esses fatos corroboram o argumento desenvolvido no artigo. E para municiar o leitor com elementos para avaliar criticamente essa pretensão.

do da Flórida, decisivo para o resultado do pleito no Colégio Eleitoral. Como agora, o resultado no referido estado – e então governado, aliás, pelo irmão do candidato tido como vencedor – foi judicialmente contestado, o que deu lugar a um processo longo e laborioso de recontagem de votos. O qual, entretanto, não chegou ao fim interrompido que foi por decisão apertada da Suprema Corte.

Mas em 2000 esse desfecho, de legitimidade para lá de duvidosa, foi serenamente aceito por Al Gore. A partir daí a Casa Branca, sob o comando do democrata Bill Clinton, deu início ao processo de transição, comunicando à equipe do futuro presidente informações sigilosas sobre as diversas esferas de ação governamental, em particular aquelas afeitas à Segurança Nacional.

O que vemos agora é bem diferente. Derrotado nas urnas, Trump multiplica-se em denúncias de fraudes – a rigor tais alegações precedem de muito a realização do pleito – e toma decisões de governo como se o horizonte deste fosse de quatro anos, e não os dois meses restantes, de acordo com o veredicto das urnas. Enquanto isso, a equipe do presidente eleito aguarda desconcertada que o funcionário encarregado de tomar as devidas providências – o titular do *General Service Administration* – acate o resultado do pleito e tome as medidas administrativas correspondentes – como a cessão de espaço para que a equipe de Joe Biden possa trabalhar e a liberação dos recursos financeiros legalmente destinados a esse fim.

Com muito atraso, em virtude das condições excepcionais criadas pela pandemia, a vitória de Joseph Biden foi proclamada no sábado, 7 de novembro e desde então vem sendo reconhecida pelos governos de quase todos os países do mundo (o Brasil é um dos poucos que se furtam a esse ato de diplomacia). Mas até o momento os Estados Unidos vivem em sursis, aguardando o gesto de reconhecimento de Donald Trump que ninguém sabe se algum dia virá.

Esse breve relato sugere algumas perguntas. Como entender a recusa de Trump em admitir uma derrota tão nítida

(para se ter uma ideia comparativa dela, em 2000 Busch alcançou 271 votos no Colégio Eleitoral, apenas um além do mínimo necessário para ganhar a Presidência, enquanto Biden conta hoje com 306 votos)? Qual o sentido de seu intento desesperado de inverter o resultado da eleição de 3 de novembro, e como explicar o apoio que, apesar de tudo, ele tem recebido nessa empreitada? Por fim, como o impasse assim criado tende a afetar a posição dos Estados Unidos no mundo?

Antes de abordá-las frontalmente, contudo, convém fornecer ao leitor alguns dados.

## A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL E AS DEMAIS: RESULTADOS GERAIS E SIGNIFICADO POLÍTICO

Durante quase uma semana os olhos de todos estiveram fixados na apuração de votos em andamento nos Estados Unidos. Não sem razão. Ao contrário do que ocorrera em ocasiões passadas, o trabalho de contagem de votos atravessou a noite e seguiu pelo dia seguinte sem nenhum resultado claro. Algo estranho parecia estar ocorrendo. As agências de notícia divergiam marginalmente em suas totalizações, e durante dias os números atribuídos aos dois contendores permaneceram inalterados. Foi apenas na noite de sábado que todas proclamaram a vitória democrata.

Ao longo desse período tenso, que certamente mobilizou, por toda parte, o trabalho em tempo integral de uma infinidade de jornalistas, o foco da atenção era a disputa pela Presidência dos Estados Unidos. Aqui e ali uma informação sobre eleições para o Senado, ou para a Câmara de Deputados. Mas em geral ela vinha descontextualizada. O que mesmerizava a ambos – profissionais da imprensa e grande público – era o drama da competição pelo cargo mais poderoso do mundo.

No entanto, o duelo Donald Trump X Joe Biden era apenas uma parte do grande jogo político que estava em curso naquele momento. Com efeito, além da Câmara, cujas 435

cadeiras são renovadas a cada dois anos, estavam em disputa no dia 3 de Novembro 35 cadeiras no Senado; o cargo de governador em 11 estados, e 5.876 postos nos Legislativos estaduais, distribuídos por 86 das 99 Câmaras existentes no País – com exceção de Nebraska o poder legislativo nos estados americanos é bicameral. Por razões facilmente compreensíveis, o significado da vitória de um ou outro partido na luta pela Presidência varia de acordo com o resultado desses outros embates.

Nas eleições de 2020 eles foram muito resumidamente os seguintes.

Na Câmara, os Democratas perderam nove dos 232 assentos que detinham, mantendo sua posição majoritária com os 222 assentos conquistados; já os republicanos ganharam dez, nove dos quais do Partido Democrata, formando uma bancada de 210 deputados.

No Senado, dos 33 mandatos plenos em disputa, 21 eram republicanos, e 12 democratas (continuam em jogo ainda 2 assentos, a serem preenchidos em eleições especiais para mandatos curtos de dois anos). A desigualdade na distribuição dos postos abertos à competição contribuía para alimentar o otimismo da oposição democrata, que esperava ganhar a maioria na Câmara Alta necessária para que o futuro governo Biden pudesse aprovar seus projetos sem maiores percalços. Tais expectativas, contudo, foram frustradas: encerrada a apuração de votos, o Partido Republicano havia perdido apenas uma cadeira, preservando 50 membros em sua bancada; os democratas, por sua vez, passavam a contar com 46 senadores, aos quais se somavam dois independentes que votam com a bancada. O controle do Senado continua indefinido, dependendo da eleição em 5 de janeiro das duas vagas não preenchidas em 3 de novembro no estado da Georgia.

Os resultados no plano estadual não desmentiram essa tendência de relativa estabilidade. Dos 11 cargos de governador em disputa, sete eram ocupados por republicanos, e quatro por democratas; nove governadores tentaram a reeleição e

todos lograram renovar os seus mandatos. A única mudança ocorreu no estado de Montana, onde o candidato republicano bateu o vice-governador democrata.

Situação similar observamos no tocante aos legislativos estaduais. Finda a apuração dos votos para a renovação do Legislativo em 44 estados, os republicanos mantinham o controle de 59 Câmaras, e os democratas em 39; em apenas quatro delas houve mudança de controle entre os partidos – o número mais baixo de transferências desde 1944.<sup>2</sup> Justifica-se assim o balanço amargo feito por articulista de esquerda ao examinar o quadro dos resultados eleitorais: “... em nenhum lugar as notícias foram piores do que no nível legislativo estadual, onde apesar do investimento sem precedentes por organizações democratas e grupos externos...o partido perdeu terreno.”<sup>3</sup>

Confirmada a maioria provável dos republicanos no Senado, esses dados manifestam um elevado grau de inércia política – que se torna mais surpreendente ainda quando se leva em conta que a disputa eleitoral nos Estados Unidos foi travada em ano de pandemia e crise econômica.

O registro feito aqui é importante, não apenas para enriquecer o estoque de informações do leitor, mas para a condução da análise. Com efeito, sem ele corremos o risco de atribuir a situação anômala vivida pelos Estados Unidos hoje à ação idiossincrásica de um indivíduo. Não resta dúvida, Trump é um demagogo histriônico, cujo comportamento trai sérios desequilíbrios de personalidade. Mas explicar o impasse criado por sua atitude com base em suas características pessoais é não explicar nada. O fato decisivo é que a morada de Trump – com toda sua psicopatia – não é um sanatório, mas a Casa Branca. Esta constatação singela nos força a mudar o foco.

## LABIRINTO JURÍDICO

Em texto seminal, Joseph Schumpeter observou argumentamente que a competição pelo poder é um traço universal dos sistemas políticos; o próprio da democracia é a forma em

2. “Election results, 2020: State legislative chambers that change party control”, *Ballotpedia*, 20/11/2020 [www.ballotpedia.org](http://www.ballotpedia.org).

3. Joan Walsh, “How to Understand Democrats’ Disappointing Losses in State Legislatures”, *The Nation*, 18Q11/2020.

4. Schumpeter, Joseph A., *D-Capitalism, Socialism and Democracy*. London, George Allen & Unwin, 1976, p. 271.

5. Cf. O'Donnell, Guillermo, *Democracia, agência e estado Teoria com intenção comparativa*. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

que esta se dá: a escolha de dirigentes mediante a “competição livre pelo voto livre”.<sup>4</sup>

A democracia é um método político, aquele no qual o poder decisório advém da competição pelo voto popular. Com sua simplicidade aparente, a definição de Schumpeter obteve enorme sucesso entre os praticantes da Ciência Política. Não por acaso. Em uma tacada, ela excluía as entidades abstrusas da Filosofia Política – o bem comum, a vontade geral – e preparava o terreno para a investigação empírica das instituições democráticas. Mas o próprio Schumpeter parecia suspeitar da enganosa simplicidade da fórmula, o que insinuava ao apontar as condições sociopolíticas por ela subentendidas: liberdade de expressão, de locomoção e de reunião, entre outras, ou seja, a tábua das liberdades básicas do liberalismo.

Não só isso. Para Schumpeter algumas condições indiretamente relacionadas ao processo eleitoral seriam indispensáveis ao êxito da democracia: presença de burocracia profissional bem preparada; raio relativamente restringido das questões submetidas à decisão pública; lealdade dos atores relevantes ao país; qualidade da liderança política; lideranças com razoável grau de autocontrole e respeito mútuo.

Na obra de seus continuadores, a lista das condições requeridas pela democracia foi sucessivamente ampliada. Ao revisitá-las Guillermo O'Donnell demonstrou que, examinadas em profundidade, elas pressupunham uma condição logicamente anterior – a instituição dos indivíduos como sujeitos de direitos o que passava a situar a discussão do tema da democracia no plano do Direito e do Estado, não do regime. Nesse movimento O'Donnell abria a caixa de Pandora e reintroduzia no debate os grandes temas da Teoria Política.<sup>5</sup>

Não caberia reconstituir em detalhes essa passagem, mas referi-la é preciso porque ela salienta um aspecto crucial da questão analisada neste artigo: a importância, nem sempre reconhecida na literatura sobre democracia, das “condições internas” para o funcionamento regular e legítimo do mecanismo do voto. Esta observação nos traz de volta ao tema da eleição presidencial deste ano nos Estados Unidos.

Com efeito, para que a competição pelo voto ocorra de forma desembaraçada e limpa é preciso que vários procedimentos sejam observados, de acordo com regras claras, precisas, previamente estabelecidas. Ora, essa condição é dificultada por uma das características mais salientes do sistema eleitoral americano: o caráter barroco de sua estrutura.

Seu elemento mais conhecido é o Colégio Eleitoral, onde cada estado se faz representar por um número de eleitores equivalente à sua representação no Legislativo federal (2 votos pelas vagas de cada um deles no Senado, e um número variável de acordo com o tamanho de sua bancada na Câmara de Deputados); seguindo a tradição do sistema distrital vigente no país desde sua origem, a escolha desses Eleitores obedece à regra da maioria (o vencedor leva a totalidade deles, independentemente de como se distribua o voto popular).

As distorções advindas desse sistema são notáveis: dada a grande estabilidade espacial dos alinhamentos partidários, as campanhas presidenciais são travadas naqueles poucos estados onde o resultado é incerto – os *swing states*. É nesses estados que os partidos investem o essencial de seus recursos, e é do desfecho da disputa neles, às vezes por uma margem muito reduzida (537 votos na Flórida, em 2000) que depende a eleição do Presidente dos Estados Unidos.

Tão ou mais grave é o problema da desigualdade da representação. Dada a existência de um patamar mínimo de Eleitores por unidade da federação, os estados mais populosos são severamente prejudicados – cada Eleitor californiano representa mais de 710 mil pessoas, ao passo que não chega a 200 mil o número de indivíduos representados pelo eleitor do Wyoming.

O resultado combinado das duas regras – voto majoritário e peso relativo de cada estado – é a possibilidade de descompasso entre o voto popular e a distribuição das forças no Colégio, o que aconteceu em duas das seis eleições presidenciais realizadas no século presente.

O Colégio Eleitoral sofre muitas críticas, e em diferentes momentos foi objeto de projetos legislativos com vistas à

sua alteração, ou pura e simples supressão. O argumento em sua defesa é o papel insubstituível que ele desempenharia na manutenção do equilíbrio da federação.

Pois reside no compromisso federalista mesmo a razão de ser da enorme complexidade do sistema eleitoral americano, e dos muitos pontos de vulnerabilidade que ele exhibe.

A rigor, a própria ideia de um sistema eleitoral único nos Estados Unidos deve ser afastada. Com efeito, o Artigo II da Constituição dos Estados Unidos atribui aos legislativos estaduais a competência de organizar sua lista de eleitores. Inicialmente, estes eram indicados pelos corpos legislativos de cada estado; aos poucos, foram aprovadas em todos os estados leis prevendo a eleição popular para esse efeito – a Carolina do Sul, em 1832, foi a última a adotar o sistema.

Mas, observada a lei federal que criou em 1845 o *Election Day* (“primeira terça-feira seguinte à primeira segunda-feira de Novembro”) e os dispositivos gerais fixados na Lei de Contagem Eleitoral, de 1887, cada estado goza de ampla autonomia para organizar a eleição a seu critério. Eles estabelecem por conta própria o modo de composição da lista para o Colégio Eleitoral (o Maine e Nebraska atribuem um eleitor a cada um dos seus dois distritos eleitorais, e dois ao partido que vencer a disputa no conjunto do estado); o sistema de votação (o Maine, para ficar nesse exemplo, adotou neste ano o sistema de escolha graduada (ranked-choice voting system)); as regras para o registro dos eleitores (de enorme importância em um sistema de voto facultativo, onde a participação maior ou menor no pleito é uma variável decisiva no seu resultado); a regulação das distintas modalidades de voto (presencial e por correio); a forma da cédula; os procedimentos de contagem e certificação dos votos. E as leis estaduais atribuem a competência para decidir questões operacionais aos condados.

Por lei federal, as etapas que se seguem à eleição popular devem obedecer a um cronograma pré-estabelecido referido a dias de semanas, não a datas fixas do calendário. No caso presente, esse cronograma é balizado pelas seguintes datas:

1) 8 de dezembro: prazo para conclusão do processo de apuração dos votos e certificação dos resultados; assinatura da lista de eleitores pelo governador, que a encaminha ao Escritório do Registro Federal (*Office of the Federal Register, National Archives and Records Administration*)

2) 14 de dezembro: encontro dos Eleitores, em seus respectivos estados, para depósito, em envelope lacrado, de seus votos;

3) 6 de janeiro de 2021: sessão conjunta do Congresso para a solenidade de abertura dos votos e proclamação do vencedor.

A legislação relativa a prazos, contudo, é ambígua: a Lei de Contagem Eleitoral, de 1887, concede aos estados um prazo de 41 dias para a indicação de sua lista de eleitores, mas há outra lei com previsão de que esta seja escolhida no próprio Dia da Eleição.

Outro aspecto pouco comentado, mas instrutivo, da lei eleitoral americana concerne o voto dos Eleitores – como garantir que, ao registrar o nome do candidato presidencial de sua escolha, eles se mantenham fiéis ao resultado do voto popular? Vários estados aprovaram leis específicas sobre o tema, mas ainda assim, em 2016, sete eleitores quebraram o compromisso de votar no candidato da lista da qual faziam parte (cinco contra Hillary Clinton, dois contra Trump).

Por fim, existem dispositivos legais para lidar com casos de controvérsia sobre o resultado do voto popular – mas eles variam de um a outro estado – e com a eventual ocorrência de discrepância na composição do Colégio Eleitoral: em última instância, eleição do Presidente pela Câmara, mas por voto de bancada, não dos Deputados, o que favorece os republicanos.

Muitos estados aprovaram leis determinando explicitamente que a lista de eleitores de cada estado não pode contrariar o resultado das urnas. Mas em sua decisão sobre o caso Gore Vs. Bush a Suprema Corte abriu uma brecha nessa armadura jurídica, ao dispor que os legislativos estaduais “podem, se assim escolherem, indicar eles mesmos os eleitores”.

6. Sarat, Austin. Could a Few State Legislatures Choose the Next President?. *The Conversation*, 1/10/2020.

Levando em conta ainda a informação de que inexistente nos Estados Unidos nada parecido com uma autoridade eleitoral formalmente neutra e independente, como a nossa Justiça Eleitoral – ao contrário, em todos os níveis a solução das pendências está a cargo de políticos, em conjunção com órgãos judiciais altamente partidarizados – somos levados a aceitar o juízo do articulista, segundo o qual os principais obstáculos que impedem os legislativos estaduais de ignorar o voto popular não são jurídicos, mas políticos.<sup>6</sup>

## ELEIÇÕES CONTENCIOSAS

Em suas linhas gerais, esse complicado arcabouço jurídico foi montado em 1887, como resposta ao impasse criado em torno do resultado da eleição de 1876, quando os partidários de um e outro candidato – o democrata Samuel Tilden e o republicano Rutherford Hayes – confrontaram-se no Congresso, cada um dos lados brandindo sua própria lista de Eleitores, em meio a denúncias generalizadas de fraudes e irregularidades.

Os especialistas são unânimes em criticar essa lei, no dizer de muitos de obscuridade impenetrável. Mas ela veio como remendo em um sistema normativo lacunar e caótico, que se formou anarquicamente, como sedimentação de respostas dadas, em diferentes momentos históricos, a problemas práticos encontrados na aplicação do texto constitucional.

Caótico e irracional como possa ser, esse sistema funcionou satisfatoriamente e pode se gabar de sua invejável longevidade. Com efeito, durante quase 140 anos, eleições presidenciais foram disputadas nos Estados Unidos, e em todas o derrotado dobrou-se ao resultado das urnas, cumprindo galhardamente o seu papel no ritual – como Hillary Clinton, que no dia seguinte ao pleito, congratulou seu adversário e lhe desejou sucesso na condução do País, embora tenha sido atacada por ele com espantosa agressividade e o tenha vencido no voto popular.

Não assim agora.

É verdade, houve o precedente de 2000. Mas as duas situações não são comparáveis. Então o candidato democrata vencera no voto popular, e estava certo de ter sido vitorioso no único estado que lhe faltava para confirmar o resultado das urnas no Colégio Eleitoral. E mesmo assim aceitou a decisão da Corte Suprema em seu desfavor, tomada por maioria de um voto, em uma Corte partidariamente alinhada.

A situação de hoje é bem diferente. Embora tenha perdido a eleição por margem expressiva (mais de 6 milhões de votos populares, e 74 votos no Colégio Eleitoral), Trump está patrocinando uma contestação inédita por sua amplitude e pela fragilidade das alegações em que se apoia. Enquanto isso, pressiona legisladores republicanos nos estados-alvos a se valerem da maioria que detêm nas respectivas câmaras para inverter o resultado das urnas, formando listas fechadas, com nomes fiéis.

Seria uma expressão paroxística de distúrbio psicológico se a manobra fosse obra isolada de Trump. Não é. Apesar das vozes republicanas que vêm se fazendo ouvir crescentemente em prol da aceitação dos fatos, a verdade é que Trump continua a contar com o apoio ativo, ou com a anuência passiva da maioria dos políticos republicanos eleitos, e dos dirigentes partidários. E sondagens de opinião indicam que – falsas como são – suas denúncias de fraude generalizada na eleição de 3 de novembro calam fundo em seu eleitorado.

Mas não é tudo. Ao avaliar o sentido da movimentação de Trump é preciso considerar também o que seus aliados estão a fazer em suas respectivas esferas. Aqui, merece registro a disposição do poderoso Mitch McConnell, líder da maioria no Senado, de confirmar, com o apoio unânime de seus pares, a nomeação para a Suprema Corte da ultraconservadora Amy Coney Barret, poucos dias antes da eleição presidencial, que tudo indicava terminaria com a vitória de Biden. E a impavidez com que o mesmo McConnell, depois de encerrada a contagens de votos, continua validando juízes federais esco-

7 Cf. Velasco e Cruz, Sebastião, Uma casa dividida: Donald Trump e a transformação da política americana. In \_\_\_\_\_ e Neusa Bokikian (Orgs.) *Trump: Primeiro Tempo. Partidos, políticas, eleições e perspectivas*. São Paulo, Editora UNESP, 2019, p. 11-43.

8. Minnite, Lorraine C., *The Myth of Voter Fraud*. Ithaca & London, Cornell University Press, 2010.

9 Norris, Pippa, Richard W Frank e Ferran Martínez I Coma (eds.), *Contentious Elections. From Ballots to Barricades*. New York, Routledge, 2015, p. 2.

lhidos a dedo por Trump por seu perfil ideológico. O apoio tácito ou explícito da máquina republicana a Trump não é fortuito: em que pesem as diferenças pontuais, eles travam o mesmo combate.

O que nos leva a encarar de frente a realidade perturbadora. Trump obteve um resultado eleitoral surpreendente – em termos absolutos e relativos – logrando avançar em terrenos tradicionalmente inóspitos aos republicanos – em particular o eleitorado latino. E não realizou esses feitos apesar, mas por ser e se apresentar exatamente como quem é.

Tratei em outro lugar do fenômeno Trump.<sup>7</sup> Não vou me repetir: direi apenas que ele expressou o inconformismo de amplas camadas da população americana, previamente trabalhadas por intensa propaganda erguida sobre uma concepção da política como modalidade de guerra. Como argumenta convincentemente uma estudiosa do tema, o mito da fraude eleitoral – manejado sistematicamente para desqualificar o voto de setores subordinados da sociedade – foi já há décadas incorporado no repertório dessa propaganda<sup>8</sup>.

Nessa perspectiva, a renitência de Trump assume um sentido político mais geral, e a eleição de 2020 passa a ser vista como um caso de eleição contenciosa.

A noção foi cunhada pelos editores de livro pioneiro, que a definiam assim “disputas envolvendo grandes desafios, com diferentes graus de severidade, à legitimidade dos atores, procedimentos ou resultados eleitorais”.<sup>9</sup> Norris e colegas formulam hipóteses sobre a natureza e os condicionantes do fenômeno, sem dar a meu ver a devida ênfase à ação deliberada de atores coletivos. Mas não caberia insistir nesse ponto. O que importa é expressar minha forte discordância em relação a um aspecto de máxima relevância para a análise que faço aqui. Segundo os autores, as eleições contenciosas são características de sistemas políticos pouco institucionalizados, situação encontrada nos países da periferia. Os países centrais (os autores não usam essas categorias) estariam defendidos do fenômeno por fortes barreiras. Em suas palavras,

Deixando de lado a hipérbole... esses problemas refletem uma forma não letal da doença. As democracias estabelecidas há muito tempo podem ser consideradas como semelhantes a pacientes saudáveis, onde as instituições acumularam reservas culturais de aceitação em eleições sucessivas, que as tornam amplamente imunes a uma grave crise de legitimidade.<sup>10</sup>

10. Id. *Ibid.*, p. 12.

O erro consiste, no meu entender, em tomar as instituições como dados objetivos, “coisas”, que determinam exteriormente o comportamento dos atores políticos e sociais, e não como expressões de compromissos sociais cristalizados, que mantêm uma relação dialética com os agentes e suas práticas. Por essa via, os autores se interditam de pensar os processos de desinstitucionalização (ou desobjetivação) das relações sociais, e não conseguem sequer imaginar a possibilidade de que os países em questão venham a viver situações graves de crise hegemônica.

Pois é disso que se trata no empenho do Presidente dos Estados Unidos em deslegitimar o processo eleitoral, coluna mestra do sistema político que seu país sempre projetou como modelo para todo o mundo.

## ESTADOS UNIDOS: ELEIÇÃO, CRISE DE HEGEMONIA, IMPLICAÇÕES INTERNACIONAIS

Quanta água passou debaixo da ponte desde que Bush, pai, pôs em voga a expressão “nova ordem mundial”! Isso se deu em 1991, quando os Estados Unidos lideraram uma coalizão enorme na guerra do Golfo. Pouco tempo depois a União Soviética estava em pedaços, e com ela findava também a Guerra Fria.

Na ordem internacional que se desenhou a seguir, a democracia, em sua versão diluída, e a “economia livre de mercado” conjugavam-se, como peças axiais do projeto de globalização neoliberal que lhe infundia vida.

Desde então, mudanças cumulativas minaram os pilares materiais sobre os quais essa ordem repousava, a saber, a superioridade econômica dos Estados Unidos e aliados, de um lado, e, de outro, sua supremacia militar indiscutível. A manifestação mais notável desse processo no plano das relações internacionais é o soerguimento da Rússia e a ascensão da China.

Mas a ordem neoliberal foi corroída por dentro também, pelos deslocamentos sociais nela implicados, com as respostas que os grupos sociais negativamente afetados por eles produziam.

Desconsiderado esse pano de fundo, o fenômeno Trump torna-se incompreensível. Sem ele não entendemos a inflexão feita por seu governo na conduta exterior dos Estados Unidos: atritos com aliados históricos; denúncia de acordos e organizações multilaterais; desprezo dos direitos humanos e da democracia como princípios normativos; defesa indisfarçada de interesses econômicos egoísticos e disposição manifesta de empregar em sua promoção meios coercitivos; competição geopolítica e guerra tecnológica-comercial com a China.

Expressão de uma sociedade profundamente cindida, Trump rejeitou o papel de direção intelectual-moral que os Estados Unidos, desde a Segunda Guerra Mundial, sempre se atribuíram.

Hoje, dias depois da derrota eleitoral que amargou, a pergunta é inescapável: assistiremos com seu sucessor a uma forte mudança de rumo? Mais especificamente, veremos com Biden os Estados Unidos de volta à condição de regente de orquestra na execução da partitura liberal-internacionalista?

A análise, mesmo quando teoricamente bem amarrada, não autoriza profecias. Os elementos que se combinam na produção de um resultado histórico são incontáveis, e vários deles imprevisíveis. Tudo que podemos dizer, para terminar, é que a eleição ainda inconclusa de 2020 contribui para que olhemos essa possibilidade com grande ceticismo.

# A SUSTENTABILIDADE DA VIDA NO CENTRO DA AGENDA POLÍTICA

## REFLEXÕES SOBRE A PANDEMIA A PARTIR DO COTIDIANO DAS MULHERES

MIRIAM NOBRE, NALU FARIA E RENATA MORENO

A vida só é possível porque é cuidada: trabalho doméstico, atenção, comida, auxílio, limpeza, água. Somos interdependentes e ecodependentes. Esses princípios da economia feminista, ferramenta de análise e transformação que orienta nossa atuação, se tornaram mais visíveis e relevantes durante a pandemia da Covid-19. A casa, há muito tempo politizada pelo feminismo, tornou-se um cenário indiscutivelmente central para a vida.

Ao longo de todos esses meses, vivemos diferentes experiências – coletivas, individuais, políticas –, em um tempo que, em certo momento, impôs pausas, mas, sobretudo, acelerações. Desde meados de março, alguns aspectos foram se consolidando no debate da esquerda, como por exemplo: não faz sentido colocar em oposição a economia e a saúde/vida; e a pandemia escancara – e aprofunda – as desigualdades que estruturam as relações sociais.

A vida é sustentada por atividades e trabalhos realizados por pessoas, em sua maioria negras, que assumem o peso de

MIRIAM NOBRE é engenheira agrônoma, mestre pelo Programa de Estudos em Integração da América Latina (PROLAM-USP). Também integra a equipe da SOF, onde realiza atividades de formação e pesquisa em agroecologia, economia feminista e economia solidária. É militante da Marcha Mundial das Mulheres, e coordenou o Secretariado Internacional entre 2006 e 2013.

NALU FARIA é psicóloga, educadora popular e coordenadora da SOF Sempreviva Organização Feminista, onde realiza atividades de articulação, formação e elaboração feminista. Participa da REMTE Red Latinoamericana Mujeres Transformando la Economía e atualmente integra o Comitê Internacional da Marcha Mundial das Mulheres.

TICA MORENO é militante da Marcha Mundial das Mulheres, integra a equipe da SOF Sempreviva Organização Feminista e participa da Rede Economia e Feminismo. É doutora em sociologia pela Universidade de São Paulo, com pesquisa sobre o cuidado de crianças pequenas em São Paulo, na perspectiva da sustentabilidade da vida.

1. Os dados apresentados nesta seção são resultados da pesquisa “Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, realizada pela SOF e a Gênero e Número entre 27 de abril e 11 de maio de 2020, por meio de um questionário online com 52 perguntas respondidas por 2.641 mulheres de todo o país. Todos os resultados, análises e entrevistas estão disponíveis em: [www.mulheresnapandemia.sof.org.br/](http://www.mulheresnapandemia.sof.org.br/).

toda a infraestrutura que torna possível a vida em uma sociedade capitalista, racista e patriarcal. São as mulheres empregadas domésticas, mas também um grande número de trabalhadores na portaria de prédios, serviços de limpeza urbana e segurança, além de centenas de milhares de jovens que, de bicicleta e motocicleta, percorrem pela cidade entregando alimentos e tudo mais que atualmente é pedido por aplicativos: uma sociedade em que a maioria da população serve, explora e oprimida, à minoria. A imbricação da divisão social, sexual e racial do trabalho delinea a informalidade e precariedade do trabalho e da vida, e determina, por exemplo, quem pode e não pode ficar em casa.

Este breve artigo apresenta algumas das reflexões que derivam da pesquisa *Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia* e das ações da Marcha Mundial das Mulheres, salientando desafios e caminhos de construção de uma agenda em que a sustentabilidade da vida seja colocada no centro da política.

## A VIDA DAS MULHERES NA PANDEMIA

O reconhecimento da vulnerabilidade e a atenção às diferentes necessidades das pessoas significa, para as mulheres, assumir a responsabilidade de cuidar. Durante a pandemia, 50% das mulheres passaram a cuidar de alguém<sup>1</sup>, de pessoas que, em geral, não são consideradas “dependentes” para atividades da vida cotidiana. As mulheres rurais passaram a cuidar ainda mais, 62%. Pelo relato das agricultoras no Vale do Ribeira, mulheres e homens, especialmente homens jovens, voltaram para as casas de suas famílias nos primeiros meses da pandemia. O rural funciona como uma reserva de cuidados, acionada pelas famílias em momentos de crise. Isto torna visíveis redes de cuidados que conectam as mulheres urbanas e rurais. Quando parentes idosos que vivem na cidade precisam de mais cuidados,

muitas vezes voltam para o campo. Redes de cuidado também são uma realidade entre as mulheres negras e de baixa renda das periferias urbana, que sustentam a vida num contexto de precariedade e violência, marcado pela ausência e/ou insuficiência de políticas públicas de apoio à reprodução.

As mulheres afirmaram ter percebido uma intensificação do trabalho doméstico e de cuidado realizado em suas casas. Em geral, a pesquisa mostrou que preparar alimentos, lavar a louça e limpar a casa foram as tarefas que mais se intensificaram durante a pandemia. E, entre as mulheres responsáveis pelo cuidado de alguém que vive na mesma casa, a percepção de que essas tarefas “aumentaram muito” é 10% superior à média. Para 72% destas mulheres, “aumentou” e “aumentou muito” a necessidade de monitoramento e de fazer companhia para crianças e idosos. Esta é uma dimensão do cuidado que, muitas vezes, é invisível por não ser uma atividade específica e direta de auxílio. Mas é uma dimensão que materializa a disponibilidade permanente das pessoas que cuidam. Enquanto realizam outras atividades cotidianas, as mulheres permanecem atentas, e isso significa sobreposição de atividades e tempos de cuidado, de trabalho doméstico e de trabalho remunerado.

A intensificação do trabalho doméstico e de cuidado durante a pandemia não foi acompanhada por uma distribuição mais igualitária dessas responsabilidades entre os moradores da casa. Pelo contrário, 24,5% das mulheres que cumpriram as medidas de distanciamento social indicaram que a participação de outras pessoas diminuiu. Este percentual chega a 41% entre as mulheres que permaneceram em casa com seu salário garantido, mas cujo trabalho remunerado não pode ser feito à distância.

Estes dados são complementados por outra dimensão do trabalho doméstico e de cuidado que é muito significativa na realidade brasileira: o trabalho doméstico remunerado. No Brasil, em 2019, 14% das mulheres ocupadas estavam no tra-

2. A pesquisa “A contratação do emprego doméstico durante a pandemia” está disponível em: <https://projetodomesticasufrn.wordpress.com/pesquisas/> (Acesso em 15 de setembro de 2020).

3. A pesquisa está disponível em: <https://www.unas.org.br/single-post/os-impactos-da-pandemia-na-mesa-das-familias-de-heliopolis> (Acesso em 2 de novembro de 2020).

balho doméstico. Entre estas,  $\frac{2}{3}$  são mulheres negras (66%), e 72% trabalham em condições informais, com remuneração inferior ao salário mínimo. A Pnad Covid-19, realizada pelo IBGE, indica que cerca de 1 milhão de trabalhadoras domésticas perderam seu emprego durante a pandemia.

De acordo com pesquisa realizada pelo projeto Domésticas da UFRN<sup>2</sup>, as trabalhadoras que continuaram a trabalhar presencialmente são principalmente aquelas que desempenham atividades de cuidado (84% entre as cuidadoras de idosos e 42,2% entre as babás). A Fenatrad (Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas) registrou situações de abuso em que as trabalhadoras foram obrigadas a permanecer na casa do empregador, com a justificativa de depender do transporte público.

Na pesquisa “Sem parar”, 40% das mulheres indicaram que a pandemia colocou a sustentação financeira de sua casa em risco, destacando a dificuldade de pagar as contas básicas e, no caso das mulheres urbanas, à dificuldade de pagar o aluguel. Entre as mulheres que identificaram não ter as condições para a prevenção do coronavírus, destaca-se o acesso intermitente à água e a falta de água, além da dificuldade apontada pelas mulheres rurais de ter acesso às informações sobre a Covid-19. Para muitas famílias, a alimentação escolar era a única refeição quente das crianças. Uma pesquisa realizada pelo *De Olho na Quebrada* com moradoras e moradores do bairro de Heliópolis<sup>3</sup>, em São Paulo, apontou que 67% das famílias tiveram que reduzir a quantidade de alimentos nas refeições durante a pandemia, 42% ficou sem realizar três refeições diárias, e 24% chegou a ficar sem comida em algum momento.

Na pesquisa “Sem Parar”, entre as mulheres que afirmaram estar em casa cumprindo o isolamento, mas que mantiveram seus empregos e salários, a maioria delas são mulheres brancas, e 41% deste total disseram estar trabalhando mais durante a pandemia. Além disso, do total de mulheres entrevistadas, 65,4% afirmaram que as responsabilidades com

o trabalho doméstico e de cuidado dificultam a realização de seu trabalho remunerado. É preciso considerar que, de acordo com a Pnad Covid-19, 11,7% do total de pessoas que permanecem ocupadas durante a pandemia estão realizando trabalho remoto, sendo o caso de 7,7% dos negros e negras e 16% dos brancos e brancas que permanecem ocupados.

A casa não é um ambiente seguro para muitas mulheres, e isso se tornou visível em muitos discursos, alertando e denunciando o aumento da violência contra as mulheres. A percepção de que a violência havia aumentado durante a pandemia foi apontada por 91% das mulheres. Ter sofrido algum tipo de violência foi relatado por 11% das mulheres, um pouco mais entre as mulheres rurais (11,7%) e entre aquelas com renda abaixo do salário mínimo (12,7%). A violência psicológica e a violência relacionada à desqualificação das mulheres, a forma como elas exercem a maternidade ou realizam o trabalho, ou formas de controle, foram predominantes nos resultados da pesquisa.

## O TRABALHO E A VIDA NO CENTRO DA POLÍTICA

Compreender o cotidiano a partir do trabalho e das condições de vida é uma forma de fazer frente às narrativas que homogenizam as situações vividas pelas mulheres na pandemia. Compreender a indissociabilidade entre o trabalho doméstico e o cuidado é uma condição para romper a dinâmica de separação, hierarquização e invisibilidade dos trabalhos, e das pessoas que os realizam. Olhar de forma articulada para a situação do trabalho doméstico – remunerado e não remunerado – contribui para revelar a imbricação das relações sociais de gênero, raça e classe no Brasil. Esta perspectiva nos permite observar outras questões fundamentais, não apenas de visibilidade, mas sobretudo para reorganização da economia e da vida, com igualdade.

O governo de Jair Bolsonaro estabeleceu desde o início da pandemia uma dicotomia entre economia e saúde, entre “proteger a economia” e “salvar vidas”. Suas políticas resultaram em um número escandaloso de mortes e na retração na economia. A esquerda contestou esta narrativa colocando a vida no centro: “a vida acima do lucro”. Mas, do discurso ao reconhecimento – e compromisso com a reorganização – do conjunto de processos e trabalhos que efetivamente sustentam a vida, há uma distância.

O que se tornou evidente durante a pandemia (especialmente o trabalho doméstico e de cuidado, as condições de sua realização, nossa vulnerabilidade como seres humanos, etc.) corre o risco de ser novamente ocultado, em discursos e propostas antigas que separam a economia do social, a produção da reprodução. Não se trata de recuperar a economia para os empresários e as empresas transnacionais, mas de apostar em uma economia regenerativa, na qual os processos que sustentam a vida – biodiversidade, comunidades – e suas interdependências são cuidados e orientam as políticas.

Insistimos na necessidade de enfrentar a emergência deste momento sem perder o horizonte de transformação. É neste sentido que a desmercantilização é central em nossa estratégia, quando colocamos a disputa pelo sentido público do Estado, para aproximá-lo do comum e dos processos de auto-gestão com participação popular. São as lutas para interromper e reverter as privatizações, para desnaturalizar o mercado e as empresas com referências de organização da economia.

Os movimentos sociais se colocaram a tarefa de cuidar da vida de forma articulada com a ação política pelo Fora Bolsonaro. Isto se concretizou em ações de solidariedade, como as campanhas “Vamos precisar de todo mundo”, “Periferia viva” e tantas outras que precisam seguir, considerando tanto os impactos da redução e fim do auxílio emergencial, como o potencial da auto-organização popular em construir as possibilidades de existência e resistência. Transformar economia passa

pela organização e retomada de territórios. Vemos isso como uma condição para romper com a fragmentação e o individualismo neoliberal. É por isso que “ficar em casa” é um limite nos discursos, quando não se compreende o que é necessário para a vida, incluindo os espaços e processos expandidos na comunidade.

Aqui reside uma disputa central da economia feminista: além da casa (e da família), reorganizar territórios, comunidades e ampliar a responsabilidade pública e comum com a sustentabilidade da vida. Essa perspectiva se expressou nas eleições municipais, em que candidaturas feministas e de esquerda colocaram o cuidado e a vida no centro da política, como eixos para construir o direito à cidade, que superem as dicotomias público e privado/doméstico. Se relacionam, por exemplo, com a importância da alimentação escolar e da alimentação saudável para a segurança e soberania alimentar, em que políticas e serviços públicos – como creches, escolas e centros dia – são estratégicos para ampliar a responsabilização pública com a reprodução social.

Quais são as condições e possibilidades de ativar e construir espaços e infraestruturas coletivas de cuidado, que sustentam a vida em cenários de transição, ao mesmo tempo em que se constroem referências permanentes? A estratégia de autogestão e a economia solidária podem desempenhar um papel relevante. Mas é importante que estas não sejam estratégias apenas diante da precariedade e da crise, mas que se torne um compromisso político de organização da vida, e neste processo, de reconstrução das formas de fazer política.

Por fim, as ofensivas corporativas para normalizar tudo através do espaço virtual impõem ainda mais aceleração dos ritmos do capital. Os tempos da vida são outros, e precisam fazer parte da nossa disputa política. Vivendo a pandemia sob uma política de morte institucionalizada, colocar os tempos da vida como referência implica respeitar os tempos de cura, de regeneração e os tempos de luto diante de tantas mortes –

pela Covid-19, pelo genocídio racista e a violência patriarcal. Esta não é uma perspectiva individualista ou paralisante, já que só é possível fazê-lo em movimento e em comum. Estas são algumas premissas e as apostas para colocar a sustentabilidade da vida no centro da agenda política.

# NAS ENTRANHAS DO CAPITALISMO

JÉSSICA MARTINS RIBEIRO

Nancy Fraser e Rahel Jaeggi.

*Capitalismo em debate: um diálogo na teoria crítica.*

São Paulo: Boitempo, 2020.

**C***apitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica* de Nancy Fraser e Rahel Jaeggi, publicado originalmente em 2018, agora em edição brasileira (Boitempo, 2020) investiga o capitalismo desde seus fundamentos até os dias atuais e fornece uma perspectiva aprofundada sobre o assunto. A obra examina o conceito, a história, a crítica e a contestação ao capitalismo. Estruturado em formato de diálogo, dividido em 4 capítulos, fruto de conversas privadas e apresentações públicas, trata-se de um esforço intelectual conjunto que reúne a teoria crítica e o marxismo ocidental.

Nancy Fraser e Rahel Jaeggi afirmam que vivemos “tempos interessantes” para o desenvolvimento de uma teoria crítica do capitalismo. Para Fraser e Jaeggi, o mundo atravessa uma crise sistêmica que transborda as fronteiras econômicas, que parece não ter fim e que expõe as contradições e até mesmo os próprios limites do capitalismo. Ela tem provocado uma profunda sensação de instabilidade e imprevisibilidade da ordem econômica e social. Neste livro, as autoras elaboram

JÉSSICA MARTINS RIBEIRO é cientista social pela UFRRJ, mestranda em Sociologia pela Unicamp e assessora política do Partido dos Trabalhadores.

NANCY FRASER é professora de Ciências Políticas e Sociais da New School for Social Research, em Nova York. Exponente do feminismo, seus debates apresentados em trabalhos como “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista” (1989), entre outros, marcaram a crítica às concepções liberais de justiça e de representação. É autora de obras como *Fortunas do Feminismo* (sem tradução no Brasil), *O velho está morrendo e o novo não pode nascer* (Autonomia Literária) e coautora de *Feminismo para os 99%* (Boitempo).

RAHEL JAEGLI é professora de filosofia prática da Universidade Humboldt, em Berlim. Considerada uma das figuras de destaque da teoria crítica contemporânea. Autora de obras *Alienação: sobre a atualidade de um problema filosófico e social* (*Entfremdung. Zur Aktualität eines sozialphilosophischen Problems*) e *Crítica das formas de vida* (*Kritik von Lebensformen*), ambos sem tradução em português.

uma crítica que esmiúça a gênese do capitalismo, suas crises e problemáticas. Em especial, procuram apresentar a necessária compreensão do capitalismo em todas as dimensões em que organiza a vida, não apenas a economia, a produção e o mercado, mas o cotidiano, a reprodução social, as relações sociais e a relação com a natureza, moldando o Estado nessa dinâmica. Afirmando que há uma mudança histórica no caráter do capitalismo, no caso de Nancy Fraser, em particular, o diálogo aprofunda, amplia, atualiza e vai além do debate sobre “redistribuição e reconhecimento”, que marcou seu pensamento. Trata-se, também, de investigar as tendências da crise atual do capitalismo, buscando as trilhas para a mudança social.

No primeiro capítulo, intitulado “Conceitualizando o capitalismo”, Fraser e Jaeggi se debruçam sobre as principais definições e características do capitalismo. Partindo de uma concepção marxista, cunham que: 1) propriedade privada dos meios de produção e divisão de classe, 2) mercado de trabalho livre e 3) dinâmica de acumulação são características definidoras. Desenvolvendo outras concepções e correlacionando-as, elas afirmam que o capitalismo é uma ordem social institucionalizada que também é histórica e que se altera com o tempo e cuja características significativas mudam. Separado pelas esferas da reprodução social, do poder público e da natureza não humana, o capitalismo depende intrinsecamente de relações sociais não mercantilizadas para desenvolver-se.

Para aprofundar a análise, o segundo capítulo “Historicizando o capitalismo” concentra-se em compreendê-lo numa perspectiva histórica. Para tanto, as autoras exploram as diferentes fases do capitalismo: mercantil, liberal, social-democrata (administrado pelo Estado) e financeirizado (p.82). Propõem que as discussões em torno do relacionamento entre Estado e mercado considerem a produção e reprodução, natureza (não humana) e sociedade (humana), sobretudo as duas últimas, como definidoras nas sociedades capitalistas. A crise do capitalismo, dessa maneira, estaria re-

lacionada aos déficits de cuidado, mudanças climáticas, enfraquecimento das democracias etc.

No terceiro capítulo “Criticando o capitalismo”, as autoras perseguem a questão “o que está errado no capitalismo?”. Elas elaboram um quadro das três principais estratégias de crítica ao capitalismo: funcionalista, moral e ética. A crítica funcionalista aponta para a característica intrinsecamente disfuncional e propensa a crises do capital; a crítica de tipo moral afirma que o capitalismo é injusto e baseado na exploração; enquanto a crítica ética defende que uma vida moldada pelo capitalismo é empobrecida e alienada. Nancy Fraser e Rahel Jaeggi mostram que o capitalismo é visto como forma de vida, fundamentalmente dividido entre produção e reprodução, economia e política, sociedade e natureza. A estadunidense questiona se esse tipo de vida fragmentada nos permite viver melhor. Ademais, salienta que essas divisões limitam nossa capacidade coletiva de moldar os modos de viver e o que queremos viver.

Por último, “Contestando o capitalismo” busca consolidar um programa de crítica ao capitalismo na sociedade contemporânea. Para Fraser, a produção sempre foi o ponto icônico da luta de classe, no entanto, hoje esse conceito exclui os trabalhadores não assalariados e os expropriados, por isso ela defende uma ressignificação e ampliação do conceito de “lutas de classe” com as “lutas de fronteira”. Fraser acredita que as forças progressistas devem combinar proteção social e emancipação em um movimento nomeado por ela como “movimento triplo”. Por isso, ela aposta no enfraquecimento do neoliberalismo e advoga que é imprescindível romper com a economia neoliberal e combinar política de distribuição igualitária robusta com política de reconhecimento inclusiva para construirmos um bloco contra-hegemônico capaz de levarmo-nos a um mundo melhor.

POESIA

CIDA  
PEDROSA

CIDA PEDROSA, nascida em Bodocó, sertaneja, pernambucana é poeta e militante. Em 2020 recebeu o prêmio Jabuti com sua obra *Solo para viajeiro*, em duas categorias – poesia e livro do ano. E também foi eleita vereadora pelo PCdoB no Recife. Para além do livro premiado, sua poesia, falando da sua terra e sua gente, destaca o silenciamento de negros e indígenas. É a vida do sertão e das cidades impressas pela desigualdade, pela pobreza, pelo descaso com o cotidiano. Os dois poemas aqui foram publicados em 2018 no livro *Gris* (Cepe editora).

URBE

hoje na minha boca  
não cabem girassóis

cabe um poemapodre  
cheiro de mangue capibaribe

um poemaponte  
galeria esgoto chuvas de abril

um poemacidade  
fumaça ferrugem fuligem

hoje na minha boca  
cabe apenas o poema

o poema hóspede da agonia

## OS MENINOS DA MINHA CIDADE

este meu povo preto  
quase preto  
um ou outro branco  
que vaga nas ruas da minha cidade  
com chapéu e trabalho nas mãos  
quando passa por mim  
baixa os olhos  
como para não mais ver o atlântico

só as crianças ainda olham  
às vezes tenso às vezes bravo  
às vezes doce às vezes safo  
quase sempre baço  
como olhos de despedida

mas olham insistentemente olham  
um olhar que fere a boca  
estanca a íris  
paralisa a doçura  
e desorganiza o dia

às vezes choram às vezes gritam  
às vezes matam

mas olham  
desesperadamente olham  
e contam as histórias dos becos  
e praças da minha cidade

A *Revista Democracia Socialista* foi produzida em São Paulo, em janeiro de 2021.  
O texto e os títulos foram compostos em Adobe Garamond Pro.



# Democracia Socialista

TENDÊNCIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

[www.democraciasocialista.org.br](http://www.democraciasocialista.org.br)